

RCD

REVISTA DE
COMUNICAÇÃO DIALÓGICA



4º EDIÇÃO - ANO 2
ISSN 2674- 9246

Apresentação

O quarto número da *Revista de Comunicação Dialógica (RCD)* está no ar para combater o vírus do medo, aliado de toda sorte de violência e dificuldade de dialogar. Estamos no ar associados a Zizek, que nos mostra que este cenário de caos e indefinições não pode paralisar a nossa potência de vida. Pelo contrário, neste momento, temos que elevar essa potência ao máximo para combater os males que nos assolam. Isso não quer dizer negar os perigos, se descuidar, descuidar do outro; mas, sim, agir com tenacidade dentro das possibilidades que cada um tem e descobre para criar novas formas de vida e associação.

Na nossa ainda curta trajetória, ficou claro que o segundo semestre é mais difícil para publicações, pois parece que as tarefas e problemas se acumulam para os autores, que demonstram mais dificuldades para produzir. Por isso, neste número trazemos poucos artigos, porém muito potentes e diversificados. O primeiro deles, sobre rádios comunitárias, esperamos que inaugure uma série sobre esse tema.

A produção acadêmica sobre rádios comunitárias não é proporcional à relevância que essas ocupam dentro da comunicação comunitária e da comunicação como um todo. É sabido que este veículo segue sendo o de principal alcance e, argumentam alguns, o de maior potencial dialógico, dada a proximidade que consegue estabelecer entre os interlocutores que dele participam. As pesquisadoras Sandra de Souza e Natália Mendonça evidenciam esse potencial em um artigo que analisa a atuação de duas rádios comunitárias na Baixada Fluminense. Tomando como base teórica o modelo proposto por Patrick Charaudeau, as autoras mostram como as rádios exercem um papel fundamental em suas respectivas localidades, não somente para o repasse de informações como também para a articulação entre os moradores e a resolução dos seus problemas.

Papel fundamental no nosso cotidiano hoje também exercem as redes sociais. Por isso, Marcelo De Franceschi dos Santos investiga o poder de uma rede social na transformação de uma vida. No artigo “Humanização do discurso em fotografias de entrevista: análise crítica de publicações do *SP invisível*”, o autor parte de três postagens no Facebook para analisar se a rede social tem impacto na humanização de pessoas em situação de vulnerabilidade social, que costumam ser invisíveis à sociedade. A fim de verificar se as postagens provocaram mudanças no modo como os indivíduos tanto são enxergados quanto se enxergam, ele combina o método de análise da Gramática do

Design Visual (GDV) e o conceito de humanização proposto por Paulo Freire. As articulações entre foto e legenda, entre entrevistado e entrevistador, levam o leitor a entender a dinâmica necessária para que se criem pautas que rompam a superfície e aprofundem o debate sobre políticas públicas que atendam a pessoas em situação de rua, numa permanente humanização.

No artigo “Por uma análise dialógica do gênero anúncio publicitário”, Fernanda Lima e Warley Miranda nos convidam a refletir sobre a importância da interpretação de anúncios publicitários envolvendo o lugar da mulher na sociedade. O texto sinaliza como determinadas relações de poder foram historicamente construídas e são refletidas em discursos, enunciados e vozes ecoantes que perpassam épocas e gerações. Fundamentado nos estudos sobre gêneros discursivos de Mikhail Bakhtin, os autores realizam uma análise intrínseca das relações dialógicas de um anúncio publicitário e o impacto de discursos capazes de silenciar e reduzir os espaços da mulher nas esferas social e política. Os efeitos do reducionismo na condição social feminina movem sujeitos e interações em nosso cotidiano e, por isso, este artigo nos direciona a repensar diálogos – tanto na vida social quanto em conteúdos midiáticos e publicitários – e incentiva o aprofundamento de tais discussões em sala de aula gerando novas possibilidades de pensamento e, principalmente, a reformulação de consciência individual e coletiva.

Com o desenvolvimento cada vez mais acelerado das tecnologias de informação, a emergência de plataformas de comunicação em rede e a facilidade de acesso à internet e a dispositivos móveis, novos dilemas sociais têm emergido no cenário atual. Em “O lugar da cidadania no capitalismo comunicativo”, Paola Sartoretto chama a atenção para o fato de que embora o surgimento e a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação tenham trazido inicialmente um otimismo quanto à participação política nos meios de comunicação, nos últimos anos nota-se que o capitalismo comunicativo tem proporcionado limitações à ação cidadã e democrática em debates públicos. A autora, então, discute as limitações impostas pela comunicação commodificada e propõe o conceito de cidadania comunicativa para identificar as dinâmicas e estruturas dessas limitações e entender como a cidadania pode ser plenamente construída e exercida no contexto em que a lógica do mercado capitalista domina a comunicação em mídias digitais.

O artigo último artigo deste número, “Settler Fragility: Four Paradoxes of Decolonizing Research”, escrito pelas pesquisadoras canadenses Kaitlyn Watson e

Sandra Jeppesen, traz à tona o paradoxo da pesquisa de povos autóctones conduzida pelo colonizador. No contexto de colonização do seu país, as duas pesquisadoras ponderam sobre o lugar do pesquisador colonizador, do qual elas também fazem parte. O artigo levanta reflexões pertinentes inclusive para o contexto brasileiro, como: qual seria o limite entre a contribuição do pesquisador colonizador para a equidade entre povos indígenas e o homem branco e a apropriação cultural desses povos? Este costuma ser o primeiro desafio dos pesquisadores: como entender profundamente a cultura e o saber indígena sem se apropriar deles? O que nos levaria a outro paradoxo: o desejo do pesquisador de estudar descolonização não seria uma forma de manter o colono, o branco, no centro da situação?

A partir de experiências pessoais conectadas a teorias, o texto traz essas e outras reflexões muito relevantes para o cenário atual, no qual o capitalismo selvagem devora os biomas brasileiros e pretende colonizar outro planeta, enquanto não sabemos ao menos como tratar nossa morada. Nesse sentido, compreende-se que ser um pesquisador de autoctonia responsável exige cuidadosa consideração no momento da pesquisa. É necessário inspirar confiança sem retirar a responsabilidade.

Não há revista mais apropriada do que esta para a publicação de “Settler Fragility”, pois, como as autoras escreveram: “Autoethnographic narratives are inherently dialogical, interpellating the audience into constructing realities”. Uma honra receber esse artigo. Muito obrigado, Kaitlyn e Sandra!

Por fim, queremos fazer um agradecimento especial a Pedro Henrique Alves Patreniere, nosso artista gráfico, autor das belas capas da RCD até aqui, que está se formando e vai nos deixar como bolsista. Nosso muito obrigado a você, Pedro!

Bom proveito, leitores da RCD! E sigamos firmes na luta contra os vírus que nos assolam! Como disse Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar. E nós combinamos de não morrer”.

Rádios comunitárias na Baixada Fluminense: comunicação local em movimento

Community Radio in the Baixada Fluminense: Local Communication on the Move

Sandra Sueli Garcia de Sousa¹, Nathália de Souza Mendonça²

Resumo: As rádios comunitárias foram regulamentadas no Brasil em 1998. Desde então, enfrentam muitos embates para continuarem funcionando: burocracia, falta de recursos, falta de participação do ouvinte, ausência de programas de capacitação etc. E, no entanto, se mantêm vivas e atuantes. Este artigo conceitua o que vem a ser a rádio comunitária a partir de López Vigil (2003) e mostra a atuação de duas emissoras comunitárias da Baixada Fluminense: Rádio Serra Verde FM, em Xerém, Duque de Caxias, e Rádio Mirandela FM, em Nilópolis. O objetivo é mostrar a importância dessas emissoras em uma comunicação propositiva e cidadã. Além disso, procuramos analisar como se dá a interação dos ouvintes junto às emissoras durante o programa *Espaço Aberto* da Rádio Serra Verde FM e a *live A Vida É Muito Mais*, transmitida pela página da Rádio Mirandela no Facebook. Para tanto, faz-se uso do conceito de contrato de comunicação de Patrick Charaudeau (2005; 2018). Comprova-se que as emissoras possuem forte apelo junto à comunidade inserida, pois representam um canal de comunicação pelo qual as pessoas acessam seus direitos, recorrem à resolução de problemas nos lugares em que se encontram e vivenciam as produções culturais das cidades da Baixada.

Palavras-chave: Rádio; Comunicação; Rádios comunitárias; Ouvintes; Cidadania.

Abstract: Community radio stations were regulated in Brazil in 1998. Since then, they have faced many struggles to keep working: bureaucracy, lack of resources, lack of participation by the listener, absence of training programs, etc. But they remain alive and active. This article conceptualizes community radio (López Vigil, 2003) and shows the performance of two community broadcasters from Baixada Fluminense: Rádio Serra Verde FM, in Xerém, Duque de Caxias, and Rádio Mirandela FM, in Nilópolis. The objective is to show the importance of these stations in a purposeful and citizen communication. In addition, we seek to analyze how listeners interact with broadcasters during the Radio Serra Verde FM *Espaço Cidadão* program and the *A Vida É Muito Mais* live broadcast on Rádio Mirandela's Facebook page. For this purpose, we used Patrick Charaudeau's concept of communication contract (2005; 2018). It has been proved that broadcasters have a strong appeal to the community, as they represent a communication channel through which people may have access to their rights, solve local problems and experience the cultural productions in the cities of Baixada.

Keywords: Radio stations; Communication; Community radio stations; Listeners; Citizenship.

¹ Jornalista pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Teoria e Ensino da Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professora adjunta no curso de Jornalismo da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

² Graduanda do curso de Jornalismo na UFRRJ. Bolsista Pibic, CNPq.

1. Introdução

As rádios comunitárias brasileiras funcionam de forma regulamentada há mais de 20 anos por meio da lei nº 9.612/98. A origem dessas emissoras vem muito antes da regulamentação: elas surgem numa luta por liberdade de expressão desde o período de redemocratização no Brasil, com as rádios livres que tiveram inspiração no movimento de rádios livres europeu. Ainda hoje, as rádios comunitárias enfrentam vários desafios para cumprirem minimamente o ideal de uma emissora do tipo.

Neste artigo, destacamos a importância da permanência da rádio comunitária enquanto instrumento de luta e construção democrática, a partir do entendimento do conceito de contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2005; 2018). Além disso, aplicamos esse conceito para analisar dois programas de duas emissoras da Baixada Fluminense: *Espaço Aberto*, da Rádio Serra Verde FM, localizada no distrito de Xerém, Duque de Caxias, e *A Vida É Muito Mais*, transmitido pela página no Facebook da Rádio Mirandela FM, localizada em Nilópolis. Ambos têm como características trabalhar cenários de vida da população: o primeiro a partir do debate de informações jornalísticas e o segundo com a discussão sobre cultura na região em que se encontra.

Quando nos aprofundamos na história e no desenvolvimento de rádios comunitárias, uma das questões mais debatidas diz respeito ao exercício comunitário do fazer rádio, entendendo-se essa prática como união entre habitantes de uma mesma comunidade numa busca por direitos e deveres cidadãos.

A comunicação comunitária vai além de informar. Ela tem como objetivo estimular moradores a analisar situações-problema de sua comunidade e se desafiarem a enfrentá-las, propondo ações concretas através da elaboração de um projeto coordenado por seus representantes comunitários. Dessa forma, criam-se condições e espaços para a prática do que chamamos de *protagonismo popular* (FERREIRA, 2019, s.p.).

2. O que torna uma rádio comunitária?

López Vigil (2003, p. 496), ao discutir o que torna comunitária uma rádio comunitária, afirma que o conceito deve ser ampliado para ser entendido a partir de interesses comuns, e não limites geográficos. O autor enumera que a rádio comunitária

não pode ser entendida a partir da baixa potência³, nem ser restrita a determinadas frequências, uma vez que “mensagens democráticas podem viajar em qualquer onda” (LÓPEZ VIGIL, 2003, p. 499), seja ela digital, FM, ou até mesmo em programas veiculados em rádios comerciais. A falta de licença para transmissão também não pode ser fator limitante para as rádios comunitárias, já que nem todas conseguem vencer a burocracia reinante para ter a regulamentação. Outros dois pontos destacados por López Vigil dizem respeito à propriedade do meio e ao uso de publicidade. Sobre esses dois aspectos, o autor considera:

Tão comunitárias podem ser as rádios privadas quantos as públicas, as religiosas quanto às leigas, as universitárias, as sindicais, as de propriedade cooperativa, de organizações populares, de ONGs, ou até as de três rapazes malucos que se juntaram para fabricar seu próprio transmissor e ingressar na economia informal com sua emissorzinha de bairro (LÓPEZ VIGIL, 2003, p. 500).

López Vigil afirma que, em relação ao uso de publicidade, os anúncios servem para a sobrevivência das emissoras, pois assim conseguiriam manter seu funcionamento (*ibid.*, 2003, p. 503). A partir do que foi apresentado, vemos que o autor foca no conteúdo transmitido pelas rádios, sejam elas nascidas ou não como comunitárias. Vale, para ele, se esse conteúdo traz ou não uma mensagem democrática e de cunho social a determinado lugar.

De qualquer forma, no caso brasileiro, as emissoras de tipo comunitário lutam há anos para conseguir o mínimo para continuarem atuando. Um dos entraves é, sem dúvida, a discussão sobre o uso da publicidade. No Brasil, a liberação para que as rádios comunitárias possam fazer uso de publicidade em suas programações está no senado por meio do projeto de lei nº 666, de 2019. De autoria do senador Weverton Rocha (PDT/MA), o projeto prevê que as emissoras poderão ter patrocínio em forma de publicidade institucional pública ou privada, de interesse cultural, social ou de atos da

³ Desde a lei que regulamenta a prática no Brasil, as rádios comunitárias têm potência estipulada em 25 watts. No entanto, está em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 10.637/2018, que prevê o aumento da potência para 150 watts. O projeto foi aprovado pelo senado e segue aguardando apreciação do plenário. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182042>. Acesso em: 4 maio 2020.

administração pública. Estabelece, ainda, o tempo máximo de publicidade em 10% da programação diária⁴.

Já na América Latina em geral, a situação sobre a regulamentação das emissoras é de contínuo embate em cada um dos 20 países que compõem a região. Segundo Alvarez (2004 *apud* TORRES 2009, p. 14), “agora o grande inimigo a enfrentar são as distintas legislações que regulam a situação das rádios comunitárias na América Latina. À exceção da Colômbia, todos os países apresentam restrições, de uma ou outra maneira, ao trabalho destas emissoras”.

As restrições, nas palavras de Nestor Busso, são de três tipos:

restrições na potência de emissão, na decisão do conteúdo e no uso de publicidade como forma de financiamento (a única forma que têm estas rádios de manter-se longe do alcance das influências e interesses políticos). Assim, por exemplo, no Chile, elas enfrentam restrições que as impedem de emitir com uma potência que supere um quilômetro de alcance; na Venezuela, é o governo que tem a última palavra sobre a programação de cada emissora; e no Peru a luta contra a norma que impôs o governo no ano passado que impedia a utilização de publicidade (BUSSO, 2004 *apud* TORRES, 2009, p. 14).

No entanto, cada uma das emissoras localizadas na América Latina continua o importante trabalho de desenvolvimento em suas regiões. As rádios comunitárias latino-americanas têm um passado de luta que encontramos nas rádios educativas da Colômbia, rádios mineiras ou sindicais da Bolívia, revolucionárias em Cuba, Nicarágua e El Salvador e muitas outras emissoras: “na América Latina, as ondas da comunicação comunitária se encontram às vezes associadas às atividades arriscadas que só se justificam diante da grandeza dos ideais de paz, justiça e liberdade para todos. Experiências que transmitem esperança” (TORRES, 2009, p. 15).

López Vigil bem destaca as qualidades encontradas nas rádios comunitárias:

Quando uma emissora promove a participação dos cidadãos e defende seus interesses; quando responde aos gostos da maioria e faz do bom humor e da esperança a sua primeira proposta; quando informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida cotidiana; quando em seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões são respeitadas; quando se estimula a diversidade

⁴ O projeto aguarda relatoria desde novembro de 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135185>. Acesso em: 1º maio 2020.

cultural e não a homogeneização mercantil; quando a mulher protagoniza a comunicação e não é uma simples voz decorativa ou uma propaganda publicitária; quando não se tolera nenhuma ditadura imposta pelas gravadoras, nem mesmo a musical; quando a palavra de todos voa sem discriminações ou censuras – essa é uma rádio comunitária (LÓPEZ VIGIL, 2003, p. 506).

3. Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense é uma região ligada a constantes embates sociais no estado do Rio de Janeiro: violência, problemas de segurança e condições dignas de vida convivem com uma busca de reconhecimento e atenção em demandas educacionais e culturais na maior parte de seus 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

O Rio de Janeiro se expandiu geograficamente para cada um dos municípios citados, que se converteram numa grande área periférica da capital, com mais de três milhões de habitantes. Houve uma perspectiva de crescimento aventada num passado que viu expandir nas cidades da região o cultivo da cana de açúcar, laranja e a exploração mineral (FIGUERÊDO, 2004). A atual realidade está bem longe disso. Existe, na verdade, a “ausência de uma política de desenvolvimento econômico planejada pelos governos visando estimular e aproveitar seu potencial” (FIGUERÊDO, 2004, s.p.).

O dado mais alarmante na região que compõe a Baixada está no constante aumento da violência, diretamente ligado aos grupos de milícia que existem desde a década de 1950 (anteriormente intitulados de grupos de extermínio) e que, desde a década de 1990, migram para a política.

Essa população desembocou agora nessas pessoas [milicianos]. Já desembocava antes, a baixada sempre assistiu esses matadores tendo uma carreira de sucesso, e agora essas carreiras estão extrapolando o nível local e chegam a essa dimensão nacional. Mas, ao meu ver, isso foi construído. Poderia dizer que há uma lógica miliciana e uma concepção miliciana que passa a dominar a sociedade brasileira (ALVES, 2019, s.p.).

De acordo com o pesquisador, essa concepção envolve todo um modo de vida na rotina de qualquer pessoa: desde venda de gás de cozinha até o vínculo com vários serviços públicos, a milícia domina muitos desses lugares.

Para vencer o desafio de ser vista única e exclusivamente como uma região periférica e violenta, há na Baixada uma intensa prática de atividades culturais e atuação de organizações sociais como forma de estimular aspectos de uma vivência cidadã. E é nesse âmbito que surgem as rádios comunitárias, procurando mostrar que é possível trabalhar uma comunicação local, voltada para as questões práticas de cada uma dessas cidades. Não falamos apenas em relação aos problemas que as cidades apresentam, mas também com a produção cultural e local.

4. Rádios comunitárias na Baixada Fluminense

O número de rádios comunitárias nos 13 municípios da Baixada Fluminense é incerto. Há registro de dez emissoras em funcionamento no site da Anatel⁵, mas o número deve ser bem maior, considerando-se que muitas emissoras comunitárias funcionam sem regulamentação. No Brasil, há mais de 30 mil rádios comunitárias operando e estão presentes, segundo Orlando Berti, em todos os estados federativos.

Em praticamente todas essas quase seis mil cidades, incluindo suas zonas rurais, há uma FM comunitária funcionando, tendo penetração, geralmente com grande influência, no dia a dia de suas populações. Em alguns casos são os únicos meios de comunicação que retratam sobre o local e o regional (BERTI, 2019, p. 151).

As rádios comunitárias, sem dúvida, vivem uma relação próxima com a comunidade: conhecimento das pessoas, dos lugares, dos problemas locais. Mais que conhecer quem é quem no espaço onde a rádio está inserida, é preciso haver proximidade, portas abertas para que seja possível trabalhar a informação local e as melhorias naquela localidade. É preciso dizer que as melhorias nos locais onde as rádios comunitárias estão inseridas envolvem não apenas assuntos como mobilidade, saúde,

⁵ Disponível em:

<https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E&nav=13&c=1&pref=> Acesso em: 10 abr. 2020.

educação, política, entre outros, de fato assuntos muito caros ao atual momento no cenário brasileiro; envolvem também a relação com o espaço de cultura e lazer, escape e respiro na luta diária. Habitar um lugar, ter a vida cotidiana em casa, na rua, no bairro, envolve o direito ao bem-estar, a usufruir de condições e situações que alcancem isso.

Nesse sentido, é pelo viés da proximidade que as rádios comunitárias se fazem importante onde funcionam. Proximidade não apenas no sentido figurado, mas proximidade das situações cotidianas. Não é à toa que o rádio tem a imagem de companheiro e amigo do ouvinte.

A imagem do rádio como companheiro e amigo revela, antes, que o veículo consegue estabelecer com o receptor contratos que têm ingredientes (cláusulas) a mais do que o jornal ou a própria televisão. Relações marcadas pela demonstração de carinho, fidelidade e agradecimento. A estratégia da recriação da ambiência e uma ação mais direta sobre o imaginário do receptor propiciam isso, de certa maneira. O rádio é um convite permanente à imaginação, ao envolvimento, e mesmo, à cumplicidade na realização do processo enunciativo (SALOMÃO, 2003, p. 26).

Já em Berti (2019, p. 8), a proximidade e fidelização com o receptor são elementos importantes para que os ideais comunitários se façam presentes na prática das rádios comunitárias:

O estar próximo às comunidades ajuda as emissoras comunitárias a poderem fazer mais pelos ambientes nos quais estão inseridas. Isso é dado porque a maioria (ou quase totalidade) dos agentes comunitários dessas emissoras estão inseridos no próprio ambiente local, conhecendo a fundo as demandas comunitárias, muitas vezes tendo sido nascidos e criados naqueles ambientes. Fatos que instigam maiores compromissos comunicacionais dessas rádios.

Destaque-se, ainda, que o perfil do ouvinte de rádio comunitária não se estagnou – pelo contrário, avançou conforme a evolução tecnológica. Hoje temos as rádios funcionando no esquema tradicional de frequência modulada e também na internet (algumas migraram completamente para o ambiente da web). O ouvinte, assim, é agora um ouvinte-internauta, conforme descreve Débora Lopez (2010, p. 115):

O rádio não fala para um ouvinte passivo, mas para alguém que deseja participar, contribuir – mais do que o fazia até então. O ouvinte – agora também ouvinte-internauta – busca outras fontes de informação, cruza, contesta, discute, corrige, atualiza, conversa com o jornalista

que está no ar. Mais que nunca, o ouvinte participa. [...] Hoje eles [ouvintes] compartilham os mesmos espaços e ambientes, muitas vezes no mesmo círculo de relações, através de redes sociais. Desta forma, o ouvinte, que antes glorificava, idealizava e mitificava o comunicador, tem a oportunidade de passar a vê-lo de maneira mais próxima, já que se lhe permite o diálogo, a interação.

5. Contrato de comunicação

De acordo com Patrick Charaudeau, todo discurso depende de uma série de condições específicas que vão propiciar trocas entre as pessoas envolvidas. A situação de comunicação, nas palavras do autor, é a principal referência para que isso ocorra.

Como poderiam trocar palavras, influenciar-se, agredir-se, seduzir-se, se não existisse um quadro de referência? Como atribuiriam valor a seus atos de linguagem, como construiriam sentido, se não existisse um lugar ao qual referir as falas que emitem, um lugar cujos dados permitissem avaliar o teor de cada fala? A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico (CHARAUDEAU, 2018, p. 67).

Nessa linha de pensamento, ao escutarmos um programa de rádio, nos deparamos com a fala do locutor em seu palco de atuação, a emissora ou qualquer ambiente externo, que se dirige a um público. Este, por sua vez, deve reconhecer aquilo que é dito e ter ciência dos códigos utilizados para, a partir do som, visualizar as falas e o que está além delas – o rádio nos leva à sensorialidade, à capacidade de imaginar aquilo que ouvimos:

Produzimos imagens, não apenas no sentido de que criamos objetos imagéticos, mas também porque fabricamos a conexão em nossas cabeças entre as coisas e as figuras, sonoras ou visuais, dessas coisas. Portanto, para que exista uma imagem é necessário um ato de performance de quem escuta ou de quem vê (IAZETTA, s.a., p. 20).

Voltando a Charaudeau, há na prática comunicativa um quadro de cointencionalidade no qual, no caso de emissoras de rádio, tanto quem fala quanto quem escuta conhece e aceita as restrições da situação de comunicação:

O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção a estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um contrato de comunicação. Este resulta das características próprias à situação de troca, os dados externos, e das características discursivas decorrentes, os dados internos (CHARAUDEAU, 2018, p. 68).

Os dados externos se constituem a partir de regularidades comportamentais e pelas constantes que surgem nas trocas e se mantêm estáveis. Charaudeau afirma que ambas as situações “são confirmadas por discursos de representação que lhes atribuem valores e determinam assim o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido” (CHARAUDEAU, 2018, p. 68). Há quatro categorias para os dados externos:

1. Condição de identidade – a troca depende dos sujeitos que participam do ato de comunicação (quem fala a quem?);
2. Condição de finalidade – é preciso haver um objetivo no ato de comunicação (estamos aqui para dizer o quê?);
3. Condição de propósito – “é a condição que requer que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio de saber” (*ibid.*, p. 69). A pergunta que se faz é: do que se trata?
4. Condição de dispositivo – “é a condição que requer que o ato de comunicação se construa de uma maneira particular” (*ibid.*, p. 69). Que lugares físicos são ocupados para o ato de comunicação?

Em relação aos dados internos do contrato de comunicação, o autor aponta que eles estão na esfera discursiva; respondem à pergunta: como dizer? Ocupam o espaço de locução, o espaço de relação e o espaço de tematização.

1. Espaço de locução – “o sujeito falante deve resolver o problema da ‘tomada da palavra’” (*ibid.*, p. 71). Aqui, justifica sua posição como sujeito falante e identifica o destinatário ao qual se dirige;
2. Espaço de relação – é o momento em que se estabelecem “relações de força ou aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor” (*ibid.*, p. 71).

3. Espaço de tematização – é onde se fala do tema da troca; o sujeito falante toma partido do tema, aceitando ou não, e escolhe como vai atuar em relação a esse tema.

Nos parágrafos a seguir, registramos o funcionamento de duas emissoras comunitárias na Baixada: a Serra Verde, de Xerém, distrito de Duque de Caxias; e a Rádio Mirandela, de Nilópolis. Ambas possuem uma forte atuação nas cidades em que se encontram e são emissoras comunitárias consolidadas na região. Aplicamos o conceito de contrato de comunicação de Patrick Charaudeau (2018) como linha metodológica para verificar a importância dessas emissoras em uma comunicação propositiva e cidadã e entender como se dá a presença dos ouvintes nas emissoras.

6. Rádio Serra Verde FM

Localizada no distrito de Xerém, Duque de Caxias, a Rádio Serra Verde 98,7 FM funciona desde maio de 2003 e cobre a região de Xerém e municípios vizinhos. Funciona na área rural da região e, além da cobertura em frequência modulada, também possui site na internet e sistema de alto-falantes nas ruas e praças de Mantiquira e Xerém⁶. Em 2004, o idealizador da emissora, Reinaldo Santos, começou o trâmite para tornar a Serra Verde regulamentada, o que ocorreu apenas em 2010⁷.

A rádio funciona 24 horas por dia e, para se manter, utiliza os apoios culturais obtidos a partir do comércio local. Atualmente, há uma equipe de sete pessoas que se reveza entre programas musicais e o programa *Espaço Aberto*, que atende as demandas dos ouvintes. Nesse programa, o ouvinte entra em contato por Whatsapp, redes sociais e telefonemas.

De acordo com um dos apresentadores, Frank Bezerra, a programação musical trabalha com “sertanejo raiz, *flashbacks*, música contemporânea, MPB, música internacional antiga e também atual, não coisa muito que bate na cabeça da pessoa, é mais tranquila”⁸.

⁶ Disponível em: <http://www.serraverdefm.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 15 maio 2020.

⁷ Segundo Reinaldo, que cuidou de toda a parte burocrática para conseguir a regulamentação, a licença provisória saiu em 2010 e a definitiva, em 2016.

⁸ Entrevista cedida às autoras em fevereiro de 2019.

O programa *Espaço Aberto* é o mais representativo em relação ao trabalho com a comunidade. Vai ao ar às sextas-feiras, das 9 às 12 horas. A apresentação é de Reinaldo Santos e conta com dois ou três debatedores.

Quando a gente reformulou o programa eu criei uma ideia de fazer uma mesa para apresentar o programa para não ficar preso a uma pessoa só. Chamei o representante de cada setor da comunidade. Tem um que foi presidente da associação de moradores, a outra do conselho municipal de saúde, o outro que está sempre por dentro das coisas de Xerém, apesar de não ser morador, tem uma bióloga que vem, que já fez serviço aqui de horta comunitária em uma associação aqui.⁹

Há ainda o quadro repórter comunitário, para ir às ruas conversar com os moradores: o repórter leva um telefone e um rádio-retorno para a comunicação. Reinaldo Santos explica que a ideia é parte do plano de incentivar maior participação dos moradores com a emissora.

Um caso que mostra a importância da rádio comunitária na região ocorreu em 2013 durante as fortes chuvas em Xerém. Reinaldo lembra que a cidade estava sem comunicação e alguns moradores procuraram a emissora para pedir ajuda e chamar os bombeiros: “Agora, toda vez que chove, as pessoas ligam logo pra rádio, deixam mensagem na página”, diz Reinaldo.

6.1. Rádio Serra Verde FM nas redes sociais

A página Rádio Serra Verde FM no Facebook tem 6.959 curtidas e 7.105 seguidores, incluindo pessoas que moram em outros estados. O Twitter @SerraVerde987FM possui 17 seguidores (não atualiza as informações desde 2017), e a página da rádio no Instagram, @serraverdefmxerem, tem 184 seguidores e 27 publicações.¹⁰ Os dados dão a entender que a rádio tem predominância no meio tradicional de transmissão, pelas ondas de frequência modulada, e o Facebook é a rede social mais utilizada para passar informações sobre a emissora.

⁹ Reinaldo Santos em entrevista cedida às autoras em fevereiro de 2019.

¹⁰ Dados de 21 de setembro de 2020.

6.2. Programa *Espaço Aberto*¹¹

O programa é apresentado semanalmente, às sextas-feiras, das 9 às 12 horas, dividido em três blocos. No programa do dia 22 de março de 2019, os assuntos discutidos foram: conferência municipal de saúde em Duque de Caxias; dispensa de vistos do governo brasileiro para turistas dos EUA, Canadá, Austrália e Japão; discriminação de funcionários da Alerj com a deputada Dani Monteiro; Arco Metropolitano; momento político no Brasil; posse a deputados presos no Rio de Janeiro; protesto contra a reforma da previdência; assessores de assuntos religiosos nomeados por prefeito de Belford Roxo; Procon de Petrópolis notificando estabelecimentos com produtos vencidos; e trânsito em Xerém.

A estrutura do programa é tradicional, com um apresentador e os debatedores. As notícias são escolhidas pela importância do momento e importância para a região. Assim, ao mesmo tempo que há uma discussão sobre a liberação de vistos a turistas estrangeiros, também se discute a conferência municipal de saúde em Duque de Caxias. O apresentador, Reinaldo, faz a leitura da notícia principal e, na sequência, convida os colegas a debaterem o assunto. Nesse dia, participaram como debatedores Luis Fares e Roberto Santos, ambos moradores da Baixada e atuantes em rádios comunitárias.

Em todos os blocos há participação dos ouvintes para agradecer por uma melhoria alcançada por meio da emissora – caso do ouvinte Samuel, por exemplo, que ligou para falar de um problema na sua rua que acabou sendo sanado com ajuda da rádio. Os ouvintes também são convidados a darem a opinião sobre os diversos assuntos em pauta. Para incentivá-los, há promoções com prêmios, como um frango assado ou uma consulta oftalmológica, que foi o caso no dia desse programa. Nessa edição, 11 ouvintes participaram do programa, diretamente por telefone, conversando com os apresentadores, ou por mensagens pelo Whatsapp.

Houve ainda a participação de duas mulheres repórteres voluntárias da emissora: Rosângela Costa, bióloga e professora, que fez a cobertura da conferência municipal de saúde em conjunto com Vilna Ferreira, também repórter voluntária e conselheira de

¹¹ O programa foi escolhido para análise por ser o programa jornalístico da emissora que mais trabalha com as situações cotidianas dos ouvintes na cidade. O programa do dia 22 de março de 2019 foi escolhido de forma aleatória.

saúde no município. Elas entrevistaram participantes da conferência, conversaram com os apresentadores do programa e informaram sobre os debates realizados no evento.

Nessa edição, foram ao ar 30 intervenções de apoios culturais, demonstrando que a emissora tem popularidade no comércio local e que este aposta na Serra Verde FM como espaço de divulgação de seus produtos.

7. Rádio Mirandela FM

A Rádio Mirandela FM existe desde 1994, mas com outro nome: Aparecida FM. De 1997 até 2007 a rádio permaneceu fechada e parada, decisão tomada por não terem conseguido a autorização legal para funcionar. O processo só foi retomado em 2006, e em 2007 a concessão foi liberada. Com a regulamentação, foi preciso utilizar um novo nome, e a partir do ano de 2007 a antiga rádio Aparecida FM se tornou a rádio comunitária Mirandela FM¹².

Localizada em Nilópolis, no interior de uma igreja católica, a Mirandela é a rádio comunitária de baixa frequência que representa a região. Fabiano Maranhão é o coordenador da rádio e faz também a operação de áudio. Em 2019, havia 20 voluntários de diversas faixas etárias e áreas de trabalho/estudo para levar ao ar cerca de 20 programas em 12 horas de programação por dia. Há também programas gravados e transmitidos nos horários vagos.

A Rádio Mirandela FM é a única rádio comunitária com regulamentação do município de Nilópolis. Por conta de toda a sua história, é importante mencionar o tipo de relação que existe com a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida. De acordo com Fabiano, a paróquia atua como apoiadora do trabalho da emissora, uma vez que as rádios comunitárias não podem ter ligação com qualquer tipo de religião ou grupo político.

Ao longo dos anos, com a gestão de alguns representantes da paróquia que acreditavam na importância da Mirandela para dialogar com os moradores, a rádio recebeu auxílio de freis que abraçaram a ideia. O atual frei é uma das pessoas que ajudaram, apoiando-a durante anos, com o estúdio e outras necessidades para o funcionamento da rádio.

¹² Mirandela é o nome da estrada onde se localiza a emissora.

Hoje, a rádio sobrevive parcialmente por meio de apoios culturais. Depois de diálogos entre a diretoria e o posicionamento da igreja de querer contribuir, foi decidido que o frei Walter Ferreira ajudaria nos custos da rádio: compraram a casa, adaptaram para o estúdio e a rádio funciona com a colaboração dos próprios voluntários e pessoas da equipe que cedem e ajudam com equipamentos, computadores e outros materiais.

7.1. Programação

Entrevistas, assuntos de utilidade pública, noticiário, quadros interativos, informações da área de saúde, prestação de serviços e quadros musicais fazem parte da diversa programação da Mirandela.

A rádio já realizou programas com debates sobre depressão e suicídio com recorde de audiência, chegando a dois mil ouvintes. Segundo Fabiano, isso reforça a necessidade de fazer esse diálogo com os ouvintes. Ele enumera os programas que já foram ao ar na rádio, que apresentaram: conteúdo sobre inclusão, saúde, autismo, pré-vestibulares sociais; entrevistas com psicólogos, líderes religiosos candomblecistas, umbandistas, católicos, evangélicos e judeus; debates sobre a questão da previdência, questões sociais e questões específicas da realidade dos moradores daquela região.

7.2. Mirandela nas redes sociais

Devido ao alcance reduzido e baixa frequência, as rádios comunitárias buscam alternativas para chegar até pessoas de outras partes do estado e do país. Uma das estratégias da Mirandela é o uso das redes sociais. No período de pandemia da Covid-19, por exemplo, a Rádio Mirandela FM está fechada, mas dispõe de apresentações de *lives* no Facebook como forma de manter-se atuante.

A página Rádio Mirandela FM 98,7 no Facebook possui 4.441 curtidas e 5.296 seguidores, incluindo pessoas que moram em outros estados, as quais interagem e acompanham a transmissão dos programas. O Twitter @radiomirandelafm conta com 358 seguidores (a postagem mais recente é de 2019), e a página da rádio no Instagram tem 398 seguidores e 118 publicações.¹³

¹³ Dados de 21 de setembro de 2020.

As *lives* são uma ferramenta estratégica importante para a interação com o público, que pode reagir e comentar em tempo real durante a programação. Dessa forma, cria-se certo tipo de proximidade com o ouvinte, ainda que esteja longe do local onde a rádio funciona.

7.3. A *Vida É Muito Mais*

O especial *A Vida É Muito Mais* foi uma *live* apresentada em quatro edições na página da Rádio Mirandela FM.¹⁴ Começou em 29 de maio, durante a pandemia de Covid-19, e por isso foi transmitido da casa do apresentador Eli Geovane¹⁵, às 21 horas. Eli Geovane é assistente social e criador de conteúdo digital. Morador de Nilópolis, ele possui o canal de compartilhamento *A Vida É Muito Mais*, um canal do YouTube no qual ele fala de experiências sobre a vida e ajuda empreendedores de todo o Brasil a divulgar melhor seu trabalho.

Desse canal, surgiu a ideia de transmissão também pela página da Mirandela. *A Vida É Muito Mais* foi produzido por Eli e transmitido na página da rádio no Facebook como forma de agregar público. Segundo o assistente social, tanto seu trabalho na emissora quanto as *lives* tiveram que parar devido a sua candidatura a vereador em Nilópolis.¹⁶

Para esta análise escolhemos a *live* de estreia no canal, que pode ser enquadrada no gênero de entretenimento por promover a cultura da região e ter um formato mais solto e de humor. No dia de estreia, a edição contou com os seguintes temas: quadros de humor; entrevista com Flávio Lemos, integrante da banda musical Dona Zezé, uma banda móvel que se apresenta em ruas, trem e metrô no Rio de Janeiro; dicas sobre o que fazer na quarentena, com Guilherme Henrique; dicas de livros, músicas e jogos de videogame; entrevista com integrantes da ONG Heróis e Princesas da Alegria, que faz intervenções em hospitais, asilos e creches; quadro “Seu talento é muito mais”, que divulga talentos de moradores; quadro “Eli recomenda”, com divulgação de comércio

¹⁴ O especial foi escolhido para análise por ser de entretenimento e ter começado no período da pandemia de Covid-19. A emissora está fechada desde o início do isolamento social, em março de 2020.

¹⁵ O assistente social está há oito anos na Mirandela como voluntário e lá apresenta o programa *Encontro Jovem*, um programa católico.

¹⁶ Entrevista cedida às autoras em 28 de setembro de 2020.

local. Os participantes dessa edição são moradores ou da Baixada Fluminense ou de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A interação com o público ocorreu a todo instante. Eli fez a leitura das mensagens enviadas pelo Facebook e brincou bastante com o público. A *live* teve 554 visualizações¹⁷, 49 curtidas e 246 comentários na página da emissora. O apresentador é jovem, conhece a região e mostra bastante entusiasmo com o trabalho. Ele encerra o programa cantando uma música previamente combinada com seu público.

8. Contrato de comunicação nas emissoras

Rádio Serra Verde FM Programa <i>Espaço Aberto</i>		Rádio Mirandela FM Programa <i>A Vida É Muito Mais</i>	
Dados externos	Dados internos	Dados externos	Dados internos
Identidade O apresentador principal é quem conduz as ações de fala e incentiva os ouvintes a participarem do contrato de comunicação.	Locução O apresentador que faz a mediação do programa entre os debatedores e os ouvintes.	Identidade Um único apresentador conduz o ato de comunicação e convida o público a interagir com ele.	Locução O apresentador faz todas as passagens, chamando quadros, entrevistando convidados e falando com ouvintes internautas.
Finalidade Discussão de temas relevantes à comunidade de Xerém.	Relação O apresentador, Reinaldo, consegue estabelecer um espaço de entendimento e respeito junto a seus colegas debatedores e também junto ao público ouvinte, mesmo que não concorde com o que é dito. ¹⁸	Finalidade Discussão de temas de entretenimento com: humor, cultura, comportamento.	Relação O apresentador, Eli Geovane, se mostra simpático, entusiasmado, deixando o programa em alto astral e leve.

¹⁷ Dados de 23 de setembro de 2020.

¹⁸ No segundo bloco do programa, o ouvinte Fábio responde à pesquisa do dia: você é a favor ou contra a liberação de vistos no Brasil para turistas de EUA, Canadá, Austrália e Japão? O ouvinte explica porque é a favor da liberação de vistos, e Reinaldo, que é contra, conversa com o ouvinte de forma educada e acatando a opinião emitida.

<p>Propósito Notícias jornalísticas diversas, notícias da região, reclamações de ouvintes, promoções.</p>	<p>Tematização O programa é emitido durante três horas e é organizado em três blocos. Cada bloco traz assuntos previamente organizados, com espaço para opinião dos debatedores e dos ouvintes que participam.</p>	<p>Propósito Mostrar os moradores da Baixada em trabalhos que envolvem humor, cultura, ação social etc.</p>	<p>Tematização A <i>live</i> dura pouco mais de uma hora, organizada pelo apresentador com muito dinamismo. Isso pode ser comprovado com o uso de quadros diversos: dicas, cultura, ação social, perguntas aos ouvintes internautas, humor e música.</p>
<p>Dispositivo Rádio em frequência modulada e com transmissão também online.</p>		<p>Dispositivo Internet, <i>live</i> por rede social – Facebook.</p>	

Nas duas situações, os locutores, sujeitos que emitem a fala a partir do estúdio da emissora (caso Serra Verde) ou do ambiente de sua residência (caso Mirandela), estão imersos no palco de onde comunicam seus dizeres, restritos por um tempo de duração do programa, pelo espaço de onde falam e pelas relações que se estabelecem nessa espécie de encenação que ocorre durante a apresentação dos programas analisados.

O contrato de comunicação se faz presente nos aspectos citados, que são detalhados nos dados externos. Os dados externos, como vimos, trabalham com tudo que traz uma regularidade e constância nas trocas. Em ambos os programas, isso ocorre a partir do chamamento do ouvinte. O ouvinte é convocado em presença, é lembrado a cada abraço e é estimulado à participação, seja por meio de telefonemas ou mensagens pelo Whatsapp ou Facebook.

A forma como isso ocorre é por meio dos dados internos, nos quais localizamos o jeito dos locutores de se expressar e de trabalhar a linguagem para relacionar-se com o público e com os temas trabalhados. Se na Rádio Serra Verde FM isso ocorre na condução de um programa jornalístico que discute notícias, opina e envolve o ouvinte no cotidiano da cidade, portanto com um tom sério; na Rádio Mirandela, ocorre no viés

do entretenimento, com humor, cultura e comportamento, mostrando que as cidades da Baixada possuem um cotidiano repleto de situações diversas.

Como se percebe, as rádios aqui apresentadas fazem uso do avanço tecnológico: saem de um momento analógico e passam a funcionar também de forma virtual, com o uso de sites e redes sociais. Isso é positivo, pois dessa forma conseguem atender a dois públicos distintos: o público que ouve a emissora nos aparelhos de rádio e o público que tem acesso à internet, conforme Kischinhevsky (2016, p. 13-14):

O rádio é hoje um meio de comunicação expandido, que extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, sites de jornais, portais de música. A escuta se dá em frequência modulada (FM), ondas médias (AM), curtas e tropicais, mas também em telefones celulares, tocadores multimídia, computadores, notebooks, tablets; pode ocorrer ao vivo (no dial ou via *streaming*) ou sob demanda (*podcasting* ou através da busca em arquivos ou diretórios).

Notamos que os ouvintes da Rádio Serra Verde FM e da Mirandela fazem, sim, uso do modelo tradicional de escuta, via FM, mas acompanham também as emissoras via internet, pelos celulares ou pelos posts nas redes sociais; em ambas, o Facebook é o mais utilizado.

9. Considerações finais

A linguagem radiofônica é trabalhada de forma natural nas emissoras apresentadas. Cada qual a seu estilo procura ter, talvez de forma instintiva, o espaço para a palavra falada, os efeitos, a música e o silêncio. Percebemos que tanto na Rádio Serra Verde quanto na Mirandela há uma estreita relação com o lugar de onde transmitem. Os apresentadores levam ao ouvinte a informação local, que chega pelo celular, por mensagens na internet, por leituras de sites de notícia ou por entrevistas que são feitas diariamente.

Um dos problemas em relação ao conteúdo das emissoras é a reprodução de um estilo de programação realizado pela grande mídia. Na verdade, é algo que se resolveria a partir de capacitações aos integrantes das emissoras. Já houve no passado esse tipo de

iniciativa, mas hoje as emissoras contam com poucos recursos para aprimorarem seus conteúdos. Como bem lembra Peruzzo (1998, p. 13):

As rádios comunitárias não pretendem competir com as emissoras convencionais. Querem mesmo é oferecer às comunidades conteúdos de cunho cultural e educativo que as outras não têm se interessado em privilegiar. Em sua dinâmica vêm servindo de espaço para o aprendizado da cidadania, ao proporcionar mecanismos para participação da população nas várias etapas do processo de comunicação, tais como na gestão dos veículos e no planejamento e produção de programas.

As emissoras comunitárias realizam um trabalho essencial para a população. Mais essencial ainda quando nos referimos a uma região extremamente carente de recursos, como é a Baixada Fluminense. São essas rádios que levam às autoridades as situações emergenciais apontadas pelos moradores. Claro que aqui estamos falando das emissoras que cumprem fielmente o caráter comunitário de forma independente e propositiva. Isso pode ser notado, por exemplo, na Rádio Serra Verde¹⁹ ao noticiarem uma intervenção do Procon em Petrópolis que autouou estabelecimentos com alimentos vencidos, e logo uma ouvinte pergunta sobre como acionar o Procon em Xerém. O apresentador principal pesquisa e, assim que consegue a informação, a passa no ar. Outro ouvinte reclama da falta de energia elétrica no seu bairro. O apresentador liga para a companhia de energia elétrica e não obtém resposta. O fato também é comentado no ar. Esses exemplos demonstram que a rádio cumpre o papel de ser porta-voz dos moradores do lugar, levando a diversas instituições os cenários apresentados e cobrando resoluções mais rápidas.

Uma rádio comunitária agrega qualidade quando faz uma programação que atende as necessidades de seu público e quando fala com esse público com conhecimento de causa. Quanto mais local é a programação, mais próxima estará de um processo dialógico com o ouvinte. Ao acompanhar a programação de sua cidade, o ouvinte se percebe fazendo parte daquela situação. A proximidade com o ouvinte é uma das principais características da rádio, e é por isso que o locutor fala com uma infinidade de pessoas como se estivesse falando com cada um em particular. Isso gera sensações de visibilidade e importância; no caso da Baixada ainda mais, pois as notícias

¹⁹ Programa *Espaço Aberto*, acima analisado.

são locais e não são apenas notícias e assuntos de violência comumente veiculados na grande mídia.

A *live A Vida É Muito Mais* da Rádio Mirandela traz assuntos essenciais para qualquer sociedade: estimula o riso, o bem-estar e o conhecimento cultural da região, mostrando trabalhos de pessoas que dificilmente estariam na mídia, mas que têm espaço na rádio comunitária. Em período de pandemia, é questão de sobrevivência acompanhar um programa que leva a alegria às casas, ainda mais quando mostra o talento de pessoas da região.

Sem dúvida, a sobrevivência se impõe às emissoras neste momento. Sobrevivência não apenas financeira, mas também em termos de sedução de uma ampla parcela de moradores para que tenham as rádios como suas. A participação e a abertura de portas devem ser estimuladas para um trabalho cidadão e envolvente, com vistas ao cumprimento do ideal comunitário das emissoras.

Em todo caso, há de se entender que, em um momento de distanciamento social, o uso das redes sociais e o estímulo contínuo à participação conseguem integrar os sujeitos do ato de comunicação e seus destinatários numa rede de troca e relação constantes. Nesse sentido, tanto a Rádio Serra Verde FM de Xerém quanto a Rádio Mirandela FM de Nilópolis conseguem levar uma comunicação plural e cidadã a seus ouvintes.

10. Referências

ALVES, José Cláudio Souza. **Como atuam as milícias por dentro e por fora do estado.**

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/como-atuam-as-milicias-por-dentro-e-por-fora-do-estado>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. Sistema de Consultas. Disponível em:

<https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E&nav=13&c=1&pref>. Acesso em: 1º maio 2020.

BALSEBRE, Armand. A linguagem radiofônica. *In*: MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 327-336.

BAUMWORCEL, Ana. Armand Balsebre e a teoria expressiva do rádio. *In*: MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 337-346.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. Vinte e um anos da lei das rádios comunitárias no Brasil. Pontos e contrapontos. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana/MG, v. 10, n. 2, p. 150-171, jul./dez. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 10.637/2018. Altera a lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para aumentar o limite de potência de transmissão e qualidade de canais designados para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182042>. Acesso em: 4 maio 2020.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei nº 666/2019. Altera a lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para permitir a veiculação de privacidade. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135185>. Acesso em: 1º maio 2020.

CARVALHO, Marcus Aurélio. **Rádios comunitárias em crise existencial**: linguagem e afetos na era do ouvinte comunicador. 173 p. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Problemas de Análises das Mídias. In: MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005. p 223-230.

FERREIRA, Marinéia. **Comunicação comunitária**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/comunicacao-comunitaria/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. **Revista Geo-Paisagem** (online), ano 3, n. 5, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixada.htm>. Acesso em: 24 abr. 2020.

IAZETTA, Fernando. **A imagem que se ouve**. Diálogos Transdisciplinares: Arte e Pesquisa. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002791473.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádios e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. 152 p.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermediático**: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio *all news* brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. Covilhã, Portugal: LabCom, 2010. Disponível em: http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110415-debora_lopez_radiojornalismo.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003, 518 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, GT Cultura e Comunicação Popular, Recife, set. 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

SALOMÃO, Mozahir. **Jornalismo radiofônico e vinculação social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003. 144 p.

SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. Rádio Novos Rumos: 17 anos de luta. **Fenaj**, 28 jan. 2008. Disponível em: <https://fenaj.org.br/radio-novos-rumos-17-anos-de-luta/>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SILVA, Ana Carolina Ferreira Rodrigues da. **Vozes da Baixada**: um estudo sobre rádio comunitária em Queimados e São João de Meriti. 101 p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, PUC-Rio, 2007.

TORRES, Bruno Araújo. O movimento de democratização do rádio no panorama latino-americano. **Anais do Encontro Nacional de História da Mídia, Mídia Alternativa e Alternativas Midiáticas**, Fortaleza, Ceará, ago. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/O%20movimento%20de%20democratizacao%20do%20radio%20no%20panorama.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.

VIANNA, Graziela Valadares Gomes de Mello. Elementos sonoros da linguagem radiofônica: a sugestão de sentido ao ouvinte-modelo. **Galáxia**, São Paulo, v. 14, n. 27, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198225532014000100019&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 17 ago. 2020

**Humanização do discurso em fotografias de entrevista:
análise crítica de publicações do *SP invisível***

**Humanization of Discourse in Interview Photographs:
Critical Analysis of *SP invisível*'s Publications**

*Marcelo De Franceschi dos Santos*¹

Resumo: Este artigo analisa a proposta de humanização do discurso das fotografias de entrevista do coletivo fotográfico *SP invisível*. Por meio da abordagem da Gramática do Design Visual, verificam-se os recursos de interação nas imagens e as características essenciais humanas nas legendas. Conclui-se que a humanização do discurso dos retratados ocorre parcialmente, sendo mais uma sensibilização orientada para os usuários do site de rede social do que para as pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Fotojornalismo; Humanização; Coletivo fotográfico; Gramática do design visual; Fotografias de entrevistas.

Abstract: This article analyzes the proposal to humanize the discourse of the photographic collective *SP invisível*'s interview photographs. Through the Grammar of Visual Design approach, the interaction resources in the images and the essential human characteristics in the captions are verified. It is concluded that the humanization of the portrayed's discourse occurs partially, being more a sensitization oriented to users of the social network site than to people in street situation.

Keywords: Photojournalism; Humanization; Photographic collective; Grammar of visual design; Interview photographs.

1. Introdução

A busca por humanização tem sido uma preocupação em diferentes áreas do conhecimento. Não é diferente no Jornalismo, em que a intenção de humanizar o discurso sobre pessoas é empreendida direta e eventualmente por jornais tradicionais, bem como algumas iniciativas independentes que se dedicam integralmente a tal meta. Compreendendo a humanização conforme Freire (2016) e com três características essenciais humanas (MÁRKUS, 2015), o objetivo deste artigo é analisar a proposta de humanização de discurso de um desses projetos alternativos, o coletivo fotográfico *SP invisível*, por meio de fotografias de entrevista publicadas em site de rede social. Na página do Facebook do agrupamento, ele se autodescreve como “um movimento de

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: mfjornalss@gmail.com

conscientização e humanização através das histórias dos invisíveis da cidade de São Paulo”.

O *SP invisível* trata-se de um grupo de profissionais que produzem a página voltada principalmente para a publicação de fotografias de entrevistas com pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. As fotos acompanhadas de um texto entre aspas, atribuído ao retratado, são publicadas sem qualquer menção à autoria da fotografia. Assim, a organização dos responsáveis pela página no site de rede social foi tomada como um coletivo fotográfico (SANTOS, 2020b), pois os integrantes dividem a responsabilidade, a produção, a edição e os resultados do projeto.

A grande audiência angariada pelas histórias do objeto empírico no Facebook chamou a atenção de alguns pesquisadores. Dois trabalhos possuem enfoques sobre as capacidades das publicações de ora representar a humanidade dos retratados (CARRARO; LEMOS, 2015), ora convocar os leitores a reparar nas pessoas (LOBATO, 2017). Este último constata que a página busca ressaltar a humanidade nas narrativas e fazer com que o restante da sociedade, pelo menos a parcela com acesso ao site da rede social, possa conceber as pessoas em situação de rua como seres humanos e não como objetos. O trabalho de Lobato (2017) é o único que analisa, mesmo sem método declarado, a fotografia e o texto da iniciativa. O restante ou se atém à fotografia ou à legenda, isto é, não examina integralmente as fotografias de entrevista cujo “centro do diálogo, o jornalístico, é a personalidade do indivíduo” (ABREU SOJO, 1998, p. 72, tradução nossa)². Tal diálogo, derivado de uma entrevista e incluído na legenda, pode problematizar as questões dos retratados (SANTOS, 2020a).

A compreensão do fenômeno por meio de uma abordagem que englobe os textos verbais e visuais se justifica porque o objeto empírico faz uso de fotografias jornalísticas aliadas a entrevistas concedidas pelos retratados. Por isso, a análise adequada não deve incidir somente nas fotografias, mas, sim, na relação entre as fotografias e as legendas, o que gera um discurso interdependente. Ao abordar ambas, é possível verificar se foram provocadas mudanças na forma como os indivíduos são enxergados e se enxergam.

Para alcançar esse objetivo, foi escolhido como método de análise a Gramática do Design Visual (GDV), por possibilitar alinhar as fotografias com a constatação das características essenciais humanas nas legendas através da separação dos diferentes

² Tradução nossa para: “El centro del diálogo, lo periodístico, es la personalidad del individuo”.

componentes das fotografias de entrevista publicadas pelo *SP invisível* no Facebook. Os autores da GDV, Kress e Van Leeuwen (2006), propõem essa perspectiva semiótica pela Análise Crítica do Discurso (ACD), na concepção de que o discurso se constrói com base nos significados das palavras em conjunto aos significados do conteúdo não verbal.

Num primeiro momento, desenvolvem-se considerações sobre a metodologia utilizada. Em seguida, as fotografias de entrevista são analisadas no nível da estrutura, descrevendo-se as características do que foi ou não valorizado imagetivamente e, nas legendas, textualmente. Finalmente, realiza-se uma síntese crítica que depreende os significados propostos pelas mensagens.

2. Método: Gramática do Design Visual

Uma utilização da Gramática do Design Visual precedente foi a de Oliveira (2011), sobre as relações que fotografias podem estabelecer com a linguagem escrita em reportagens que mostravam fiéis de uma igreja evangélica brasileira. O autor afirma que a fotografia não é publicada apenas para comprovar a veracidade dos casos, mas, também, para incitar os leitores a uma determinada direção, despertando nestes “uma necessidade ou desejo de ter algo” (OLIVEIRA, 2011, p. 11). Aqui, levanta-se a hipótese de que, se uma fotografia e um texto podem ser usados para despertar desejos pessoais, essa linguagem verbo-visual pode igualmente oportunizar, pelo menos, considerações, sensibilização ou conscientização entre seres humanos.

Objetivando depreender as relações interativas de imagens significativas do *SP invisível*, os recursos da GDV podem ser aplicados por tratarem das ações, feitas pelo produtor do texto visual, de aproximação ou de afastamento do representado com o observador. A perspectiva da GDV considera o produtor e o observador como Participante Interativo (PI) e o retratado como Participante Representado (PR). “Os PI são aqueles que produzem e consomem o texto; os PR são as pessoas, lugares e coisas presentes no texto” (OLIVEIRA, 2011, p. 7). Resumidamente, as ações do discurso são analisadas considerando quatro recursos: contato, distância social, perspectiva e modalidade.

O primeiro deles, conforme Kress e Van Leeuwen (2006, p. 117), ocorre pelo direcionamento da linha do olhar dos participantes representados. O contato é determinado ou não pela linha formada entre a direção do olhar do PR e do PI, e pode

ocorrer de duas maneiras: por demanda ou oferta. Na primeira, o PR olha diretamente para o observador, convidando-o à interação e sendo sujeito do ato de olhar. Na segunda, o PR não encara o observador, sendo uma oferta de informação e se tornando um objeto de maior contemplação na imagem. A distância social diz respeito ao enquadramento fotográfico que “sugere relações sociais entre o observador e os objetos, construções e paisagens” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 127, tradução nossa)³. Instala-se uma relação entre o PR e o observador de maior ou menor distância com três tipos de caráter relacionados ao tipo de plano: íntimo, pessoal ou impessoal. O tipo íntimo equivale ao plano fechado e inclui a cabeça e o ombro do PR; o tipo pessoal corresponde ao plano médio e contém a cintura ou o joelho do PR; e o tipo impessoal se refere ao plano aberto, que expõe todo o corpo do PR, a distância.

O recurso da perspectiva ou poder se refere ao ângulo em que o PR é retratado, podendo ser de três maneiras: frontal, oblíquo ou vertical. Na frontal, indica que o PR é fotografado na altura dos olhos, ocasionando um envolvimento do PR com o observador; no modo oblíquo, ou seja, inclinado lateralmente, a impressão do PR sobre o observador provoca um “sentido de desprendimento da cena observada” (OLIVEIRA, 2011, p. 7); e, de forma vertical, existem as variações alto ou baixo, que assinalam diferentes relações de poder. Uma tomada de imagem na altura do olho indica uma relação de poder igualitário, uma tomada de cima indica uma relação de poder maior aos observadores, enquanto que fotografar de baixo implica uma relação de poder maior aos representados. Por último, a modalidade verifica o compartilhamento de “realidades” entre os participantes por meio da equivalência entre o que é mostrado na imagem e o que é considerado real para o observador. Ou seja, examina se há edições na fotografia e se esta é “natural” ou não. Essas quatro categorias de análise permitem interpretar os recursos fotográficos apresentados, avaliando se e como foi estabelecido um diálogo entre os participantes: representados e observadores.

Quanto aos textos, de acordo com a perspectiva dialética da análise crítica do discurso, não apenas são resultados das situações sociais imediatas, mas agem sobre elas. Para Resende (2016, p. 964), os autores dessa vertente de análise de discurso “sustentam que textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais”. O discurso pode representar a sociedade, e transformá-la, não havendo uma única ordem discursiva vertical, ou seja, as ações não são completamente determinadas, ao mesmo

³ Tradução nossa para: “suggest social relations between the viewer and objects, buildings and landscapes”.

tempo que não são absolutamente livres. Para a ACD, os textos, verbais ou não, possuem um caráter mantenedor e modificador. Por isso, acarretam mudanças sociais, podendo tanto destituir como constituir os sujeitos de suas capacidades de articulação e resistência.

Cabe, então, averiguar criticamente qual a efetividade da proposta de humanização do discurso das publicações do *SP invisível* a partir dos recursos de interação nas fotografias e das características essenciais humanas nas legendas.

3. Análise das publicações

Dois movimentos de seleção das publicações foram realizados com o intuito de viabilizar o trabalho de análise. O primeiro foi o temporal, já que não seria compatível recolher as primeiras, que tiveram pouca audiência porque a página ainda não tinha se popularizado, e compará-las com aquelas do período em que o site obteve mais público. Tendo em mente essa discrepância, o período de coleta foi de 7 de novembro de 2014, data em que a página alcançou 100 mil curtidas⁴, até 2 de abril de 2017, em que a página marcava 341 mil seguidores⁵.

O segundo movimento metodológico foi a escolha das publicações com maior engajamento – critério esse, de acordo com Recuero (2013), como sendo aquelas postagens que receberam maior número de reações, comentários e compartilhamentos dos usuários da rede social. Para a autora, com o engajamento, os usuários “deixam de ser mera audiência e passam a ser construtores do discurso da marca também, porque replicam, comentam, discutem com os amigos e recomendam a marca ou o serviço” (RECUERO, 2013, on-line). A soma desses números pode indicar um resultado das interações entre Participantes Retratados (PR) e Participantes Interativos (PI). Alcançar um número maior de engajamento pode significar que as publicações foram mais efetivas na proposta de humanização do discurso dos retratados, sendo mais exemplares para a verificação das quatro ações da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006; OLIVEIRA, 2011) e das três características essenciais humanas –

⁴ Índice marcado pela publicação disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.598272883590717.1073741828.598268693591136/718159488268722/?type=3&theater>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁵ Estatística marcada pela reportagem disponível em: <https://web.archive.org/web/20170903203330/http://www.istoedinheiro.com.br/uma-janela-para-ver-sao-paulo-em-versao-on-line/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

consciência, trabalho e sociabilidade – (MÁRKUS, 2015) nas legendas, conforme proposta de Santos (2019).

A identificação da tríade das características se faz necessária por meio da interpretação de expressões dos relatos. Para o ser humano se tornar mais consciente, Márkus (2015, p. 77) afirma que é exigida a “decomposição da situação concreta” em elementos que têm significado histórico-social. Por esse motivo, frases relacionadas à historicidade demonstram que o ser humano possui a característica da consciência por estar ciente do tempo passado das próprias condições e das futuras opções materiais. Orações sobre atividades laborais, incluindo intelectuais, podem representar a característica do trabalho, através do qual o humano modifica os objetos e é modificado por eles. E sentenças sobre parentescos, ou que demonstrem relações com outros humanos dos quais o retratado herdou ou compartilha habilidades e comportamentos, podem ser relacionadas a sociabilidade. É válido lembrar que cada uma das características não é passível de ser completamente isolada, isto é, elas estão implicadas entre si. A consciência pode se desenvolver pelo trabalho e pela sociabilidade. O trabalho pode se realizar pela sociabilidade e pela consciência. E a sociabilidade pode estar vinculada à consciência e ao trabalho. Entretanto, uma pode prevalecer sobre as outras em determinados trechos.

Após a definição dos critérios de análise, foram selecionadas três publicações com mais engajamento para a constituição do *corpus* da pesquisa. Começa-se a investigação de fato com um quadro que apresenta a estrutura das publicações para interpretar os recursos da fotografia, a estrutura da legenda e as características essenciais humanas.

Os diferentes componentes da primeira publicação – como fotografia, legenda e número de reações, comentários e compartilhamentos – são separados na Tabela 1.

Tabela 1 – Publicação do dia 10 de março de 2015⁶

COMPONENTES	DADOS
Fotografia	
Legenda	<p>“O mais difícil no Brasil é ser reconhecido como artista e não um mendigo de luxo. Faço arte há 15 anos, hoje tenho 41, e todo mundo acha que eu sou vagabundo. Tanto eu, Washington, como qualquer artista, só quero reconhecimento pelo o que a gente faz. A gente não rouba, não trafica, a gente faz arte.</p> <p>Outro dia, às 7 da manhã, fui tomar um café com dinheiro no bolso e o segurança me barrou. Tive que ensinar pra ele o grau de cultura que ele tinha, o lugar que ele tava e que pra mim aquilo não era emprego, mas ser pau mandado, porque, ao invés de ele estar olhando pra como quem entra tá vestido, ele podia tá lendo um livro e se aprimorando. Ser pobre é falta de sorte, burro é opção.</p> <p>Tenho trabalho exposto em Tóquio, Paris, no mundo todo, mas no meu país eu sou só um mendigo de luxo. Ainda sou o mesmo, mesmo nome, mesma dignidade, mas com vergonha de ser artista aqui no Brasil, porque quem é artista hoje? É BBB. O sistema que faz nossos artistas.</p> <p>Eu não quero isso, quero somar com meu país, não quero só olhar uma árvore caindo e chorar, quero cuidar do galho. Se eu não fizer minha história, correr pro meu objetivo, vou ficar só questionando o governo e sendo guiado pela Rede Globo. #SPinvisível #SP”</p>
Reações	Mais de 18 mil
Comentários	802
Compartilhamentos	6.258

Até a data da coleta, a publicação teve mais de 25.060 engajamentos, divididos entre mais de 18 mil reações, 802 comentários e 6.258 compartilhamentos.

⁶ Elaboração própria a partir da publicação disponível em: www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.598272883590717.1073741828.598268693591136/785491891535481. Acesso em: 21 dez. 2017.

Após a soma desses números, aplicam-se as ferramentas descritivas da GDV que levam em consideração os recursos de contato, distância social, perspectiva e modalidade. O olhar do PR, que se oferece com as mãos para trás e de peito aberto, vai em direção ao PI, configurando um contato por demanda, um convite ao diálogo. O PR está enquadrado em um plano fechado que inclui os ombros e a cabeça, tornando a distância social de nível “íntimo”. Nota-se que o formato horizontal da câmera foi girado para acompanhar a inclinação da cabeça e dos olhos de Washington. O ângulo da perspectiva da tomada está ao nível dos olhos, o que leva um envolvimento igualitário entre o PR e o PI. A modalidade é natural, embora tenha havido uma edição, que pode ser notada por um escurecimento maior nas bordas diagonais da imagem, para enfatizar o centro geométrico numa claridade ovalada.

Em relação à estrutura da legenda, ela se compõe por meio de quatro parágrafos. O primeiro deles, em que são apresentadas informações básicas sobre Washington – com ausência do sobrenome –, inicia com uma opinião sobre o que é mais difícil no país. Os outros são uma continuação do mesmo pensamento, como um desabafo sobre situações vividas. O último parágrafo demonstra um objetivo de vida: fazer a própria história.

A característica da consciência pode ser interpretada pelas dificuldades de ser reconhecido enquanto artista e no tempo de 15 anos nesse ofício. Ele conta ainda um desentendimento ocorrido no dia anterior ao da realização da fotografia e da legenda, e logo depois diz se indignar com o fato de celebridades serem consideradas artistas. Há ainda o objetivo a ser alcançado: o de fazer a própria história autonomamente. O trabalho, no aspecto jurídico-legal, percebe-se na afirmação “A gente não rouba, não trafica, a gente faz arte” e na suposta circulação das exposições promovidas por ele. Essa característica permeia todo o relato, embora nenhuma amostra do trabalho dele esteja presente na imagem. Sem uma exibição do trabalho, de uma obra, não se reforça que se trata realmente de um artista. Tal reconhecimento, reclamado por ele logo no começo, fica somente a cargo dos usuários do site, que podem comentar se conhecem ou não suas artes. Nesse sentido, a fotografia perdeu a oportunidade de divulgar as criações argumentadas por Washington, o que validaria mais a profissão de artista. A sociabilidade familiar ou fraternal não se faz presente, embora haja menções a outros artistas de rua, ou seja, uma noção de pertencimento a uma classe trabalhadora.

A próxima publicação a ser analisada é a do dia 10 de abril de 2015, com os componentes separados conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Publicação do dia 10 de abril de 2015⁷

COMPONENTES	DADOS
Fotografia	
Legenda	<p>“Meu pai sumiu faz dois meses, fugiu de casa e me deixou com a minha mãe e meus três irmãos, o Rodrigo, o Deivid e o recém nascido, o André. Ele não faz muita falta não, bebia muito e só e enchia o saco. Meu nome é Gilberto, tenho 15 anos e venho aqui pro aeroporto engraxar uns sapatos depois da escola pra ajudar minha mãe em casa, to na sexta serie. Ela cuida dos meus irmãos e às vezes do filho dos outros pra ganhar mais um dinheirinho extra.</p> <p>Às vezes pensam que eu vou roubar, fazer coisa errada, mas não faço isso. Já tive chance de usar droga, de vender, mas prefiro ficar longe e vender uma bala ou engraxar uns sapatos. Eles gostam de chamar a gente pra vender porque a gente é de menor e não vai preso por muito tempo, eles vão. Agora que aprovou a lei, eles vão pegar uns mais novos ainda.</p> <p>Vários entram nessa porque acham que vão ter fama, dinheiro, mas também não tem outra coisa pra fazer lá onde moro. Tenho um amigo que entrou nessa vida de tráfico, levou um tiro e morreu, tinha a minha idade, a polícia matou enquanto ele vendia. #SPinvisível #SP”</p>
Reações	Mais de 50 mil
Comentários	Mais de 1.300
Compartilhamentos	9.469

A segunda publicação possui cerca de 60.769 engajamentos, com mais de 50 mil reações, mais de 1.300 comentários e 9.469 compartilhamentos.

⁷ Elaboração própria a partir da publicação disponível em: www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.598272883590717.1073741828.598268693591136/802251959859474. Acesso em: 21 dez. 2017.

O PR olha diretamente para o PI, formando um contato de demanda, inclusive posicionado no centro da imagem e aproveitado pela perspectiva formada pelas lâmpadas do local. Gilberto encara altivo a câmera, propondo um diálogo. O plano de enquadramento da “distância social” apresenta o PR da cintura para cima, sendo do tipo “pessoal”. A perspectiva se situa um pouco abaixo da altura dos olhos, propondo uma relação equânime. A modalidade não parece ter alterações, apesar do formato mais quadrangular, correspondendo de forma “natural” ao momento da produção da foto.

A legenda tem a estrutura composta por quatro parágrafos. O primeiro traz uma situação crítica, que chama a atenção pelas informações sobre o descaso parental pelo qual ele e os irmãos passaram. O segundo parágrafo apresenta os dados básicos do retratado, como nome, idade, escolaridade e o que faz no local, além de esclarecimentos sobre a mãe dele. O terceiro parágrafo aborda como o entrevistado percebe as reações das pessoas com sua presença no espaço. A última parte traz mais impressões e lembranças dele sobre os riscos de realizar serviços ilegais.

A característica da consciência é demarcada no terceiro parágrafo, no qual são relatadas a vivência no ambiente e a opção que lhe foi dada de usar droga e trabalhar no tráfico; e no último, em que são recordadas experiências. O trabalho se evidencia no segundo parágrafo, na parte sobre os serviços de engraxate e o turno escolar. A sociabilidade é a característica mais protuberante nesse relato, com alusões à família e aos amigos, inclusive falecidos.

A estrutura da terceira publicação, realizada no dia 29 de janeiro de 2016, fica com seus diferentes componentes separados de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 – Publicação do dia 29 de janeiro de 2016⁸

COMPONENTES	DADOS
Fotografia	
Legenda	<p>“Eu estou na rua desde 2006. Eu sou advogada, meu nome é Rosana e advoguei por oito anos em São Paulo. Aí, num dado momento da minha carreira sofri assédio moral dos advogados que trabalhavam comigo. Não quis deixar quieto e comprei uma briga com eles, aí acabou nisso que vocês tão vendo. Eles são gente poderosa. Fui perseguida e vi que muitas portas se fecharam para mim, perdi meu emprego e não consegui outro. Não tive apoio da minha família e nem de amigos advogados. Eu acredito que estejam entregando informações que questionam minha competência como profissional e como cidadã por aí.</p> <p>É mais fácil ganhar 60 reais de esmola do que você conseguir um dia de trabalho, mas eu já consegui fazer faxinas em alguns prédios aqui da região. Eu durmo na rua, tenho uma barraca de camping, e a Prefeitura não aprova isso. Eles podem ver as pessoas dormindo ao relento, enroladas em cobertores, plásticos, mas se você quer montar uma barraca eles enchem o saco e tiram sua barraca.</p> <p>Então, você vê como o Estado é algo a se pensar, em como a vida ficou estúpida e como o Estado falhou. Não tem emprego pra todo mundo e você vê um monte de pessoas morando na rua. Eu tento sobreviver tentando trabalhar. Mas aí você olha pras essas pessoas e fica imaginando o que leva cada uma a chegar nesse estado... É um mistério. #SPinvisível #SP — em Paraíso.”</p>
Reações	Mais de 85 mil
Comentários	Mais de 3.200
Compartilhamentos	19.731

⁸ Elaboração própria a partir da publicação disponível em: www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.598272883590717.1073741828.598268693591136/941994062551929. Acesso em: 21 dez. 2017.

Essa publicação teve mais de 85 mil reações, mais de 3.200 comentários e 19.731 compartilhamentos, ou seja, 107.931 engajamentos até o período da tomada. É a que possui maior engajamento de todas as selecionadas. Um fato importante é que, em um dos comentários, um usuário se solidarizou com a situação da pessoa representada, foi até ela, realizou um vídeo no qual os dois apareciam e o publicou no Facebook.⁹ Em compartilhamentos ou comentários, o audiovisual alcançou os familiares da mulher, que foram buscá-la. Tal consequência demonstra um resultado direto das fotografias de entrevista do *SP invisível*.

O contato da pessoa representada para o observador é de demanda, pois a PR olha direto para o PI. A fotografia apresenta um contato cuidadoso em apresentar a participante de forma calma para o espectador, sentada na calçada, o que propõe um diálogo. A distância social está consolidada como impessoal, em um plano aberto, que não mostra os pés da PR mas exhibe parte do local. A perspectiva adotada é vertical um pouco abaixo dos olhos, o que concede uma grandeza à PR, mas, por estar num ângulo oblíquo, de tomada lateral, firma uma sensação de separação, de distanciamento do PI. A modalidade é “natural”, sem vestígios de alterações, portanto a imagem passa o aspecto físico dos elementos do local, que correspondem aos do momento da foto.

Sobre a estrutura da legenda, ela é constituída por quatro parágrafos em que a depoente protagoniza a história. O primeiro pequeno conjunto de frases foi colocado para apresentar quem é, com nome e idade, e por que está na rua. Segundo Lima (2017), a pergunta “Por que você está na rua?” é uma das primeiras a serem feitas. O fato de ser uma mulher há dez anos em situação de rua se sobressai por ser um longo tempo. No terceiro parágrafo, há uma correlação do valor mencionado (R\$ 60) com o preço da placa que a PR ampara na fotografia, o que responde a uma possível pergunta sobre o motivo daquele objeto. Consta uma reclamação quanto ao tratamento dado pela Prefeitura às pessoas em situação de rua. Uma conclusão de raciocínio se faz no último parágrafo, em “como o estado é algo a se pensar, em como a vida ficou estúpida e como o Estado falhou”, seguida de uma incerteza sobre os motivos de todas as outras pessoas estarem na mesma situação.

A característica da consciência se nota no começo, com a possível pergunta sobre há quanto tempo a pessoa está na rua, ressaltando sua historicidade. O trecho em

⁹ Disponível em:

www.web.archive.org/web/20170720190502/http://razoesparaacreditar.com/cidadania/apos-ter-sua-historia-contada-no-sp-invisivel-advogada-reencontra-seus-familiares/. Acesso em: 10 jul. 2018.

que fala da inquietação quanto a um problema demonstra responsabilidade sobre seus atos, já que se opôs a ficar calada sobre algo que considerava errado, contando as consequências sofridas. O trabalho está claramente na profissão de advogada e na oferta de um serviço de limpeza pelo preço mencionado. São contados mais detalhes de como é a experiência de estar na rua para aquela pessoa, com críticas à atuação da gestão do poder público. Tal trecho pode ser entendido tanto como uma cobrança por mais políticas públicas que contemplem adequadamente a população em situação de rua quanto como um comentário à política neoliberal de não interferência do Estado na criação de novos empregos públicos e de moradia. A sociabilidade é pouco destacada, havendo somente uma breve menção a família e amigos.

4. Síntese crítica

O *corpus* deste artigo consistiu em três publicações retratando dois homens e uma mulher. Nas fotografias, o tipo de contato mais empregado é o de demanda, em que os entrevistados olham diretamente para a câmera. Essa postura pode significar uma abertura ao diálogo e uma disponibilidade ao aprimoramento, além de lembrar que há uma interação entre quem segura a câmera e os sujeitos fotografados, havendo uma participação ativa destes na produção das imagens.

A distância social variou entre íntima, pessoal e impessoal. O tipo íntimo, em um plano mais fechado e sem mostrar muito o local, reforça que as outras fotografias procuram trazer um pouco do contexto da rua ocupada pelas pessoas. O pessoal não aproxima nem afasta demais quem observa a cena, o que mantém, possivelmente, uma consideração à trajetória e ao modo de vida das pessoas em situação de rua. Vale sublinhar que a publicação com mais engajamento, a terceira, teve a distância social mais estendida, em um plano aberto, que salientava o abandono da pessoa em questão. Essa diminuição do indivíduo no ambiente foi aliada à legenda em que a pessoa dizia ter ensino superior, contrastando com a baixa escolaridade da população em situação de rua (FIPE, 2015). Contrariar essa estatística, provavelmente, contribuiu para a mobilização em torno da situação dela.

A perspectiva do ângulo acompanha a direção dos olhos e da cabeça dos fotografados em duas imagens. A busca por essa linha do olhar significa que os autores não se mantêm numa posição superior, mesmo que a pessoa esteja sentada. Os representados são tratados de forma igualitária, o que reforça a tentativa de um diálogo

entre eles e os observadores. O tipo vertical é levemente utilizado na última foto, quando se quer passar a impressão de grandiosidade, de que o retratado é merecedor de admiração por viver em meio às dificuldades econômicas e sociais.

Não se notaram grandes alterações na modalidade “natural”, sendo duas imagens aparentemente sem edições. Na imagem em que houve a aplicação de um sombreamento nas bordas diagonais, a representação do local ou da pessoa não teve modificações significativas.

Quanto ao número de parágrafos, a estrutura das legendas se mantém em quatro parágrafos. Todos os textos apresentam primeiramente o nome dos entrevistados, dois deles com a idade, seguido de uma abordagem sobre a situação deles. Pode-se considerar que se trata de uma edição da retextualização (MARCUSCHI, 2001) da entrevista para o começo do texto atender às perguntas “o que” ou “quem”. Os primeiros dois textos iniciam com uma curta descrição do motivo ou da situação que levou a pessoa a estar na rua, ou seja, o “porque” ou o “como”. Assim, por não se inserir explicitamente no discurso, o *SP invisível* coloca uma ordem nos textos retextualizados com o intuito de resumir o discurso falado e torná-lo mais rapidamente legível. A justificativa dessa ação, para Lima (2017), seria valorizar a declaração do entrevistado, pois se supõe que o leitor saiba que o texto teve como origem uma conversa. No entanto, esse esforço de encurtamento ocasiona uma homogeneidade na estrutura dos depoimentos, diminui a problematização e, conseqüentemente, reduz a potencial humanização do texto.

No *SP invisível*, a retextualização das declarações dos fotografados é realizada como se elas fossem dadas espontaneamente, quando, na realidade, foram provocadas pelos fotojornalistas. Para demonstrar uma maior problematização das circunstâncias das pessoas em situação de rua, o coletivo fotográfico poderia aproveitar o espaço da descrição das imagens da rede social, com limite de caracteres definido em 63.206 desde 2011,¹⁰ e apresentar a entrevista mais estruturada, no formato pergunta-e-resposta. A exposição das perguntas, além de ser mais transparente,¹¹ poderia dar um aspecto mais verossimilhante para o encontro.

¹⁰ Dado disponível em:

<https://web.archive.org/web/20180611004155/https://olhardigital.com.br/noticia/facebook-agora-permite-mais-de-60-mil-caracteres-em-atualizacao-de-status/22616> Acesso em: 10 jul. 2018.

¹¹ Outra ação para imbuir o texto de mais credibilidade seria disponibilizar uma hiperligação para alguma notícia, confirmando as afirmações nos conteúdos. Tal ato de apuração, segundo Lima (2017), é realizado em alguns casos, mas o resultado da checagem não é publicado para o leitor.

Ressalvando que não são totalmente separadas, a predominância frequente foi a característica essencial humana da consciência em duas imagens: a sociabilidade em uma e o trabalho em menor intensidade. A consciência se manifestou por meio de lembranças, opiniões ou sonhos; a sociabilidade, pelas relações de família e de amigos; e o trabalho, pelo realce nas atividades laborais ou em seus resultados.

Não há, todavia, problematização nos assuntos relatados, presença de questionamentos que intencionem conectar as causas e condições dos sujeitos, objetos do diálogo, aos aspectos da estrutura econômica-política na qual cada um deles está inserido. Quando não se explicitam as perguntas, tanto não se levam as pessoas em situação de rua a uma problematização maior de suas histórias, como defende Freire (2015), quanto não se levam os leitores a se perguntarem o que responderiam se estivessem no lugar do entrevistado ou a refletirem sobre suas próprias histórias pessoais, potencializando ainda mais o diálogo e a problematização. Portanto, há uma incitação a mudanças pessoais e à solidariedade, como a busca pela família da advogada Rosana, contada na análise da publicação três, mas não à humanização efetiva, de tentar superar a contradição opressor-oprimido (FREIRE, 2016).

Com esse levantamento, pode-se afirmar que a proposta de humanização do discurso ocorre parcialmente, sendo mais uma sensibilização. Sem buscar evidenciar textualmente a superação da contradição opressor-oprimido, o *SP invisível* se mantém majoritariamente humanizado e minoritariamente humanizador.

Obviamente, fazer com que as pessoas voltem seu pensamento para suas condições é um começo. “A cognição de um indivíduo sobre sua própria humanidade (e as potencialidades históricas que se seguem) é um passo para tornar-se consciente de como se é oprimido” (FERNANDES, 2016, p. 489-490). Mas, fora isso, não se procuram explicações mais articuladas ou indagações concretas com os oprimidos, como sustenta Freire. “O importante, sobretudo, é ligar, sempre que possível, a pergunta e a resposta a ações que foram praticadas ou a ações que podem vir a ser praticadas ou refeitas” (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 49). As legendas ainda poderiam contar com o nome completo dos entrevistados, se assim o quisessem.

Mesmo não atribuindo uma dimensão sistemática, as fotografias de entrevista denunciam superficialmente alguns aspectos da desigualdade das classes sociais, como dificuldade de moradia, falta de políticas públicas, pouco investimento em educação e em saúde pública.

5. Considerações finais

Este artigo buscou analisar se as imagens do coletivo fotográfico *SP invisível* cumprem a proposta de humanizar o discurso dos retratados. Para realizar esse objetivo, foram examinadas três imagens de maior engajamento da página por meio dos critérios da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006; OLIVEIRA, 2011), que permitem analisar os recursos de interação das fotografias e depreender as relações entre os participantes representados e interativos, e por meio das características essenciais humanas da consciência, do trabalho e da sociabilidade (MÁRKUS, 2015), tendo por horizonte a humanização, conforme Freire (2016).

Pelo *corpus* selecionado, verificou-se que a proposta do *SP invisível* produz uma sensibilização, em termos genéricos. A articulação entre as pessoas que utilizam o Facebook para se comunicar ou auxiliar os retratados, instigada pelo projeto, se dá em ações isoladas. Evidentemente, são atos necessários e urgentes, mas, ao não pautar o enfrentamento das causas da desigualdade no capitalismo e como enfrentá-las, nem falar do aprimoramento de políticas públicas, resultam em medidas paliativas fadadas a se repetir. As situações dos fotografados são brevemente levantadas, pouco permitindo o questionamento das circunstâncias sociais, econômicas e políticas que as geraram. Não aborda questões estruturais com profundidade nem problematiza os depoimentos. Ao deixar de abordar os motivos macroeconômicos, sociais e políticos que levaram os retratados a estarem naquela situação, não estimula a conscientização sobre os problemas sistemáticos que geram esse contexto social. Não basta apenas tornar visível, pois se corre o risco de tornar a precariedade ainda mais aceitável e simplificar suas causas, além de contribuir para a irresolução.

Pode se partir da cotidianidade da pessoa em situação de rua, mas é preciso não se estagnar nela e ignorar as possibilidades e os sonhos futuros. A compreensão de certas formas de comportamentos dos oprimidos, como a fatalista, oportuniza a tentativa para, com eles, superá-las. Se houver uma compreensão político-econômica por parte dos produtores e um esforço conscientizador, a permanente humanização pode ser gestada em conjunto. Uma maneira de ampliar as pautas noticiando sobre temas afins seria retratar, com alguma frequência, participantes de organizações que atuam com a população de rua e acompanhar manifestações de movimentos vinculados ao direito de moradia e à situação de rua. Com esse aumento de variedade de fontes, poderia haver discussões mais aprofundadas sobre a responsabilidade, as causas da desigualdade entre

as classes, a organização e as políticas públicas necessárias para resolver tal questão social.

O coletivo fotográfico incentiva a consciência das pessoas em situação de rua ao retratar suas trajetórias de vida, mas não a ponto de aprofundar os motivos maiores de suas situações, o que reforçaria o “ser mais” (FREIRE, 2016) dos homens e das mulheres. Para humanizar o discurso, o diálogo requer, além da busca pelas características essenciais humanas, a problematização da realidade concreta, provocando a práxis dos entrevistados e dos leitores por meio das perguntas (SANTOS, 2019) sobre o que se quer, o que se pode e o que é necessário fazer. Para Freire, o ato de interrogar necessita ser permanentemente estimulado, porque não existem perguntas bobas nem respostas definitivas, visto que o conhecimento não é finito (FREIRE; FAUNDEZ, 1985). A pergunta, a dúvida, não pode ser reprimida ao custo de negar a busca incessante pelo conhecimento e pela reflexão – capacidade sempre social e laboral que mais nos torna humanos.

6. Referências

- ABREU SOJO, Carlos. **Los géneros periodísticos fotográficos**. Barcelona: Editorial CIMS, 1998.
- CARRARO, Renata; LEMOS, Jaqueline. Histórias de vida em narrativas jornalísticas: o caso dos projetos Fale com Estranhos, Humanos de São Paulo e SP Invisível. *In: Anais do I Simpósio Internacional Comunicação e Cultura: aproximações com a memória e a história oral*, v. 1. p. 93-104. São Caetano do Sul, 2015.
- FERNANDES, Sabrina da Fonseca Borges. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 37, p. 481-496, 2016.
- FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo – Sumário Executivo**. São Paulo: FIPE, 2015.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading Images: a Grammar of Visual Design**. Londres: Routledge, 2006.
- LIMA, Vinicius. **Entrevista** [10 nov. 2017]. Entrevistador: Marcelo De Franceschi dos Santos. São Paulo, 2017, 1 arquivo em mp3 (86 min).

LOBATO, Mayara. Vozes, memórias e imagens da exclusão social: um estudo sobre as narrativas da página SP Invisível. In: **Anais do XI Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura**, v. 1. p. 45-60. Comunicação e Literatura. Sorocaba: Uniso, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MÁRKUS, György. **Marxismo e antropologia**: o conceito de essência humana na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

OLIVEIRA, Derli Machado de. Gênero do discurso/textual e multimodalidade: análise crítica dos testemunhos publicados na folha universal. In: **Anais do VI Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**. Natal, 2011.

RECUERO, Raquel. **Engajamento x Audiência no Facebook**: Uma breve discussão. On-line, 2013. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2013/03/engajamento-x-audiencia-no-facebook.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RESENDE, Viviane de Melo. Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua? **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, p. 955-988, 2016.

SANTOS, Marcelo De Franceschi dos Santos. Do jornalismo humanizado ao fotojornalismo humanizador com perspectiva de humanismo marxista. **Razón y Palabra**, v. 23, p. 435-457, 2019.

_____. O diálogo como concepção para a entrevista jornalística retextualizada na legenda fotográfica. **Revista Alterjor**, v. 21, p. 97-120, 2020a.

_____. Os coletivos fotográficos e a prática do fotojornalismo publicada em sites de redes sociais. **Revista Temática** (UFPB), v. 16, p. 93-108, 2020b.

Por uma análise dialógica do gênero anúncio publicitário

For a Dialogical Analysis of the Gender Advertising

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima¹, Warley Soares Miranda²

Resumo: O presente trabalho, realizado à luz dos estudos bakhtinianos dos gêneros discursivos, busca investigar o dialogismo presente em um anúncio publicitário da década de 1970. No devido anúncio, observamos como os sentidos remissivos a uma identidade da mulher materializam-se em enunciados motivadores de seu histórico silenciamento na sociedade. Uma vez que os enunciados não existem fora das relações dialógicas, neste artigo, discutimos a noção de gêneros em uma perspectiva discursiva, portanto valemo-nos teoricamente de autores, como Bakhtin (2003), Gregolin (2007a, 2007b), Orlandi (2003), entre outros. Tal pesquisa, de base empírica e documental, propõe-se a interpretar um anúncio publicitário, observando como a alteridade se inscreve em sua materialidade e como o seu caráter heterogêneo demarca sentidos que podem ser explorados em sua configuração enunciativa e no contexto histórico em que se apresenta. Sabemos que o discurso, por incorporar o discurso alheio, possibilita reflexões que suplantam não apenas os sentidos sobre o lugar da mulher na sociedade, mas, principalmente, questões que podem ser atreladas às diferentes reflexões em sala de aula e à construção do conhecimento crítico.

Palavras-chave: Dialogismo; Gêneros do Discurso; Anúncio Publicitário; Mulher.

Abstract: This work, carried out in the light of Bakhtinian studies of the discursive genres, seeks to investigate the dialogism present in a 1970s advertisement. In the due advertisement, we observe how the remissive senses to a woman's identity materialize in motivating statements of her historical silence in society. Since the enunciations do not exist outside the dialogic relations, in this article we discuss the notion of genders in a discursive perspective, so we theoretically use authors like Bakhtin (2003), Gregolin (2007a, 2007b), Orlandi (2003), among others. This research, based on empirical and documentary research, proposes to interpret an advertisement, observing how otherness is inscribed in its materiality and how its heterogeneous character demarcates meanings that can be explored in its enunciative configuration and in the historical context in which it is presented. We know that discourse, by incorporating the discourse of others, enables reflections that supplant not only the senses about the place of women in society, but mainly questions that can be tied to different reflections in the classroom and the construction of critical knowledge.

Keywords: Dialogism; Genres of Discourse; Advertising; Women.

1. Introdução

¹ Professora do Departamento de Letras do Instituto Acadêmico de Licenciaturas (IAEL) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

² Discente do Curso de Pós-Graduação em Linguagem, Cultura e Ensino, da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Metropolitan).

Perscrutar os enunciados constitutivos de anúncios publicitários necessariamente é uma ação que dialoga constantemente com as práticas sociais na atualidade e em épocas remotas. Nesta perspectiva, este artigo visa analisar o processo de investigação dialógica fundamentado em Mikhail Bakhtin (2003), tendo como objeto de análise um anúncio publicitário da década de 1970 que dá a problematizar questões remissivas à identidade da mulher na sociedade da época. As análises, realizadas à luz da teoria bakhtiniana dos Gêneros do Discurso, buscam intercalar um diálogo com os estudos discursivos, visando a problematizações que permeiam as práticas sociais e a sua premente relação com as questões relacionadas às identidades femininas e ao seu papel na sociedade.

Discutir anúncios publicitários não é absolutamente novidade, ainda mais quando estes remetem à temática do papel social da mulher. Entretanto, é um tema que não se esgota pela sua incessante relação com as práticas da atualidade. Os enunciados constitutivos dos anúncios publicitários produzem a estrutura de um dizer sempre pertencente a uma dada ordem de discursos e emergem de condições de produção ideologicamente marcadas.

Neste sentido, esta reflexão tem o papel de refazer leituras de uma atualidade que insiste em reatualizar histórias de tempos pretéritos. Buscamos, para tanto, estruturar tal investigação nas seguintes partes: inicialmente, discutimos a noção de gêneros do discurso em uma perspectiva bakhtiniana, especificamente, em sua esteira, perscrutamos a noção de anúncio publicitário. Em seguida, apresentamos um conciso apanhado sobre a noção de dialogismo em sua irrestrita relação com a heterogeneidade da linguagem. Por fim, analisamos o anúncio publicitário coletado, intercalando um diálogo com os sentidos que identificam um lugar para a mulher na sociedade.

2. Os gêneros do discurso: relevância teórica

Bakhtin (2003) aborda a linguagem em duas dimensões adjacentes, entre elas, a relação entre a atividade humana e o uso da língua. O teórico reforça que o uso da língua se efetua por meio de formas de enunciados que podem ser orais ou escritos. Assim, a atividade humana mobiliza enunciados que se interdependem.

Consoante Bakhtin (2003, p. 262),

[...] todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.

Assim, para o autor, formam-se padrões típicos de atividades humanas, cujas ações são dinâmicas e mutáveis. Os enunciados acompanham essas ações, materializando-as em linguagem, dando-lhes sentido, em sua relativa estabilidade de formas nas diferentes esferas sociais em que se realizam. Situar os gêneros segundo as práticas que os mobilizam é também pensar as condições que situam os sujeitos em sociedade, sua interação para com o outro, suas ações, suas escolhas e, necessariamente, os enunciados que os identificam. Advém também daí a relevância de se estudarem de modo profícuo os gêneros discursivos em sala de aula.

Trabalhar com os gêneros do discurso em sala de aula possibilita a inclusão do leitor no processo de interpretação dos sentidos. Embora necessária, e de suma pertinência, essa não é uma tarefa fácil de se realizar. Ao mesmo tempo em que revela a estrutura dialogal do gênero, ela estimula, entre os leitores, o debate e os seus posicionamentos divergentes, possibilitando mostrar-lhes um amplo e complexo espectro de opiniões, equivocadas ou acertadas, sobre as práticas sociais que movem os sujeitos. Com isso, trabalhar os gêneros em seus aspectos estruturais e dialogal é convocar de seu leitor uma postura interpretativa, um olhar que se movimenta entre a composição do gênero e as esferas sociais que lhe dão existência, que elaboram suas formas e que movem seus sentidos.

Bakhtin (2003, p. 262-263), em sua clássica definição de gêneros do discurso, observa como estes encontram respaldo fundamentado no diálogo com as ações de comunicação e interação que mobilizam os sujeitos em sociedade.

Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

O enunciado é visto como parte integradora e essencial na concepção dos gêneros do discurso. São os enunciados que nos movem, por isso mesmo não podem ser descontextualizados – pois não há como abstrai-los de seu contexto de realização. O enunciado está em constante relação com o mundo, com nossas práticas e vivências, o que caracteriza sua configuração heterogênea e sua historicidade constitutiva. Daí, a variedade dos gêneros do discurso ser praticamente infinita (BAKHTIN, 2003), por sua função proficuamente comunicativa e dialógica. Bakhtin leva-nos ao entendimento de que o enunciado existe e pode ser significado em sua função comunicativa e social ideologicamente marcada.

Gregolin (2007a, p. 167) assinala que “a discursividade é um acontecimento que não deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças”. Isso enfatiza que o discurso é produto de toda uma discursividade, da indispensável relação que estabelece com os outros discursos, bem como com as condições históricas de produção em que é produzido. Bakhtin (2003, p. 263) reforça que “a variedade dos gêneros do discurso é infinita”, assim como a variedade da interação que envolve os sujeitos. É um todo complexo que envolve os sujeitos em processo de interação com o que enunciam e com as condições que lhes permitem enunciar.

O anúncio publicitário é um gênero que está inteiramente ligado às funções sociais e comunicativas da linguagem, constituindo-se em um objeto de análise de extrema relevância para o entendimento dos discursos que circulam na sociedade. Considerando que as atividades humanas são múltiplas e complexas, os gêneros do discurso tornam-se também múltiplos e complexos, principalmente, quando acompanham a dinâmica dessas atividades. Para Bakhtin (2003), não devemos, de modo algum, minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos e a dificuldade daí advinda de definirmos a natureza geral do enunciado. Afinal, em sua complexidade, o enunciado dá a entender sua relevância para o reconhecimento dos discursos que movem os sujeitos e suas ações cotidianas.

À luz do referencial teórico que norteia este trabalho, alguns conceitos remissivos ao anúncio publicitário são indispensáveis aos propósitos que aqui se expõem. Conforme Bezerril e Alves (2013), o anúncio publicitário é considerado um

gênero de circulação midiática, impressa e publicitária, marcadamente ideológico. Os enunciados presentes nos anúncios “emanam de uma dada esfera social de atividade humana, a esfera da publicidade, que se constitui como campo de legitimação, regularização e significação das interações sociais que se tipificam, originando esse gênero publicístico” (*Ibid.*, p. 335). As autoras complementam que o anúncio publicitário possui a função de “construir sentidos de credibilidade à mercadoria, divulgando um produto ou serviço com o intuito de informar e de despertar o interesse de compra/uso nos consumidores”. Entretanto, esse é um conceito puramente formal e previsível, é o que já sabemos sobre o anúncio: um gênero que se propõe a vender algo.

Bezerril e Alves (*Ibid.*, p. 329) atestam que os anúncios:

[...] são formas de enunciados concretos, aqui entendidos na perspectiva bakhtiniana, que se desenvolvem à luz de diversos valores sociais e histórico-culturais definidos, que acabam, por assim dizer, disseminando informações, raciocínios e pensamentos que permitem ao consumidor a manutenção da informação dos mais variados produtos e serviços, o aumento dos negócios, no sistema capitalista, ‘a manipulação planejada da comunicação visando, pela persuasão, promover comportamentos em benefícios do anunciante que a utiliza’.

Esses comportamentos mobilizam diversas práticas sociais, não apenas referentes ao consumo do produto que se tenta vender no anúncio, mas também ao consumo de uma ideia, de um modo de existência, de novos costumes e crenças. A relevância de estudarmos o anúncio em sala de aula traduz a possibilidade de reflexões, de natureza teórica ou prática, que pode contribuir com os estudos do texto em sua complexidade ideológica e alteridade constitutiva. Observar a presença do outro no discurso pode elucidar meios de identificarmos como o dialogismo se constrói nos sentidos que mobilizam essa presença alheia no processo enunciativo. Se a linguagem é por natureza dialógica, por carregar o cruzamento das palavras do outro, necessariamente, um trabalho com os gêneros do discurso possibilita-nos repensar práticas, papéis e sentidos que contornam seu fundamento e sua existência.

Fiorin (2006, p. 21) entende que um enunciado está acabado quando suscita uma resposta no outro e isso evidencia o imbricamento dialógico que o perfaz. Nos enunciados “estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma completa, pressupõe e assim por diante. Todo enunciado ocupa sempre uma posição numa esfera de comunicação sobre um dado

problema”. Assim, o dialogismo é o que mobiliza o conteúdo do enunciado; nele estão inseridos a réplica de outros enunciados, seus efeitos, seus sentidos e sua ressignificação.

3. Por uma análise dialógica do anúncio publicitário

Se partirmos da asserção bakhtiniana de que “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 268), podemos entender que os gêneros publicísticos integram a vida dos sujeitos pelo diálogo que estabelecem com o seu cotidiano. Os anúncios publicitários aqui analisados estão impregnados de pontos de vista sobre a mulher e o seu lugar social. Em sua materialidade enunciativa, (re)produzem verdades sobre a mulher e lhe demarcam fronteiras por meio de uma ideia que vendem, mormente articulada aos produtos que enunciam.

Na esfera publicística, a mulher tem se mantido em seu lar, ela é produto de uma história que se perpetua na regularidade enunciativa de lava-louças, lava-roupas, fogões e geladeiras, que lhe são oferecidos no dia das mães, no dia internacional da mulher, entre outras datas comemorativas. Esses produtos alicerçam um mundo doméstico marcadamente feminino. No interior dessa relação, entre anúncio e consumidor, há uma rede de fidelidade e um modo de controle que asseguram sutilmente uma conduta, um modo de existência e uma história para a mulher.

Construir anúncios que divulgam eletrodomésticos ofertados à mulher é também produzir um conceito que a define em suas práticas, em sua conduta social e política. Nessa ótica, demarca-se um discurso específico para a mulher nos limites da esfera doméstica ou de um cotidiano privado que, possivelmente, justifique sua rara presença na ágora e no espaço político. Reitera-se, com isso, um pensamento dado *a priori* que regulariza seu silêncio e sua invisibilidade. E o que logramos desse conceito? Nada que esteja além dos estereótipos que singularizam a mulher, que limitam suas ações e particularizam sua natureza.

Bakhtin (2006, p. 123), ao defender a língua como concreta e viva, entende que esta é também lugar de propriedades dialógicas, afinal, as palavras carregam valores ideológicos que circulam entre os sujeitos em sociedade. Em sua visão, o diálogo

institui relações que acontecem entre os interlocutores em determinado momento histórico, ele se realiza em um “tempo” e em um “local” com variações de contexto. Se o dialogismo é constitutivo da linguagem, a investigação enunciativa que se coloca em análise neste trabalho entende o anúncio publicitário como um gênero remissivo às ações comunicativas dos sujeitos, sendo, assim, puramente dialógico.

O primeiro anúncio analisado é de um produto de marca conhecida, que remete a um suposto sonho de consumo da mulher. Essa escolha se apoia no próprio valor discursivo que a propaganda carrega. São vozes discursivas que traduzem um contexto histórico, em dada época, e uma concepção do lugar da mulher na sociedade.

Maria do Rosário Gregolin (2007b), no artigo “O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino da língua e relevância social”, também analisa o mesmo anúncio publicitário que interpretamos neste artigo. A autora, um dos principais nomes da Análise do Discurso no Brasil, tem uma extensa produção investigativa sobre o discurso midiático e os efeitos de sentido que esse traduz para a sociedade enquanto resultados que espelham práticas sociais. Assim, segundo a autora, o contexto histórico que situa o devido anúncio é a década de 1977, período em que ascendem os movimentos feministas espalhados pelo mundo. O enunciado toma uma forma significativa de sentidos que dialogam com certas regularidades sociais sobre os espaços que “pertenciam e/ou pertencem” à mulher. Joan Scott (2008, p. 18), ao discutir o termo “gênero” enquanto categoria de análise histórica, assinala que “precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual”.

Quanto ao conteúdo temático do anúncio em questão, este perscruta sentidos que remetem à identidade da mulher e permite-nos observar o que é de praxe nos enunciados publicísticos que promovem a venda de um produto. Há um cruzamento do discurso com a potencialidade comunicativa desse tipo de enunciado em que se mobilizam imagens, desenhos, cores, para se gerar o anseio em se adquirir o produto da marca Brastemp. Então, partindo do princípio de que a sociedade é um espaço de contradições, constituído pela historicidade que define os sujeitos e lhes atribui identidade cultural, territorial, sexual, etária, situacional, entre outras, considere-se o seguinte anúncio:

Figura 1 – Anúncio da Lava-louça Brastemp.



Fonte:

http://www.cbsp.com.br/anuario_pecas/integra/131/Voce-casou-com-uma-mulher-ou-uma-lavalouca. Acesso em: 10 set. 2018.

Os enunciados que constituem esse anúncio produzem efeitos de sentido que se movimentam entre as práticas sociais cotidianas e o humor. Em outras palavras, observa-se na sequência – *Você casou com uma mulher ou uma lavalouça?* – um lugar identitário para a mulher que, comumente, define-a. Ela é do lar, especificamente, da cozinha, da lavanderia, das paredes que a cercam em casa, e uma de suas funções neste lar é lavar louças. O enunciado seguinte apresenta os seguintes dizeres: *Quem passa o tempo todo na cozinha, lavando, secando, esterilizando louças, cristais, talheres e panelas, tudo automaticamente, não é mulher. É lavalouça. Não está na hora de você saber quem é quem na sua casa?* Convocando esses enunciados para uma análise mais precisa, entende-se que os sentidos são construídos em sua relação entre linguagem e sociedade. Isso necessariamente passa por uma interpelação ideológica remissiva ao lugar social da mulher na história.

Relevantemente, essa postura enunciativa sinaliza que o processo de leitura e interpretação de texto em sala de aula, especificamente, de anúncios publicitários, deve construir-se observando esse lugar discursivo de fabricação de cenários, de ideias que traduzem práticas de uma sociedade. Nesses termos, o anúncio supra-apresentado é uma instância criadora de significação que flutua entre os jogos discursivos da sociedade que

também traduzem identidades e lugares aos seus sujeitos, ao mesmo tempo que têm a função de promover a informação do produto para a circulação e, logo, para sua venda.

O discurso que se aborda no anúncio é de ordem social relacionado ao casamento e, conseqüentemente, às mulheres. Pensar esse tema em sala de aula é também propor um trabalho de leitura, é desencadear discussões proficuas a respeito do tema, é produzir opiniões, reflexões. O trabalho de interpretação deve, assim, promover a leitura, segundo Orlandi (2003, p. 193), como um momento que seja crítico sobre a constituição do texto, “pois é o momento privilegiado do processo de interação verbal: aquele em que os interlocutores desencadeiam o processo de significação. É nessa interação que os interlocutores instauram o espaço da discursividade”. Não se pode, assim, trabalhar um texto em sala de aula em sua objetividade, ou buscando uma imanência no dizer. O trabalho deve considerar o imaginário do leitor, as permissões e as interdições de sua compreensão, do seu lugar social e cultural nesse jogo de interpretação.

O anúncio em questão teve circulação em grandes jornais no Brasil em 1977. Seu redator é Otonoiel S. Pereira, segundo as referências dadas pelo site do qual foi extraído o texto. A Brastemp é uma empresa brasileira que fabrica eletrodomésticos desde 1954, somando hoje uma das maiores exportadoras e revendedoras de seus produtos, que são: geladeira, freezer, secadora, lava-roupa e lava-louça. Os produtos Brastemp são conhecidos por facilitar o serviço doméstico. As propagandas são criativas e buscam causar um chamamento àquelas pessoas que praticam atividades domésticas. No caso do anúncio acima, temos um contexto inusitado, uma máquina de lavar louças que facilitaria a vida da suposta dona de casa. A função da empresa Brastemp é promover o produto para a venda e ao mesmo tempo manter um diálogo com seus compradores, no caso, os maridos.

A propaganda coloca o questionamento do lugar feminino no casamento, isso à época de 1977, quando se tem um contexto de transição nos costumes sociais. No período de transição do final dos anos 1970 para os anos de 1980, a mulher começa a ganhar distinção entre os homens, pois o modelo de mulher “de casa” vai perdendo suas características na ascensão dos anos 1980. Naquela mesma época, segundo os historiadores, a mulher está mais envolvida em movimentos populares que levassem à ampliação de sua participação na sociedade.

Quando lemos: *Você casou com uma mulher ou uma lavalouça?*, percebemos a finalidade da empresa em instaurar um diálogo com o marido da dona de casa, na medida em que, também, instaura uma parceria com a esposa, impunha-se a “bandeira feminista” que em outras palavras diz: “Não aceite que o seu marido te trate como uma lava-louça”. Por isso, a pergunta é dirigida ao esposo que trabalha e sustenta a casa, ao provedor, e tal questionamento traduz a função da esposa em seu compromisso conjugal. No texto, a mulher “perderia” um dos enquadramentos das múltiplas funções domésticas, ela é colocada como diferente da máquina, apenas a máquina de lavar louças poderia se ocupar desse trabalho. Com isso, o texto publicístico permite que o leitor se movimente em sua interpretação conduzida por valores ideologicamente ressignificados pela mídia.

Observemos, portanto, o caráter histórico do enunciado em face de sua irrestrita interação com a sociedade da época. A enunciação é o todo que se apresenta, ela não apenas traduz o enunciado, mas também uma ideia, um pensamento de uma época, uma identidade e os seus efeitos. Bakhtin (2003) observa que a enunciação deve ser compreendida como uma réplica do diálogo social. “Ela é de natureza social ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social” (*Ibid.*, p. 15). Na imagem da propaganda e no enunciado como um todo, entrelaçam-se marcas sociais, ideológicas e contextualizadas no texto publicitário. É a sociedade que fala, a história que diz e o anúncio que materializa ideologicamente o que todas refletem.

A análise do discurso usa mecanismos para expor os contextos históricos, considerando o fato de que “todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas”, um trabalho de deslocamento (PÊCHEUX, 1997, p. 56-57), bem como um trabalho de memória, de retomadas e releituras. Então, as inovações tecnológicas que passaram a povoar as cozinhas “das mulheres” possibilitaram-lhes uma “liberdade vigiada”. A máquina estava lá, mas era para a mulher, quem a utilizava era a mulher. Essas inovações dialogavam obviamente com o advento do feminismo. A militância das mulheres nas ruas já começara havia algum tempo, principalmente na Europa. Elas lutavam por direitos ao voto, ao trabalho, à participação política etc.

A luta das mulheres por melhores condições de vida em sociedade remonta a tempos passados. As primeiras manifestações feministas ocorreram no século XIX,

quando elas desafiaram a sociedade a refletir sobre sua vida rotineira de donas de casa, submissas ao homem e com direitos limitados e cerceados. Em 1977, o casamento no Brasil estava em efeito de mudança, o divórcio foi criado mostrando uma grande mudança nas dimensões da vida social que envolvia os casais. Nas palavras de Berquó e Oliveira (1992, p. 13), “estas mudanças ocasionaram, entre outras, alterações importantes no universo de expectativas das mulheres, deixando o casamento de ser a via privilegiada de concretização de projetos de vida independentes da família de origem”. De certo modo, instituía-se uma bandeira, uma luta de resistência ao silenciamento que a história delegara à condição social feminina.

Embora o anúncio supra-analisado tenha sido criado na década de 1970, seus sentidos, assim como os de outros anúncios passados, são retomados nos dias atuais. A atualidade alimenta-se de uma memória discursiva que não se apaga. Os discursos são retomados, e o advento de sua volta enuncia, relembra, assegura e reforça o que é a mulher na sociedade. Isso pode sinalizar que há uma estratégia discursiva que produz o enunciado, na medida em que retoma outros já ditos, conforme vemos no anúncio a seguir.

Figura 2 – Anúncio publicitário da Fast Shop.



Fonte: <https://www.buzzfeed.com/br/alexandreorrico/publicidade-machista>.
Acesso em: 15 jun. 2020.

Temos aí uma proposta, uma sugestão de compra para a mulher. Esse anúncio – *Semana da mulher: tenha mais tempo livre* – foi veiculado em março de 2015, na mídia nacional digital e impressa pela empresa Fast Shop, que vende computadores, televisões, *home theaters*, entre outros produtos. No entanto, o que se ofertou à mulher foi uma máquina de lavar e secar roupas. Ela não tem tempo livre porque as funções domésticas lhe pertencem, são de sua alçada. A máquina de lavar roupa amenizaria uma das tantas demandas domésticas. Então, como falamos da mulher, de sua identidade, das práticas que lhe são dadas, olhando para um anúncio publicitário? De que forma o enunciado acima tenta fugir do padrão, talvez sugerindo que a mulher deva trabalhar fora de casa, mas ao mesmo tempo amarrando-a à ordem do lar?

Nesses anúncios, podemos pensar em uma corporeidade de imagens amparadas por enunciados que produzem uma identidade para a mulher, pois o que se esconde por trás desses enunciados são outros que os conduzem. Não conseguimos separar a historicidade que lhes é constitutiva. Assim, podemos pensar quais são os procedimentos composicionais e enunciativos que esses anúncios organizam em seus discursos para conquistar ou reconquistar a sua suposta cliente. Pierre Achard (2007, p. 17), ao discutir o papel da memória, observa que um texto dado trabalha através de sua circulação social, “o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única”. A produção da publicidade repousa em uma dada instabilidade, entre o esquecimento e a repetição de uma história que assegura à mulher um espaço socialmente determinado. Para Bakhtin (2006, p. 144), “pode ser que o discurso de outrem seja recebido como um único bloco de comportamento social, como uma tomada de posição inalisável do falante”. Os sentidos desses enunciados, por outro lado, podem também dar a inferir que se reconhece uma nova posição para a mulher, de mudança, de liberdade, talvez, de inovação. Mas, o olhar que aqui se lança é sobre a não transparência do dizer, é sobre o que não é dado a se perceber facilmente.

Gregolin (2007a, p. 163) assinala que essas retomadas “são procedimentos discursivos que trabalham a memória e fazem esses enunciados integrarem-se a redes de outras formulações e constituírem outros trajetos de sentidos”. A máquina é para a mulher, ou seja, ela diz que embora o tempo mude, os anos passem e a inovação

aconteça, o seu lugar é o mesmo de antes e de sempre, as suas funções domésticas são as mesmas de outrora e acontecem sempre entre a cozinha e a lavanderia.

Esses enunciados, pela insistente recorrência e repetibilidade com que voltam à cena midiática e publicitária, constituem também maneiras de se definir a mulher e de levá-la a se reconhecer em seu lugar social, identitário etc. Segundo Lima (2018), conforme os enunciados sobre a mulher vão sendo produzidos, outros efeitos de sentido, em concomitância, são mantidos ou deslocados. Para a autora, esses enunciados, apesar de obedecerem a certas regularidades, não fogem ao compromisso de denunciar os posicionamentos femininos nos discursos e as correlações e transformações no processo de construção da identidade da mulher (LIMA, 2018, p. 159). Há uma historicidade rememorada nessa construção. Por isso, podemos depreender que as relações dialógicas que engendram os sujeitos nesses enunciados analisados são demasiadamente complexas, pois também lhes atribuem um modo de existência e, em seu esteio, relegam-lhes um lugar fixo na sociedade.

Trabalhar com anúncios publicitários na sala de aula pode ser uma motivação para entendermos o processo de interação que mobilizam os textos e suas diferenças na sociedade. É um convite a enxergar questões que não são dadas sob ângulos tão conhecidos, mas que nos fazem repensar as práticas e os papéis dos sujeitos engendrados em seus enunciados, entre cores, formatos e produtos a se consumirem.

A estrutura composicional desses enunciados mostra os objetos à venda: a máquina de lavar louça e a máquina de lavar roupa. Compreendemos que há um movimento entre eles, entre um passado e um presente, entre a louça e a roupa, entre a mulher de antes e a mulher de agora, entre o cinza e o colorido, respectivamente, no anúncio de 1970 e o de 2015 que, em certa medida, asseguram o lugar da mulher na mídia. É o discurso midiático que parte de um já dito e que dá base a um dizível.

Os modos como são enunciados definem as formas de discursividade que nos chegam diariamente por meio dos aparelhos midiáticos. São modos de produção de identidades que cotidianamente asseguram uma fixidez que define os sujeitos em sociedade e os seus modos de existência. Afinal, “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2007, p. 17). Nas palavras de Barthes (1993, p. 7 *apud* LIMA, 2018, p. 169), por meio de falsas evidências, “a mídia mascara continuamente uma realidade, confundindo, nos relatos da

atualidade, natureza e história, e atribuindo, por meio de um ‘abuso ideológico’, certa obviedade natural àquilo que é puramente histórico”. A identidade da mulher nesses anúncios está presa à teia de uma memória agenciada pelo discurso midiático.

4. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo investigar um anúncio publicitário, segundo os fundamentos propostos por Mikhail Bakhtin (2003) e por alguns estudiosos da teoria discursiva, com vistas a uma possível contribuição para os estudos dos gêneros do discurso. Observamos, por meio da análise e visão de alguns autores, as regularidades estabelecidas nos anúncios, principalmente, quando mobilizam conteúdos temáticos relacionados ao lugar da mulher na sociedade. Ou seja, eles dialogam com as práticas sociais e com os seus valores como se estes lhes fossem intrínsecos e naturais, o que sinaliza uma tentativa de regulação social para os sujeitos. Observamos, assim, o sujeito tomado como lugar de práticas discursivas que servem de campo para a sua construção e existência no discurso (LIMA, 2018, p. 172).

Bakhtin (2003) induz-nos ao entendimento de que as relações dialógicas, em sua multiplicidade, podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. Assim, “a relação com o sentido é sempre dialógica. A própria compreensão já é dialógica” (BAKHTIN, 2003, p. 327). O dialogismo pode ser entendido como uma dinâmica entre discursos, constituído nas relações tensas que mobilizam as práticas sociais, bem como as relações de poder que se instauram entre os sujeitos. Observamos, portanto, que esse é um viés interessante de reflexão a ser levado à discussão, sempre observando como os sentidos são permeados pelas relações de poder e de diferenças que traduzem, definem e identificam os sujeitos em sociedade.

As regularidades que contornam essas relações de poder nos espaços sociais, principalmente em suas demarcações de diferenças entre o que é do homem e o que é da mulher, permitem que os discursos individualizem os sujeitos. Falar de mulher na mídia é diferente, é singular, é também uma tentativa de se compreender sua identidade, sua natureza, ou, talvez, uma possibilidade de dar-lhe uma natureza, uma identidade fixa,

ainda, circunscrita aos espaços domésticos e às fronteiras que mantêm a mulher resguardada, obviamente, sob o jugo do discurso midiático-publicitário.

5. Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valetin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10ª ed. São Paulo: Huditec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEZERRIL, Gianka Salustiano; ALVES, Maria da Penha Casado. Aspectos da dimensão verbal do gênero anúncio publicitário impresso direcionado ao público masculino. **Revista do GELNE**, Natal, vol. 15, Número Especial, p. 327-352. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br>. Acesso em: 7 set. 2019.

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. Casamento em tempos de crise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, vol. 9, n. 2, 1992.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Editora Ática. 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memórias e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidade. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007a.

_____. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino da língua e relevância social. In: CORREIA, Djane Antonucci (Org.). **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo/Ponta Grossa: Parábola/Editora da UEPG, 2007b, p. 51-77.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida. Deslocamentos de politização no discurso: um olhar semiótico sobre a mulher na política. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 42, jul.-dez., 2018. Campinas: Unicamp, 2018. p. 155-174. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao42/artigo7.pdf>.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, François; HACK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 2 jul. 2019.

O lugar da cidadania no capitalismo comunicativo

Where is the citizen in communicative capitalism?

*Paola Madrid Sartoretto*¹

Resumo: Este artigo discute como a participação cidadã na política através da ação comunicativa pode ser analisada a partir de uma apreciação crítica do conceito de capitalismo comunicativo. Não obstante sua contribuição para a análise crítica da participação política em ambientes digitais, o capitalismo comunicativo tem um caráter midiacêntrico e um viés etnocêntrico. Essas características limitam a aplicabilidade do conceito em análises das possibilidades de ação cidadã no contexto da comodificação da comunicação. Propõe-se, então, a cidadania comunicativa como um conceito que complementa as limitações do capitalismo comunicativo.

Palavras-chave: Capitalismo Comunicativo; Cidadania Comunicativa; Democracia; Participação.

Abstract: This article discusses how citizen participation in politics through communicative action can be analysed departing from a critical appreciation of the concept of communicative capitalism. Despite its contribution to a critical analysis of online political participation, communicative capitalism has a mediacentric character and an ethnocentric bias. These limitations make it less useful as an analytical tool to assess the possibilities for citizen action in the context of commoditized communication. Communicative citizenship is thus proposed as concept that addresses the analytical limitations of communicative capitalism.

Keywords: Communicative Capitalism; Communicative Citizenship; Democracy; Participation.

1. Cidadania comunicativa na era da comunicação comodificada

O rápido desenvolvimento e expansão global das tecnologias de informação e comunicação trouxe discussões sobre o potencial democrático e democratizante dessas tecnologias (COULDRY, 2012; BAKARDJIEVA, 2009; PAPACHARISSI, 2010; SHIRKY, 2008; SPARKS, 2000). A emergência de novas plataformas de publicação e disseminação de conteúdo virtual em rede, como Wikipedia, Wikileaks, Facebook, Twitter, Instagram, Whatsapp; bem como a crescente disseminação do acesso à internet e a dispositivos móveis de comunicação, foram encaradas inicialmente com otimismo (JENKINS et al., 2015; CASTELLS, 2013). Entretanto, nos últimos anos, esse

¹ Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestrado em Mídia e Comunicação pela Universidade de Estocolmo e doutorado em Mídia e Comunicação pela Universidade de Karlstad, na Suécia. Atualmente leciona nas universidades de Estocolmo e Södertörn.

otimismo tem dado lugar à problematização desse suposto potencial democrático das tecnologias de informação e comunicação. Tais debates são ancorados na ideia de que tanto a democracia quanto a cidadania possuem dimensões comunicativas, em outras palavras, a cidadania democrática não é apenas exercida através do voto e da participação em processos deliberativos, mas também através do engajamento em diálogos e debates na esfera pública materializada na mídia (HABERMAS, 1991; PERUZZO, 2014; COULDRY, 2012).

Uma linha de argumentação que surge desse debate considera o desenvolvimento das tecnologias de comunicação crucial para garantir a possibilidade de participação em debates públicos, e, conseqüentemente em outros processos políticos de curto e longo prazo. Entretanto, teme-se que, em razão do *ethos* mercadológico das plataformas digitais em geral, a simples produção e circulação de conteúdo e mensagens não são suficientes para garantir o tipo de comunicação intersubjetiva necessária para o exercício da cidadania (DEAN, 2008). Dean considera que as comunicações digitais dominadas por lógicas do mercado capitalista se constituem numa forma de capitalismo comunicativo no qual “valores tidos como centrais para a democracia se materializam nas tecnologias de comunicação em rede” (2009, p. 104, tradução minha). Recentemente, as empresas proprietárias de plataformas de comunicação, como Google e Facebook, têm sido inclusive acusadas de usar suas plataformas de maneira que cerceiam a liberdade de expressão de certos grupos, ao mesmo tempo que incitam discursos de ódio, além de exercerem influência indevida sobre processos eleitorais (ver, por exemplo, WYLIE, 2019). Revendo sua conceitualização, Dean (2020, p. 34) questiona quais seriam as repercussões do amálgama entre comunicação e capitalismo na maneira como nos comunicamos e nos entendemos como sujeitos. A autora reforça a ideia de que as mídias sociais acobertam a impotência política e fazem com que usuários se imaginem como participantes políticos ativos (DEAN, 2020, p. 35).

Essa avaliação crítica do papel da comunicação digital para a democracia chega depois do período de otimismo caracterizado pela glorificação do ativismo digital². Em debates recentes se reconhece que não há evidências convincentes de que as mídias

² No livro *The Revolution Will Not Be Televised*, Joe Trippi (2005) argumenta que a internet poderia ter um grande impacto em campanhas políticas, incentivando o engajamento e participação individual, revitalizando assim esse processo democrático. Clay Shirky (2011) considera as mídias sociodigitais um elemento crucial para a organização de movimentos sociais e a ação política. Manuel Castells (2015) acredita que a internet é essencial para viabilizar a formação de movimentos sociais autônomos.

digitais contribuam positivamente para a conscientização sobre questões de interesse público, ou mesmo para a participação em debates acerca de tais questões³. No contexto de um debate midiacêntrico acerca de um possível impacto positivo das redes sociodigitais em processos democráticos, o conceito de capitalismo comunicativo (DEAN, 2008, 2009, 2014, 2020) é útil para problematizar e explicar a relação entre interações comunicativas e processos políticos engendrados em ambientes digitais. Entretanto, o conceito se mostra insuficiente para analisar e explicar a agência da cidadania ou os limites da interação comunicativa para além do contexto das democracias liberais do Norte Global. Na conceitualização do capitalismo comunicativo, a participação toma a forma de expressão individual, excluindo da análise a comunicação coletiva como ação organizada. Propõe-se aqui o conceito de cidadania comunicativa (MATA, 2002) como uma alternativa para se entender as possibilidades e limitações da agência comunicativa e de processos coletivos de comunicação para o exercício da cidadania.

2. Capitalismo comunicativo e os limites da participação

Problematizando as oportunidades de participação cidadã e as ações políticas proporcionadas pelas tecnologias digitais de comunicação e informação, Dean introduz o conceito de capitalismo comunicativo para explicar o debate político nos Estados Unidos. Dean explica que:

Capitalismo comunicativo designa a forma do capitalismo tardio em que os valores tidos como centrais para a democracia tomam forma material nas tecnologias de comunicação em rede. Ideais de acesso, inclusão, discussão e participação se realizam nas e pelas expansões, intensificações e interconexões das telecomunicações globais. Mas em lugar de levar a uma distribuição mais equânime de recursos e influência, ao invés de possibilitar a emergência de uma variedade mais abundante de modos de vida e práticas de liberdade, o dilúvio de telas e espetáculos diminui qualquer oportunidade política para a maioria da população mundial (DEAN, 2008, p. 104, tradução minha).

Na prática, diferentes atores competem pela visibilidade e pela atenção de um público cada vez mais disperso e fragmentado, e as atividades políticas daqueles em

³ Waisbord (2016).

posição de poder acontecem em paralelo, independentemente da “política que circula como conteúdo” (DEAN, 2008, p. 104). Outra característica do capitalismo comunicativo, segundo Dean (2008), é que as mensagens se transformam em contribuições. Essa diferenciação é importante para compreender os limites da participação e da ação política nas redes sociodigitais. Enquanto a mensagem é o elemento material da comunicação, o que *se faz comum* (SODRÉ, 2015) entre atores comunicantes, pressupondo interação intersubjetiva, uma contribuição não requer esse nível de interação.

Dean argumenta que a questão em jogo não é se cidadãs e cidadãos possuem a habilidade, possibilidade e liberdade necessárias para participar do debate público, mas a ausência da interconexão entre o diálogo nas redes digitais e os processos da política nas instituições e na sociedade. De acordo com esse argumento, o principal objetivo da interação comunicativa na esfera pública é a influência política, seguindo a premissa da soberania cidadã, mas esse impacto nunca se concretiza porque, de acordo com Dean, existe uma diferenciação entre política e circulação de conteúdo (2005, p. 102). Isso acontece porque, no capitalismo comunicativo, diversas formas de interação comunicativa na internet operam como contribuições ao fluxo de mensagens. Essas contribuições não possuem valor democrático no sentido de influenciar mudanças sociais em geral ou deliberações políticas em particular. O papel das contribuições, na visão de Dean (2009), é gerar valor para as corporações que controlam as plataformas de comunicação digital. Nesse contexto, Couldry critica a possibilidade oferecida a cidadãos e cidadãs de resenhar serviços públicos no Reino Unido, argumentando que:

A legitimidade de um sistema político não pode ser resgatada através da introdução de pequenos elementos de “interatividade”, ou mesmo pela transferência da decisão ao usuário ao mesmo tempo que se presta apenas atenção simbólica (por exemplo através de petições online ao Primeiro Ministro) à possibilidade de que o sistema político como um todo oferece uma prestação de contas adequada (COULDRY, 2010, p. 52, tradução minha).

De acordo com a lógica do capitalismo comunicativo, as formas de avaliações e comentários para serviços específicos cumprem na verdade a função de gerar valor e dar legitimidade às plataformas estatais e não oferecem a possibilidade de participação política. A participação política se entende aqui como ação coletiva capaz de influenciar

mudanças institucionais a curto prazo e sociais a longo prazo. Essa participação se dá através do engajamento com atores sociais coletivos no escopo da sociedade civil, como, por exemplo, movimentos sociais ou mobilizações espontâneas. Esse tipo de ação não se resume à participação na política institucional, mas interage com as instituições do Estado. Na prática, a participação social coletiva pode ser uma forma de interlocução entre os atores sociais e as instituições do Estado e o governo. Um exemplo é a paralisação de trabalhadoras e trabalhadores de aplicativos de entrega de comida em julho de 2020 no Brasil. Através da mobilização para o “Breque dos apps”, essas trabalhadoras e trabalhadores se mobilizaram nas ruas e nas redes sociais para dar visibilidade às suas demandas ao mesmo tempo que tentam iniciar uma interlocução coletiva com as instituições do Estado para garantir seus direitos em condições de precarização e redistribuição do trabalho comunicativo.

Ao adicionar o adjetivo “comunicativo” ao substantivo “capitalismo”, Dean consegue articular um argumento eloquente sobre as limitações da interação comunicativa como ato político. No capitalismo comunicativo, a participação através da comunicação digital e das redes sociais não é apenas permitida, mas avidamente encorajada. Comentários e opiniões são publicados individualmente nas mais variadas formas. Entretanto, há aspectos que diferenciam esse tipo de participação das formas de participação cidadã apresentadas anteriormente. Em primeiro lugar, trata-se geralmente de uma participação individual enquanto consumidor de serviços e produtos dentro de um contexto neoliberal em que as relações são cada vez mais mediadas pelo mercado. Esse tipo de participação tem um ethos mais mercadológico do que político. Em segundo lugar, mesmo sendo errôneo afirmar que discussões políticas estão ausentes na interação em redes digitais, essas discussões dificilmente atingem seu objetivo, que é o de influenciar decisões e dinâmicas na política institucional, ou mesmo estimular alguma ação coletiva coordenada. Em consequência, a cidadania não é exercida através dessa forma de interação comunicativa porque o objetivo político da soberania popular ou cidadã, materializado numa relação simétrica entre cidadãos e representantes eleitos, bem como a politização das demandas, não são atingidos nessas interações. Assim como outras autoras (por exemplo, REGUILLO, 2017; ABREGO, BONA, REGUILLO, 2019; SASSEN, 2016), Dean (2014) considera as revoltas iniciadas na segunda década do século XXI, como os movimentos *Occupy*, o 15M na Espanha, os protestos no

parque Gezi em Istambul e as Jornadas de Junho no Brasil, insurgências de classe sob a égide do capitalismo tardio. A autora rejeita o argumento de que tais mobilizações sejam pós-políticas ou movimentos locais e alerta para a nova aparência da luta de classes. Pode-se concluir, então, que o potencial de resistência e participação no capitalismo comunicativo se encontra fora das interfaces tecnológicas ao mesmo tempo que se utiliza delas de forma instrumental. A partir daí, argumenta-se que a comunicação é o processo constituinte da insurgência política contra o capitalismo neoliberal, configurando uma forma de cidadania insurgente (HOLSTON, 2013). Nas próximas seções se discute como a cidadania comunicativa pode conceitualizar esse tipo de ação política com base na apropriação consciente dos meios de comunicação e na reivindicação do protagonismo na elaboração de políticas de comunicação.

3. Limitações epistemológicas do capitalismo comunicativo

Conceitualmente, o capitalismo comunicativo tem limitações epistemológicas que diminuem sua capacidade de explicar dinâmicas de poder quando analisamos a relação entre comunicação, cidadania e democracia. O capitalismo comunicativo é um conceito explicitamente midiacêntrico, porque explica o caráter e impacto político (ou sua ausência) de interações comunicativas que ocorrem exclusivamente em ambientes digitais. Assim, esse conceito se torna inadequado para explicar e discutir o papel da comunicação como um processo social que se estende para além das mídias e ambientes digitais. Peruzzo (2014) explica que a comunicação através de canais tecnológicos é uma expressão de processos interativos entre indivíduos e grupos. Além do que, como lembra Silverstone (1999), as relações sociais transcendem e cercam as tecnologias, e, por isso, mesmo que as telas reproduzam a aparência de relações sociais, é preciso olhar para além delas para que possamos entender os processos de participação política na contemporaneidade.

Dean (2008, p. 103) reconhece que existe a possibilidade de se atingir resultados políticos através das redes digitais, mas tal possibilidade é dependente do contexto. Em outras palavras, o impacto político da interação midiática depende não apenas das potencialidades da tecnologia, mas também das condições político-sociais e das estruturas nas quais as tecnologias são utilizadas. Depara-se, então, com uma situação

paradoxal em que mais indivíduos e grupos têm a possibilidade de expressão, mas, se utilizarem essas possibilidades para publicar e compartilhar mensagens, a capacidade de obter impacto político se dilui na cacofonia de mensagens. O grupo que Dean (2009) chama de “esquerda digitadora” (*typing left*) se engaja então numa crítica inoperante ao capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2005) que tem o seu potencial de mudar as dinâmicas de poder existentes diminuído.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar o valor e o significado da voz, entendida como a capacidade humana de “apresentar a si próprio o seu lugar no mundo” (COULDRY, 2010, p. 1, tradução minha). Para Couldry, usar a voz é fazer o círculo completo de participação em condições democráticas, quando se consegue influenciar Estados e governos como interlocutores, ou contribuir para o entendimento mútuo entre diferentes grupos numa sociedade. A discussão que se faz necessária, portanto, é sobre quais condições favorecem uma crítica potencialmente significativa do capitalismo tardio.

Outra limitação conceitual do capitalismo comunicativo é seu viés etnocêntrico, o que diminui a capacidade de se usar o conceito para explicar realidades que não possuem características semelhantes às dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental, também porque o conceito é delimitado pela ideia liberal da liberdade individual e liberdade da imprensa enquanto setor econômico. O capitalismo comunicativo perde assim suas propriedades analíticas quando escalonamos a discussão para incluir cidadania e participação em um contexto global e localizamos o debate em sociedades nas quais uma parcela significativa da população é excluída dos direitos associados à cidadania.

A dissociação entre a ação comunicativa em suas diferentes formas e as instituições que essa ação tem como objetivo modificar é uma característica de muitas sociedades contemporâneas. Essa dissociação tem relação com o papel do Estado neoliberal como provedor e gerenciador de serviços e não como instituição que garante direitos individuais e coletivos às cidadãs e aos cidadãos, o que torna suas demandas e opiniões menos relevantes. Assim, as redes sociodigitais oferecem possibilidades ilimitadas de expressão e facilitam certos tipos superficiais de participação e interação com órgãos do Estado.

Se reconhecermos, como Dean (2009, 2020), Morozov (2012) e Couldry (2010), que as tecnologias falham em trazer soluções para problemas sociais e políticos, podemos chegar além da lógica do capitalismo comunicativo e começar a explorar as dinâmicas de comodificação da comunicação e seu impacto em processos democráticos. Ao fazer isso, é essencial adotar um posicionamento mais inclusivo que dê conta de experiências e fenômenos para além do eixo América do Norte – Europa Ocidental, o que vai resultar em um entendimento mais amplo das ameaças que o neoliberalismo representa para a democracia.

Assim, a questão a ser explorada aqui é: de que maneiras a comunicação enquanto processo social e coletivo pode aprofundar a cidadania e a participação política em contextos em que a comunicação é comodificada seguindo interesses comerciais e lógicas neoliberais?

4. Cidadania comunicativa: uma visão ampliada da relação entre comunicação e participação política

Buscando as raízes da conexão entre comunicação e cidadania, Mata (2006) observa que essa intersecção ganha atenção nos estudos de mídia e comunicação a partir da década de 1990. À luz dos processos de globalização, comercialização, individualização e neoliberalização, a ideia clássica de um coletivo de cidadãos e cidadãs engajadas e informadas, capazes de fazer escolhas racionais, e uma sociedade civil que se mobiliza objetivando o bem comum deu lugar a uma visão de indivíduos cínicos, passivos e autorreferenciados, engajados em processos contínuos de autoconstrução e autopromoção. Em paralelo, o constante desenvolvimento das tecnologias de comunicação e comodificação da informação trazem a cidadania para o centro das discussões. Mesmo existindo uma extensa literatura sobre cidadania nos campos da filosofia, sociologia e ciência política, o interesse sobre a intersecção entre comunicação e cidadania emerge com o reconhecimento de que cultura, identidade, informação e expressão são dimensões constitutivas da cidadania. Para que possam exercer direitos e deveres de cidadão em sua totalidade, indivíduos e coletivos precisam ser capazes de expressar sua identidade, receber e circular informação, além de produzir e reproduzir a cultura, ao mesmo tempo que participam de processos deliberativos

(processos esses que não se limitam ao voto em eleições) que têm impacto em suas vidas. Essas ações se objetivam através de processos comunicativos muitas vezes materializados através dos meios de comunicação.

Nessa intersecção, Mata (2006) identificou uma tensão entre a posição social de público ou audiência e posição de cidadã e cidadão. No contexto do capitalismo comunicativo, essa tensão se materializa de uma maneira mais complexa, porque a condição de público implica não somente receber conteúdos, mas também produzir informação. Assim, o público se torna ativo, e essa atividade pode parecer e até configurar uma forma de agência (BAKARDJIEVA, 2009, 2012), mas isso não pode ofuscar o fato de que ao usar serviços e plataformas de corporações de tecnologia para a publicação e interação em rede, as audiências se apresentam publicamente como consumidoras e se commodificam no grande mercado de coleta, compilação e venda de dados. Mais do que consumidoras, indivíduos são usuárias de plataformas controladas por algumas das mais poderosas corporações da atualidade e se tornam um ativo para essas companhias através do conteúdo produzido e compartilhado e das informações armazenadas em perfis de redes sociais (McCHESNEY, 2013; MOROZOV, 2012; PAPACHARISSI, 2010).

A partir da perspectiva de grupos marginalizados que lutam para gerar mobilização e conscientizar o público sobre suas causas, as mídias digitais podem renovar as possibilidades disponíveis de autorrepresentação e disseminação de conteúdo (CASTELLS, 2011; DAHLGREN, 2009), formação de coletivos (BENNET, SEGERBERG, 2013; GERBAUDO, 2012), acesso à informação e também servir para a produção e reprodução da cultura. Esses processos trazem em seu bojo a necessidade de conceitos analíticos que expliquem a complexidade da posição dialética de cidadã-agente que se comunica para aparecer e participar em espaços de debate público e como público-*commodity*-consumidora.

Um ponto de partida é o reconhecimento dos modos pelos quais as dinâmicas do mercado invadem processos de sociabilidade. Martín-Barbero (1998) propõe que em face às tensões trazidas pelo desenvolvimento de tecnologias que configuram novos espaços públicos e formas renovadas de cidadania, é necessário observar e analisar a hegemonia comunicacional do mercado sobre a sociedade (1998, p. 11). Ele reconhece que é através da comunicação que culturas são inseridas no mercado mas também

desconectadas dele enquanto sistema espaçotemporal. Aqui se nota um ponto em comum com o conceito de capitalismo comunicativo no sentido de que o domínio da lógica de mercado sobre a interação social é reconhecido e visibilizado. A diferença é que Martín-Barbero não limita a análise à internet, localizando as tensões comunicativas que emergem nas últimas décadas nas dimensões social e política, entendendo a comunicação como um processo, como o objeto do conflito, no lugar das instituições e tecnologias, como faz Dean. Para a autora (DEAN, 2020), a resistência às lógicas de exploração e exclusão vigentes no capitalismo comunicativo acontece essencialmente fora das tecnologias.

A hegemonia comunicacional do mercado limita a cidadania quando exclui certos modos de ação e invisibiliza certas lutas sociais. O espaço público da comunicação se torna opaco quando se omite de discutir a eficiência do mercado em organizá-lo. As políticas que regulamentam a atividade das empresas de comunicação, por exemplo, não se tornaram mais transparentes com o advento de novas tecnologias de comunicação, ao contrário, novas camadas de opacidade aparecem para ofuscar informações sobre como conteúdos são distribuídos e como dados pessoais são utilizados em plataformas digitais. Usuários de serviços de comunicação digital têm seus direitos limitados em termos de receber informação sobre empresas de tecnologia ou influenciar o modo como elas utilizam os dados gerados pelos usuários (ANDREJEVIC, 2007; TURKLE, 2015).

Temos assim um contexto em que o mercado detém controle hegemônico sobre todos os tipos de trocas simbólicas mediadas. Então, se entendemos a cidadania como a capacidade de ser sujeito em todos os campos de construção do poder (MATA, 2006) e se consideramos os meios de comunicação como arenas de disputa e negociação de poder, a incapacidade de ser o sujeito de suas próprias interações comunicativas mediadas pelas tecnologias configura a perda da cidadania. Como Mata explica, a prática da cidadania não se limita ao exercício de direitos e deveres, mas inclui também um modo específico de aparecer no espaço público onde cidadãos e cidadãs podem se constituir como sujeitos de demandas. Assim, nas sociedades contemporâneas midiáticas, as mídias e redes de informação assumiram um papel central como arenas privilegiadas de interação social (COULDRY, 2010, 2012; PAIVA, 2005; SODRÉ, 2005).

Ao questionar as possibilidades da ação cidadã em um espaço comunicacional dominado pelo mercado, Mata situa direitos e ação cidadã para além da mídia institucional. Para ela, a recusa ao consumo é uma ação individual realizada dentro dos limites do papel de consumidor. A ação cidadã, ao contrário, deve ser coletiva e transformadora. Nesse sentido, um termo mais adequado para descrever o exercício da cidadania em relação à comunicação seria *direito à comunicação* (PERUZZO, 2004). O direito à comunicação significa o reconhecimento de que direitos fundamentais intrinsecamente conectados à comunicação, como o direito à informação e à liberdade de expressão, não garantem a possibilidade da comunicação livre tampouco ajudam a evitar a concentração da propriedade dos meios de comunicação (BRITTOS; COLLAR, 2008). O reconhecimento desses direitos, inclusive no Norte Global, não preveniu a emergência do capitalismo comunicativo. Esse é o ponto em que o conceito de capitalismo comunicativo perde sua capacidade explanatória para o entendimento da intersecção entre cidadania e comunicação. A ação política cidadã através de interações comunicativas tem várias dimensões que não podem ser explicadas usando o capitalismo comunicativo como ferramenta de análise. Além disso, o direito à comunicação que torna possível a cidadania ativa está situado para além do capitalismo comunicativo como um sistema e como conceitualização da ação política na internet. A participação em redes sociais no capitalismo comunicativo é vista primordialmente como engajamento individual que não evolui para a formação de coletivos (a não ser formas efêmeras de agrupamento) e não permite uma discussão sobre as limitações e ameaças que a concentração da propriedade dos meios de comunicação representa para a democracia.

Enquanto o capitalismo comunicativo explica um contexto em que a ação comunicativa se desdobra na internet, analisando as forças estruturantes que fazem essa ação politicamente irrelevante (DEAN, 2009), a articulação entre cidadania e comunicação proposta por Mata (2006) revela os limites da cidadania dentro do capitalismo comunicativo ao mesmo tempo que estabelece mais explicitamente a conexão entre comunicação e democracia. Para Mata, é impossível conceitualizar e construir uma noção de cidadania sem o reconhecimento de que em sociedades midiáticas, cidadãos e cidadãs assumem também a condição de públicos. Isso não significa apenas substituir o termo cidadã pelo termo público, mas reconhecer,

identificar e analisar as tensões e problemas que emergem da intersecção entre as condições de cidadã e público – na mídia e da mídia. É a partir dessa perspectiva que a noção de cidadania comunicativa surge como o “reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direitos e demandas na arena da comunicação pública e o exercício desse direito” (MATA, 2006, p. 13, tradução minha). A emergência da dimensão cidadã no campo da comunicação tem um caráter político, segundo Mata (2002, 2006), porque nos permite revelar até que ponto a apropriação de recursos pelo Estado e pelo mercado limita o exercício dos direitos que configuram a democracia.

Uma visão normativa da democracia liberal como um sistema político que provê oportunidades iguais às cidadãs e aos cidadãos como sujeitos de direito enquanto cria as condições para a formação cidadã se opõe à maneira como Dean (2009) entende as democracias liberais. Dean argumenta que as democracias liberais privilegiam os ricos ao estender e proteger o capitalismo neoliberal, o que se pode considerar os efeitos empíricos da noção liberal de democracia em que o Estado tem o papel de garantir liberdades individuais exercidas através de escolhas racionais, como o voto e a compra. Entretanto, nas democracias liberais, cidadãs e cidadãos nascem e não são formadas através da ação política. O capitalismo comunicativo é, então, o resultado da visão política liberal aplicada à comunicação e mídia em que o papel do Estado se limita a proteger a liberdade individual à expressão de opiniões e identidades. Nesse contexto, os direitos que Mata (2002) relaciona à comunicação não podem existir dentro do escopo de um Estado neoliberal, ou da democracia liberal em geral, porque a formação do sujeito da comunicação nesses contextos é medida pelo direito individual de ser parte de um público, pela capacidade individual de circular mensagens e pela liberdade para constituir empresas que ofereçam tais serviços. Em comparação, a cidadania comunicativa requer o reconhecimento da dupla condição de público-cidadã, possibilitando assim a ação cidadã para além do comportamento consumidor nos espaços públicos constituídos pela mídia.

Nos últimos anos, a pesquisa em comunicação na América Latina tem se utilizado do conceito de cidadania comunicativa para entender como grupos sociais marginalizados se apropriam das tecnologias e como a ação política é engendrada em processos comunicacionais que transcendem a tecnologia. Cogo (2012, p. 62) conclui que “práticas midiáticas, ainda que fragmentadas, colaboram para a criação de espaços

de ação transnacional de mobilização e articulação da diáspora migratória latino-americana dispersa globalmente”. Almeida, Guindani e Morigi (2010) argumentam que a rádio comunitária pode se tornar um catalisador da ação comunicativa em torno da cidadania, na qual se forjam “novas formas de sociabilidade e produção cultural” (p. 15). Caprino (2016) sublinha o papel da educação midiática para o reconhecimento e exercício da cidadania comunicativa com vistas a alcançar a cidadania comunicativa ideal (MATA, 2006), que é o protagonismo comunicacional enquanto sujeito da comunicação individual e coletiva. Saggin e Bonin (2017, p. 107) identificam o âmbito da comunicação e suas tecnologias como importantes vetores de transformação da cultura política, também alertando para a importância da educação midiática em suas abordagens não instrumentais para que indivíduos se construam como sujeitos da comunicação. Cerbino e Belotti (2016) sugerem que os meios de comunicação populares, alternativos e comunitários se configuram em importantes pontos nodais em redes transnacionais que promovem o reconhecimento e exercício da cidadania comunicativa. Pode-se afirmar que existe, na América Latina, uma clara linha de pesquisa que pretende entender e conceitualizar a comunicação midiática enquanto ação política ancorada em processos sociais. Os trabalhos citados são exemplos de uma análise não instrumental dos usos das tecnologias. Tomados em conjunto, eles contribuem para que se entenda a mobilização política no contexto do capitalismo tardio, sem se limitar aos conteúdos aparentes nas redes sociodigitais.

Nota-se que uma parcela significativa dos estudos recentes que operacionalizam o conceito de cidadania comunicativa analisa a apropriação de meios de comunicação por grupos marginalizados. Nos casos acima, os meios de comunicação enquanto tecnologias e artefatos (rádio, audiovisual, mídias digitais) não são o centro da ação mas ferramentas para serem usadas no processo de conscientização, formação de coletivos e reivindicação de direitos. A simples utilização de uma tecnologia para a expressão não é considerada participação ou ação política, como acontece com a participação em redes sociodigitais, pois há um processo sócio-pedagógico que antecede o uso das tecnologias.

Assim, não obstante a relevância do conceito de capitalismo comunicativo, o reconhecimento dos limites da ação cidadã através da comunicação em democracias neoliberais não avança para análise do conflito de interesses entre as demandas cidadãs

e a comodificação da comunicação. Nesse sentido, a conceitualização da cidadania comunicativa, que reconhece cidadãos e cidadãs como sujeitos de demandas através da comunicação e no campo da comunicação, realocaliza o foco da análise da mídia como uma realidade material para a comunicação como um processo social.

O entendimento da cidadania como uma condição em formação contínua e exercida através da comunicação nos permite, então, analisar: a) a condição dialética público-cidadão em relação à estrutura político-econômica dos meios de comunicação em escalas variadas e b) os limites e potencialidades das iniciativas de comunicação comunitária e cidadã em relação aos seus resultados internos e externos.

6. Conclusão

A conceitualização do capitalismo comunicativo (DEAN, 2008, 2009, 2014, 2020) traz uma importante contribuição para a análise crítica da comodificação da comunicação e as limitações que essa comodificação impõe à participação política cidadã. Entretanto, o conceito apresenta limitações que afetam sua utilidade como ferramenta analítica para questionar e discutir a cidadania como performance comunicativa.

Para entender a relação entre democracia, cidadania e comunicação num contexto de globalização neoliberal é necessário incluir áreas geopolíticas onde a democracia liberal não se desenvolveu plenamente e deslocar o foco das tecnologias de comunicação para a comunicação como processo social em que a tecnologia está presente. Indo além da crítica às discussões políticas em redes sociodigitais como um fluxo comunicacional que contribui mais para o sucesso das plataformas digitais em que elas acontecem do que para mudanças sociais, é preciso explorar e discutir a interseção entre comunicação e diferentes formas de participação política. Para tanto devemos ir além da análise e crítica da comunicação através de plataformas sociodigitais e abordar a distribuição de poder, reconhecendo os interesses conflitantes que estruturam processos comunicativos.

A conceitualização da cidadania comunicativa pode, assim, ser utilizada teoricamente como uma perspectiva para entender as múltiplas dimensões nas quais indivíduos podem participar como cidadãos e cidadãs em interações comunicativas e

também para identificar dinâmicas e estruturas que limitam e cerceiam o direito à comunicação. O exercício da cidadania comunicativa vai além da participação individual através da mídia e inclui a relação entre instituições de mídia e cidadãos e cidadãos e suas interações comunicativas e também as interações comunicativas interpessoais. Dessa maneira, a crítica à comodificação dos públicos (como usuárias e consumidoras), do conteúdo e da participação articulada por Dean pode ser ampliada e incluir a análise de como a cidadania pode ser plenamente construída e exercida em um contexto de comodificação da comunicação.

7. Referências

- ABREGO, Victor Hugo; BONA, Yann; REGUILLO, Rossana. Resistencias en red: Tecnopolítica y violencias. **Designis**, n. 30, p. 23-44, 2019.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; MORIGI, Valdir Jose. A prática de cidadania comunicativa na experiência de rádio comunitária. **Anais Compós**, p. 1-17, 2010.
- ANDREJEVIC, Mark. **iSpy: Surveillance and power in the interactive era**. Lawrence: University Press of Kansas, 2007. 326p.
- BAKARDJIEVA, Maria. Subactivism: Lifeworld and Politics in the Age of the Internet. **The Information Society**, v. 25, n. 2, p. 91-104, jul.-dec. 2009.
- BAKARDJIEVA, Maria. Reconfiguring the mediapolis: New media and civic agency. **New Media & Society**, v. 14, n. 1, p. 63-79, jan.-jun. 2012.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. 256p.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. The new spirit of capitalism. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 18, n. 3-4, p. 161-188, jun. 2005.
- BRITTOS, Valério Cruz; COLLAR, Marcelo Schimitz. Direito à comunicação e democratização no Brasil. *In*: SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (org.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 71-90.
- CAPRINO, Mônica Pegurer. Educação midiática nas ONGs brasileiras: experiências para a cidadania comunicativa. **Comunicação & Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 245-269, 2016.
- CARPENTIER, Nico. **Media and participation: A site of ideological-democratic struggle**. Bristol: Intellect Books, 2011. 408p.
- CASTELLS, Manuel. **The power of identity: The information age – Economy, society, and culture**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011. 461p.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2013. 618p.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015. 338p.

CERBINO, Mauro; BELOTTI, Francesca. Medios comunitarios como ejercicio de ciudadanía comunicativa: experiencias desde Argentina y Ecuador. **Comunicar**, v. 24, n. 47, p. 49-56, 2016.

COGO, Denise. Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. *In*: COGO, Denise; EIHAJII, Mohammed; HUERTAS, Amparo. **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. InCom UAB: 2012, p. 43-66.

COULDRY, Nick. **Media, society, world: Social theory and digital media practice**. Polity, 2012. 324p.

COULDRY, Nick. **Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism**. Newbury Park: Sage, 2010. 184p.

DAHLGREN, Peter. **Media and political engagement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 246p.

DEAN, Jodi. Communicative capitalism and class struggle. **Spheres – Journal for Digital Cultures**, n. 1, p. 1-16, 2014.

DEAN, Jodi. Communicative capitalism: Circulation and the foreclosure of politics. *In*: BOLER, Megan (ed.). **Digital Media and Democracy – Tactics in Hard Times**. Cambridge: MIT Press, 2008. p. 101-122.

DEAN, Jodi. Communicative capitalism: This is what democracy looks like. **Journal of Communication and Languages**, n. 51, 2020.

DEAN, Jodi. **Democracy and other neoliberal fantasies: Communicative capitalism and left politics**. Durham: Duke University Press, 2009. 232p.

FENTON, Natalie. The internet and radical politics. *In*: CURRAN, James; FENTON, Natalie; FREEDMAN, Des. **Misunderstanding the Internet**. London: Routledge, 2012. 234p.

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. London: Pluto Press, 2012. 208p.

HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society**. Cambridge: MIT Press, 1991. 301p.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**. Volume 2 – Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987. 465p.

HINDMAN, Matthew. **The myth of digital democracy**. New Jersey: Princeton University Press, 2018. 181p.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013. 488p.

JENKINS, Henry et al. **Participatory culture in a networked era**: A conversation on youth, learning, commerce, and politics. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015. 160p.

MATA, María Cristina. Comunicación, ciudadanía y poder: pistas para pensar su articulación. **Diálogos de la Comunicación**, v. 64, p. 65-76, 2002.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras estudos midiáticos**, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan.-apr., 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. Convenio Andrés Bello, 1998. 351p.

McCHESNEY, Robert W. **Digital disconnect**: How capitalism is turning the Internet against democracy. New York: The New Press, 2013. 320p.

MOROZOV, Evgeny. **The net delusion**: The dark side of Internet freedom. New York: Public Affairs, 2012. 448p.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. Mídia e política de minorias. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. 220p.

PAPACHARISSI, Zizi. **A private sphere**: Democracy in a digital age. Cambridge: Polity, 2010. 210p.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Communication in social movements: A new perspective on human rights. *In*: ASKANIUS, Tina et al. (ed.). **Reclaiming the Public Sphere**. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 167-183.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *In*: OLIVEIRA, Maria José (org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004. p. 49-79.

REGUILLO, Rossana. **Paisajes insurrectos**: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. Barcelona: Ned Ediciones, 2017. 210p

SAGGIN, Livia; BONIN, Jiani Adriana. Perspectivas para pensar as inter-relações entre sujeitos comunicantes e mídias digitais na constituição de cidadania comunicativa. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 16, n. 32, p. 16-32, 2017.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e Complexidade na Economia Global. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 336p

SASSEN, Saskia. The political power of social media: Technology, the public sphere, and political change. **Foreign affairs**, v. 90, n. 1. p. 28-41, feb. 2001.

SILVERSTONE, Roger. **Why study the media?**. Newbury Park: Sage, 1999. 176p.

SHIRKY, Clay. The political power of social media: Technology, the public sphere, and political change. **Foreign affairs**, 2011, 28-41.

SHIRKY, Clay. **Here comes everybody**: The power of organizing without organizations. Penguin, 2008. 352p.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método educacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. 328p.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. 220p.

SPARKS, Colin. The Internet and the global public sphere. *In*: BENNET, W. Lance; ENTMAN, Rober M. (ed.). **Mediated politics: Communication in the Future of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 75-95.

TRIPPI, Joe. **The revolution will not be televised**: Democracy, the Internet, and the overthrow of everything. New York: Regan Books, 2005. 336p.

TURKLE, Sherry. **Reclaiming conversation**: The power of talk in a digital age. London: Penguin, 2015. 448p.

WAISBORD, Silvio. El desamor con las redes sociales. **Notícias de la Semana**, Buenos Aires, 22 out. 2016. Disponível em: <http://noticias.perfil.com/2016/10/22/el-desamor-con-las-redes-sociales/>. Acesso em: 1 nov. 2016.

WYLIE, Christopher. **Mind*ck**: Inside Cambridge Analytica's plot to break the world. London: Profile Books, 2019. 270p.

Settler Fragility: Four Paradoxes of Decolonizing Research¹

Fragilidade de colonizador: quatro paradoxos da pesquisa de descolonização

Kaitlyn Watson², Sandra Jeppesen³

Abstract: This dialogic autoethnography, in which the authors reflect on their experiences as settlers who have researched with Indigenous communities, maps four paradoxes settler researchers need to negotiate in decolonizing research. The term “settler fragility” signals a settler positioning of innocence in colonization, which simultaneously recenters colonial power to secure settler futures. In research, settler fragility must be confronted through four paradoxes: (1) the paradox of learning Indigenous worldviews in a profound way, but without appropriation; (2) the paradox of unsettling research by undoing colonial epistemologies in which settlers problematically aim to feel settled; (3) the paradox of reconciling research to improve relationships with Indigenous communities, which can lead to reconciling settlers with their place in colonialism, rather than with Indigenous research partners; and (4) the paradox of decolonizing research in which settler research in colonial universities is recognized as incommensurate with decolonization and yet must be undertaken to decolonize the university. Contributing a tentative set of settler research practices, this paper aims to expand dialogues about how settlers can overcome settler fragility through negotiating the four paradoxes of decolonizing research to develop authentic relationships with Indigenous communities, researchers and research partners.

Keywords: Decolonizing methodologies; Reconciliation; Systemic anti-Indigenous racism; Dialogic autoethnography; Settler research.

Resumo: Essa autoetnografia dialógica, na qual os autores refletem sobre suas experiências como colonos que pesquisaram com comunidades indígenas, mapeia quatro paradoxos que os colonizadores precisam lidar na pesquisa de descolonização. O termo “fragilidade do colono” sinaliza um posicionamento do colono de inocência

¹ This research was supported by the Lakehead University Research Chair in Transformative Media and Social Movements.

² Kaitlyn Watson holds a doctorate in Education Studies, field of Critical Policy, Equity, and Leadership Studies, from Western University in Ontario, Canada. She also completed a Master of Arts in Canadian Studies and Indigenous Studies at Trent University, as well as Bachelor of Education and Honours Bachelor of Arts and Sciences from Lakehead University. She is currently a Faculty Development Officer at Ontario Tech University and Research Coordinator with the First Nations With Schools Collective in partnership with Western University. She has published in academic and professional magazines.

³ Professor in Media, Film and Communications at Lakehead University in Orillia, Canada. Co-editor, with Dr. Paola Sartoretto, of *Media Activist Research Ethics: Global Approaches to Negotiating Power in Social Justice Research* (2020). Jeppesen has held Research Fellowships at the ZeMKI Centre for Media, Communication and Information Research at Universität Bremen (2018), as well as the Faculty of Computer Science, Deggendorf Institute of Technology, Germany (2019); and has held the Lakehead University Research Chair in Transformative Media and Social Movements (2016-18). She is Principal Investigator and co-founder of the Media Action Research Group (2013-2019; mediaactionresearch.org). She has been lead co-organizer of the Protest Media Ecologies Symposium, Scuola Normale Superiore, Florence, Italy (2017), and of the Media Action Research Conference, Lakehead University, Canada (2016). Her monograph, *Transformative Media: Intersectional Technopolitics from Indymedia to #BlackLivesMatter* is due out this year with University of British Columbia Press (2021).

diante da colonização, que, simultaneamente, recentraliza o poder colonial para assegurar o futuro do colono. Na pesquisa, a fragilidade do colono deve ser confrontada por meio de quatro paradoxos: (1) o paradoxo de aprender visões de mundo indígenas de uma forma profunda, mas sem apropriação; (2) o paradoxo da pesquisa perturbadora ao desfazer as epistemologias coloniais nas quais os colonos procuram problematicamente se sentir instalados; (3) o paradoxo de reconciliar pesquisas para melhorar as relações com as comunidades indígenas, o que pode levar a reconciliar os colonos com seu lugar no colonialismo, em vez de com os parceiros indígenas de pesquisa; e (4) o paradoxo da pesquisa de descolonização, em que a pesquisa dos colonos nas universidades coloniais é reconhecida como incomensurável com a descolonização e, ainda assim, deve ser empreendida para descolonizar a universidade. Contribuindo com um conjunto provisório de práticas de pesquisa de colonos, este artigo visa expandir os diálogos sobre como os colonos podem superar a fragilidade dos colonos negociando os quatro paradoxos da pesquisa de descolonização para desenvolver relacionamentos autênticos com comunidades indígenas, pesquisadores e parceiros de pesquisa.

Palavras-chave: Metodologias de descolonização; Reconciliação; Racismo anti-indígena sistêmico; Autoetnografia dialógica; Pesquisa de colonos.

1. Introduction

Canada is a settler colonial nation-state established upon Indigenous⁴ lands (LOWMAN & BARKER, 2015). The Truth and Reconciliation Commission of Canada's final report documents findings from its multi-year truth-telling process regarding intergenerational fallout of the residential school system and related colonial policies (TRC, 2015). For more than a century, residential schools took in over 150,000 Indigenous children with the government's objective "to eliminate Aboriginal people as distinct peoples and to assimilate them into the Canadian mainstream against their will" (TRC, 2015, p. 2). Forcibly removed from family homes, children were forbidden their languages, spirituality, and cultures. They were brutally subjected to European illnesses (MILLOY, 1999; TRC, 2015); starvation and nutritional experiments (MOSBY, 2013); sexual, physical, emotional, and spiritual abuse (TRC, 2015); and an overall lack of care (MILLOY, 1999), with many not surviving.

Having established these truths (not all of which are accepted by all settler Canadians), the report contains 94 Calls to Action, positing that "reconciliation is about establishing and maintaining a mutually respectful relationship between Aboriginal and

⁴ We use the terms Aboriginal and Indigenous depending on context. Indigenous is an international term and is becoming the preferred term in Canada to refer to First Nations, Métis, and Inuit peoples. Aboriginal has historically been used by the Canadian government.

non-Aboriginal peoples” (TRC, 2015, p. 6). Research plays a key role, “contributing to healing and transformative social change” (TRC, 2015, p. 293).

However, Māori scholar Linda Tuhiwai Smith (2012, p. 1) suggests that “‘research’ is probably one of the dirtiest words in the indigenous world’s vocabulary”. In “research through imperial eyes” (p. 58) colonial interpretations of Indigenous cultures are asserted as truths (BRANT CASTELLANO, 2004; ERMINE, 2007; SMITH, 2012), both enacting and *invisibilizing* domination through epistemological colonialism and exclusion (DE SOUZA SANTOS, 2014).

This is not just historical. “Research within late-modern and late-colonial conditions continues relentlessly and brings with it a new wave of exploration, discovery, exploitation and appropriation” (SMITH, 2012, p. 25). Indigenous researchers, however, have long resisted colonial research using Indigenous methods (ABSOLON & WILLET, 2005; KOVACH, 2009; WILSON, 2008). In Canada, in 1998 the OCAP® principles established the importance of Indigenous ownership, consent, access, and possession of research processes and data (FIRST NATIONS INFORMATION GOVERNANCE CENTRE, 1998).

If colonization is a relationship negotiated partially through research, then so must decolonization be (DAVIS, 2004). The co-authors have worked on building relationships with Indigenous communities in critical decolonizing research (DENZIN & LINCOLN, 2008; KOVACH, 2009) in which we have been asked: “Who are you and why do you care?” (CLARK, 2016, p. 46). The subjectivity of the researcher shapes intentions, legitimacy, and worldview. Thus we “situate ourselves in our writing, to start from our intentions” (p. 46).

Kaitlyn Watson is a cis-gender, female, Euro-Canadian settler born and raised in Ontario, Canada on Williams Treaty territory. She is a teacher and researcher, but perhaps most formatively, a sister, daughter, wife, and mother. Kaitlyn⁵ recently completed her doctorate in which she examined educator perspectives on reconciliation. Most broadly, she is interested in exploring Indigenous/settler relationships in the past and present.

Sandra Jeppesen is a cis-female white settler, born in Vancouver in Coast Salish Territory, with ancestors in Denmark and Ireland, places she has lived for some time.

⁵ We transgress the expectation that scholars should be referred to by surname to be seen as objective and refer to ourselves by first names to challenge the erasure of women’s subjectivities from research.

For 25 years she has engaged in multi-issue social movements through intersectional anti-oppression practices, including decolonization. She sits on the President's Council on Truth and Reconciliation and has partnered in a storytelling circle research project with a local Indigenous women's centre.

Through dialogic autoethnography, we elucidate four paradoxes in decolonization research: (1) the paradox of learning Indigenous worldviews without appropriation; (2) the paradox of unsettling research by undoing colonial epistemologies without settlers feeling settled; (3) the paradox of settlers reconciling research to improve relationships with Indigenous communities without recentering settlers; and (4) the paradox that decolonizing settler research is incommensurate with decolonization yet must be undertaken to decolonize universities. To negotiate these paradoxes, settlers must confront settler fragility.

The term “settler fragility”, building on non-Indigenous⁶ scholar Robin DiAngelo's work on white fragility (2018), is defined by Dina Gilio-Whitaker (2018b, np), Colville Confederated Tribes and lecturer in American Indian Studies, as “the inability to talk about unearned [settler] privilege — in this case, the privilege of living on lands that were taken in the name of democracy through profound violence and injustice”. She points out that in North America, “all of today's settlers and immigrants are in one way or another beneficiaries of genocide and land theft, even if they are simultaneously themselves victims of other forms of discrimination” (2018a, np). The positioning of oneself as oppressed on one axis of identity (by anti-Black racism, sexism, heterosexism, cis-sexism, and so on) and therefore incapable of benefitting from privilege on another axis enacts and *invisibilizes* settler privilege. Settler fragility can lead settlers to ignore the persistence of settler colonialism, deny their settler privilege, and prevent decolonization work to dismantle its structures.

Everyday practices of settler fragility, based on settlers' “fragile self-regard” (JUSTICE, 2017), include: denial of systemic anti-Indigenous racism; anti-Indigenous micro-aggressions; stereotyping Indigenous peoples; and professing innocence when called out on anti-Indigenous racism (FELLOWS & RAZACK, 1998; TUCK & YANG, 2012). As Gilio-Whitaker (2018b, np) notes, “settler privilege is systemic, so just denying that one doesn't possess it doesn't mean one isn't complicit in it.”

⁶ We use the terms non-Indigenous and settler interchangeably.

In the context of research, settler fragility appears as: fear of negative interactions in Indigenous communities; not acknowledging Indigenous research leadership; not following OCAP® principles or Indigenous protocols; not taking the time to develop research relationships; colonial university practices; not citing Indigenous scholarship; not supporting Indigenous students and scholars; and so on. We therefore argue that settler fragility must be confronted through negotiating four key paradoxes in decolonizing research if settlers are to successfully partner in research with Indigenous communities. We argue this provisionally because negotiating these four paradoxes does not produce answers, but raises further questions, some of which we map below.

2. Theoretical Framework

Here we provide basic definitions for concepts corresponding to the four paradoxes.

2.1. Appropriation

Appropriation of Indigenous cultures is defined as follows:

using intellectual property, traditional knowledge, cultural expressions, or artifacts from someone's culture without permission [which] ... is most likely to be harmful when the source culture is a group that has been oppressed or exploited in other ways ... or when the object of appropriation is particularly sensitive or sacred (ANTOINE et al., 2018, p. 38).

Shand (2000), a Pākehā or non-Māori New Zealander, describes three types of appropriation by settlers: (a) commercial exploitation, using cultural knowledge and artifacts for economic gain; (b) “modernist ‘affinity’” (p. 4), appreciating Indigenous art, maintaining elements but disrespecting cultural meanings; and (c) “post-modern quotation” (p. 5), borrowing Indigenous art iconography, ignoring its cultural context.

Settler ethnographer Celia Haig-Brown (2010, p. 925) differentiates between appropriation and “deep learning,” favouring the latter. She poses an unresolved question: “when and how does learning a secondary discourse [deep learning] become

cultural theft?” (p. 929). Crucial considerations include: who is sharing the knowledge and who is listening; what is done with the knowledge; citing sources of knowledge; following protocols; and responsibility for sharing knowledge one receives (HAIG-BROWN, 2010). With deep learning, we may better understand Indigenous cultures without appropriation. However, there are no guarantees; what constitutes cultural appropriation is at times ambiguous (HAIG-BROWN, 2010; ANTOINE et al., 2018).

2.2. Unsettling

Unsettling research means undoing colonial research practices by decentering settlers, who must confront and cede the benefits of colonialism (HELD, 2019). Moving past fragility or discomfort, “settlers cannot just theorize about decolonizing and liberatory struggle: we must experience it, beginning with ourselves as individuals, and then as morally and ethically responsible socio-political actors” (REGAN, 2010, p. 23-24). According to settler scholar Craig Fortier (2017, p. 23), unsettling research involves three key practices: first, “identification and belonging” (i.e., the ways people self-identify and the spaces to which they belong); second, “accountability and consent” (i.e., accountability to research relationships and ongoing consent); and third, “responsibility and [avoiding] appropriation” (i.e., being responsible to Indigenous research partners through deep learning without appropriation). Unsettling research methods do not protect settler fragility, but are dynamic negotiations towards undoing colonialism which may and must leave the settler researcher unsettled.

2.3. Reconciliation

Reconciliation refers to “peaceful coexistence of two or more parties” (WOOLFORD, 2004, p. 431) or the conciliation of a fraught relationship (TRC, 2015). Reconciliation in Canada is controversial. Cree scholar Kiera Ladner (2018, p. 248) argues that Canada needs to “reconcile itself with the great historical myths and lies that form the legal and political bedrock of this nation”. Roland Chrisjohn, from the Oneida nation, and Tanya Wasacase, Cree from Saskatchewan (2009, p. 199), note that

reconciliation “insinuate[s] a revised and bogus history ... imply[ing] that, once upon a time, Indigenous peoples and settlers lived in peace and harmony”. The TRC (2015, p. 6) itself acknowledges that the relationship has never been “conciliatory”, therefore offering no positive relationship to return to. For non-Indigenous scholars Ravi de Costa and Tom Clark (2011), government statements of reconciliation have served to normalize colonial injustice. This has enabled the government to control the process, outcomes, and narratives of reconciliation, avoiding meaningful actions towards restitution (WATSON, 2020). In the research context, Indigenous and Western research methods are not reconcilable (HELD, 2019). Moreover, Unangax̂ scholar Eve Tuck and settler scholar Wayne Yang (2012) argue that reconciliation is insufficient to achieve decolonization.

2.4. Decolonization

Decolonization supersedes reconciliation to dismantle the base structures that maintain colonial hegemony. Decolonizing research “involves a paradigm shift from a culture of denial to the making of space for Indigenous political philosophies and knowledge systems as they resurge, thereby shifting cultural perceptions of power relations” (REGAN, 2010, p. 189). It rejects “the privileging of dominant Euro-centred cultural values and beliefs in education, scholarship, knowledge production, the legitimization of intellectual capital, and the networks and systems of power” (STYRES, 2017, p. 19). Confronting power structures, decolonization explicitly also calls for repatriation of land. Arguing that decolonization is not a metaphor⁷, alluding to the race to innocence (FELLOWS & RAZACK, 1998), Tuck and Yang (2012, p. 3) map six settler moves to innocence that “attempt to reconcile settler guilt” and consolidate “settler futurity”.

First, “settler nativism” occurs when “settlers locate or invent a long-lost [Indigenous] ancestor” (p. 10), often a grandmother, rendering the settler innocent through proximity. However, if this grandmother exists, there is no innocence as she is likely the offspring of “rape and sexual violence” (p. 11). Moreover, settler nativism transgresses Indigenous nations’ determinations of Indigenous identity (p. 13).

⁷ Please, see Garba & Sorentino (2020) for a critical analysis of Tuck & Yang’s “Decolonization is not a metaphor”.

Second, in “settler adoption fantasies” (p. 13), settlers adopt Indigenous lifestyle signifiers, demanding Indigenous peoples allow themselves to be colonized by this benevolent settler, “a fantasy that is invested in a settler futurity and dependent on the foreclosure of an Indigenous futurity” (p. 14). Film narratives supporting the adoption fantasy include *Dances With Wolves*, *The Last of the Mohicans*, and *Avatar*.

Third, “colonial equivocation” (p. 17) posits an equivalency between racialized and colonized groups, eliding the specificity of Indigenous peoples. This is sometimes used “in coalition politics among people of color” (p. 17), denying that the racialized non-Indigenous speaker is a settler (p. 17), also noted by Dhamoon’s (2015) call to decolonize anti-racism movements.

Fourth, “free your mind and the rest will follow” can obfuscate the need for “relinquishing stolen land” (TUCK & YANG, 2012, p. 19). Building upon Fanon and Freire’s arguments for critical thought and action in everyday life, Tuck and Yang (2012, p. 21) argue decolonization must move beyond the intellectual; the rest does not naturally follow.

Fifth, the trope of “a(s)t(e)risk peoples” (p. 22) renders Indigenous peoples visible in settler pedagogies only as at risk (vulnerable populations) and in scholarship only as asterisks (requiring footnotes). This erases and then conceals the erasure of Indigenous peoples, “a body count that does not account for Indigenous politics, educational concerns, and epistemologies” (p. 23), silencing them as always-already voiceless or victims.

Finally, sixth is the trope of the Occupy movement, “another settler re-occupation on stolen land” (p. 23). Occupy’s use of images equating wealth to land ownership erases both Indigenous non-monetary relationships to land, and the reduction of Indigenous lands on reserves to less than 3% of the United States (p. 25).

These moves to innocence turn decolonization into an empty metaphor, however decolonizing research depends on decolonization’s very material form.

3. Methodology: Dialogic Autoethnography

Dialogic autoethnography is a methodology for engaged reflections. Autoethnography articulates personal narratives that deepen theoretical reflections on

research (BRE, 2007). For settler scholars David Butz and Kathryn Besio (2009, p. 1660), this methodology proceeds from the self “to understand or represent some worldly phenomenon that exceeds the self”. Through self-reflection, researchers confront how they are “involved in the active construction of social reality and sociological knowledge” (BRE, 2007, p. 229). Self-reflexive narratives can call into question research power dynamics and processes that construct social realities and knowledge based on colonial epistemologies. Dialogic autoethnography, by extension, produces self-reflexive dialogues comparing and contrasting empirical research practices among researchers and across disciplines.

Indigenous scholars have used autoethnography to center Indigenous voices. Māori scholar Paul Whitinui (2014, p. 456) characterizes it “as a culturally informed research practice that is not only explicit to Māori ways of knowing but can be readily validated and legitimated as an authentic ‘Native’ method of inquiry”. Aligned with this, Cree scholar Onawa McIvor (2010, p. 137) engages a “blend of autoethnography with Indigenous methodologies”. Indigenous approaches to autoethnography see storytelling as a relationship (HOUSTON, 2007; ABSOLON & WILLET, 2005). As Sto:lo researcher and educator Jo-Ann Archibald (2008, p. 127) explains,

In the Coast Salish oral tradition of the author and of many other First Nations cultures, when life-experience stories are used for educational purposes, the listener/reader is expected to make meaning with the story given.

Autoethnographic narratives are inherently dialogical, interpellating the audience into constructing realities.

While storytelling is culturally valued, autoethnography is often undervalued in the academy. For racialized, Indigenous and/or feminist scholars engaging in community-led ethnographies, “a value free assessment of the ‘quality’ and ‘excellence’ of their scholarship is necessarily affected by the kind of work they do, and especially the kinds of communities it serves” (COTERA, 2010, p. 329). The ‘value-free assessments’ of the neoliberal university system judge subjugated knowledges produced by intersectional, anti-racist, feminist and/or Indigenous autoethnographers as inadequately rigorous, resulting in these scholars being granted degrees, tenure-track positions, tenure and promotion, high-ranking administrative positions, research

funding, and so on less often than peers from dominant groups (HENRY et al., 2017). However, autoethnography is a rigorous methodology; it can produce empirical, theoretical, valuable advances in interdisciplinary scholarship. Moreover, through dialogic autoethnography, “the scholar is not left on her own with her [research] diaries and thoughts, but rather discusses the common and different experiences of the research practice with another scholar” (YURCHUK & VORONOVA, 2020, p. 252). This provides for expanded mutual learning, at least partially addressing the critique of autoethnography that one person’s research experience cannot stand in for an entire field.

We use dialogic autoethnography to interrogate paradoxes within our research and pedagogical activities, in alignment with decolonizing autoethnography, but without appropriating Indigenous autoethnography. The narratives presented here derive from discussions and independent and collaborative writing over the course of two years, reflecting on our own and each other’s experiences.

There seems to be a paradox here too. How do we decenter settlers, while also producing knowledge from the standpoint of, and for the further use of, critical decolonizing settler researchers? How do we ensure this dialogue engages with Indigenous communities? Can we characterize our knowledge as partially subjugated? We are women researchers in the university where this topic and methodology is not highly valued, but at the same time, in relation to colonial power structures we occupy positions of relative power, locating us in an intersectional paradox. How do we negotiate these competing subjectivities and objectives? This question is at the center of the four paradoxes explored below.

4. The Four Paradoxes of Decolonizing Research from Settler Perspectives

Through this series of autoethnographic dialogues, we critically analyze four paradoxes in decolonizing research. We present them here as linear personal narratives although they did not happen in this way and were much more overlapping and circular.

4.1. The Paradox of Appropriation

Wanting to deeply understand Indigenous knowledges and cultures without appropriating them is often the first paradox a settler student or researcher will encounter; however deep learning may inadvertently lead to appropriation.

In Canada there is a long-standing public debate on appropriation to which the contentious publication of books by settler authors on the cases of Loretta Saunders and Coulten Boushie has contributed. First, in 2018 a non-Indigenous writer, Shannon Webb-Campbell, published a book of poetry on the murder of Inuk scholar Loretta Saunders, entitled *Who Took My Sister?*. Saunders is among the almost 2,000 missing and murdered Indigenous women, girls, and two-spirit people in Canada (NATIONAL INQUIRY, 2019), a subject she herself was researching. The poetry included graphic descriptions of Saunders' physical body after death, considered by her family to be culturally inappropriate and disrespectful, as was the fact that Webb-Campbell had not contacted the family or received permission. The book was later retracted and funds from past sales donated to the Loretta Saunders scholarship fund (MCKENZIE-SUTTER, 2018).

Second, in 2018, Coulten Boushie, a Cree man from Red Pheasant First Nation, was shot and killed by Gerald Stanley, a white farmer who was controversially acquitted of both murder and manslaughter. A book titled *Canadian Justice, Indigenous Injustice: The Gerald Stanley and Coulten Boushie Case*, produced by settler Canadian law scholar, Kent Roach, was published in 2019 without consulting the family. The critiques were numerous. In a CBC article by Ntawnis Piapot, Nehiyaw Iskwew from Piapot Cree Nation, Roach said he engaged solely with the public and legal record on the case to avoid the rigorous process of Research Ethics approval for work with Indigenous peoples, as he wanted the book published on the one-year anniversary of the verdict. Nikita Longman, a Saulteaux writer from the George Gordon First Nation, said:

‘This isn't the first time — and it won't be the last time — that settlers, particularly white men, control a narrative of our history,’ she said. ‘I can't help but feel that the way that we process pain and the way that we process our histories are very different than the way that settlers and academics and scholars and even lawyers would process it’ (LONGMAN as cited in PIAPOT, 2019, np).

If writing about Indigenous peoples, settlers must take care to get their consent and approval; not to do so is appropriation. These two cases form the partial context of

national events and debates concurrent to our dialogues.

Kaitlyn: “I had very little prior knowledge about contemporary Indigenous peoples from elementary and secondary school, and in my personal life. Growing up there were only *ahistoric* and pan-Indigenous artifacts presented to me in school with a generalized focus on teepees and totem poles — which certainly involved appropriation (ANTOINE et al. 2018). I entered university with the paradoxical notion that Indigenous peoples were extinct despite the fact that we had family friends who identified as Indigenous. This contradictory notion and my realization that it was problematic led me to new learning spaces and further complications.

While I have always been invited into the Indigenous learning spaces I find myself in, and my settler positionality is known, I continue to feel a tension related to my positionality: as a beneficiary of colonization, how do I engage with learning from Indigenous knowledges? What can I or should I do with the learning I glean? How can I respectfully incorporate these new understandings of land, relationships, and community into my own worldview, without appropriating Indigenous knowledges?

I entered my doctoral program with a plan to investigate my experiences as a settler Canadian learning about Anishinaabe culture in an Anishinaabe learning institution, through autoethnography. I had attended this school through a summer immersion program I joined while completing my master’s degree and I had built relationships that grew beyond the immersion program. I hoped this research would inform how Indigenous perspectives could be included in Ontario classrooms to support meaningful learning for all students and teachers. As my supervisor and I discussed my plans, and, informed by his positionality as Anishinaabe, we questioned the practicality of the data collection and my positionality as a settler seeking access to this Indigenous institution where I would be gathering knowledge from another culture. We also had concerns that this research would contribute to the homogenization of Indigenous knowledges by advocating for the integration of Anishinaabe principles into an education system with a very diverse Indigenous population. We decided to move my work to a new topic and I continue to be grateful for my supervisor’s insight and expertise. Following this important learning I hold unresolved questions about including Indigenous perspectives in research, and, perhaps more delicately, if and how I can include these values and beliefs in my daily life?”

Sandra: “As far back as when I was a graduate student activist, my research and teaching have been grounded in anarchist intersectional anti-oppression frameworks, with decolonization as a key axis of structural oppression, along with race, class, gender, sexuality, disability, and so on. I have learned that Indigenous rights, however, are not to be conflated with other social justice claims because colonial systems of land and cultural appropriation are unique to Indigenous groups (CLARK, 2016; TUCK & YANG, 2012). This is not meant to create a competition among axes of oppression (DHAMMOON, 2015; FELLOWS & RAZACK, 1998). My encounter with settler fragility circles in my mind: I don’t want to teach or research through my intersectional worldview, risking colonization by appropriation, nor do I want to neglect Indigenous knowledges, risking colonization by silencing. This paradox points to a question regarding the limits of settler knowledge.

I first encountered this paradox as a graduate student in Germany teaching ‘Canadian Culture’. I introduced an anthology by Indigenous writers, artists, theorists, and so on. It was difficult for the students to understand these Indigenous narratives, having grown up in Germany with romanticized stereotypes, further perpetuated by a museum exhibit on ‘Sitting Bull’ that we visited during the course. Students told me they wanted the Canadian version of the ‘trail of tears’ (narrated by settlers). I problematized student assumptions, but this unfortunately had a silencing effect. We had reached the limits of our knowledge (this was pre-internet). When this happens, one option is for settlers to bring in Indigenous Elders to share teachings, but we also need to do our own homework and learning.

The paradox of appropriation means I step back from the position of expert, and teach with partial, fragmentary knowledge. I integrate Indigenous materials, foreground discussions of appropriation, and use Indigenous scholarly sources, following Western citation practices. However, in research, participant names are often anonymized to protect identities, privileging scholars (cited) over research participants and community members (not cited) (JEPPESEN, 2020). Instead, attribution must follow Indigenous dictates and practices established through dialogue. This is unsettling — and it should be.”

4.2. The Paradox of Unsettling Research

Unsettling the practices of settler-centered research, destabilizing the relative security of our intersectional, marginalized and often precarious, but, nonetheless, settler positions in the colonial university, will be uncomfortable. We pose this paradox as a question: Does recognizing that this is unsettling contradictorily serve to make us feel more settled?

Kaitlyn: “Growing up, stories shared with me about Canada in and outside of school perpetuated a narrative of Canada as a tolerant, peaceful, multicultural mosaic. Realizing the history and present of genocide in Canada (e.g., residential schools [MILLOY, 1999; TRC, 2015], the epidemic of missing and murdered Indigenous women and girls [NATIONAL INQUIRY, 2019], and more) was and continues to be jarring. When I learned these truths, I immediately felt guilty this was/is happening and my government was/is responsible, but I was unsure what to do with these feelings.

Eventually, through academic and community-based learning, I came to a cognitive dissonance regarding the purpose of education. My interest in what I most broadly refer to as Indigenous education essentially arose from my discomfort that the education system I was indoctrinated in, and was being trained to contribute to as a formal teacher, holds the power to allow settlers to feel both settled about our history (e.g., boast of the fur trade in Canada as relationship building) and unsettled (e.g., express remorse for the residential school system) in ways that centre settler dominance.

Moving forward to my doctoral research, I am reminded of the tensions between settler fragility and guilt. During an interview with an older Indigenous man, he shared with me, in one of the longest interviews I had, about his family, his work, and the communities he belongs to. I too shared about my family, my education, and my research plans. At one point in the interview, he commented that I had shared quite a bit about myself. I took this as a positive sign because my intention was to have conversations with the people who agreed to be in my study as a mean to disrupt traditional interviewing practices. We, too, had a discussion about my settler positionality and how I came to the research project. In this dialogue, he reminded me that Indigenous peoples do not want guilt. Since that conversation I have more deeply reflected on my intentions for research with Indigenous peoples and I’m left with a few questions. By doing research that challenges, critiques, or intervenes in colonialism, am

I settled by feeling good about feeling bad (AHMED, 2004)? Related to Tuck and Yang's (2012, p. 9) "settler moves to innocence," I wonder if settler interest in decolonizing research is predicated on an unconscious desire to maintain "settler futurity"? Do I engage with this field of study to justify that I belong? Is there a way for settler researchers to engage in research that does not benefit their existence as settlers on Indigenous lands?"

Sandra: "Unlike Kaitlyn, I knew very little about Indigenous cultures from community experience; I was more informed by book learning as well as activist spaces that tended to include some Indigenous activists and politics. I decided to reach out to a local Indigenous women's centre to see if we might do a project together, connecting through gender empowerment, while understanding there are differences in gender oppression in the contexts of being Indigenous or being a settler. I attended full moon ceremonies, sunrise ceremonies, literary festivals, a teepee raising, and other cultural events. Settler fragility meant that although I was curious and wanted to initiate conversations, I erred on the side of quiet. When I spoke, I kept comments short, not wanting to recenter settler voices in Indigenous spaces. While circumspect, this approach reduced my risk and vulnerability, preventing Indigenous people from getting to know me. There is a fine line between knowing when to listen and when to speak, as Kaitlyn noted above. Walking this line is unsettling for settler researchers, who are good at lecturing and perhaps unaccustomed to listening. We know too much to know where to start a conversation. We know enough to ask, is any of our knowledge correct?"

I felt unsettled about approaching the women's centre, not wanting to ask them to take time to work on a project with me when they were clearly busy with many other projects to support community women and families. After one meeting that had seemed fruitful, I did not hear back and was unsure about the next steps. When the funding needed to be used or lost, I wrote a heartfelt e-mail articulating my motivations, interest, and openness to feedback and change. I made it very personal and it seemed to connect us better. Following local Indigenous protocol, I brought tobacco to the next meeting, as a sign of respect and a commitment to doing things in a good way. At that meeting I received teachings on tobacco and on the importance of grandmothers, beautiful stories that grounded my entry into the project. I proposed we work on a media or cultural

project, offering the funds to support it.⁸ After one hour, one of the Elders said she still did not know what I was asking for. I said I wasn't asking *for* anything; I did not presume to know what would be good for their centre, but rather — was there a project they wanted to work on that I could support? My only objective was to positively impact women's lives. They were surprised. They said that they had never been offered a blank slate like that before. We decided on a storytelling research project supported by a grandmothers' circle, which we ran successfully for a year and a half.

To develop the Storytelling Circle, they invited the community to an open conversation to see if there was interest and, if so, what it might look like. This was facilitated by one of the Elders I had met with. I introduced myself, my research and activist background, and then took a back seat, listening and learning. This felt similar to an anarchist participatory decision-making circle, but I do not want to inscribe my settler political framework on the Indigenous talking circle. I felt comfortable due to this similarity, but also unsettled knowing I could not understand the cultural context and subtexts that made it very different. In fact, I often felt unsettled.

The unsettled outsider is a paradoxical feeling in relation to my experience of acceptance. They didn't expect anything from me. I could talk, not talk, laugh, not laugh, eat, not eat, nobody cared or said anything one way or the other when I was there. They invited me to join them in making art and to share my story. They talked about hard experiences: losing children to Children's Aid Society (CAS), alcohol abuse, partner or parental violence, parents in residential schools, or being torn from a grandmother's arms in the Sixties Scoop. The participants felt accepted, spoke freely about their experiences, learned about their culture, and, they said, experienced a sense of belonging and healing. Some of their stories resonated with my own. My mother experienced CAS home removal as a child and lived in abusive foster homes. Alcohol is a multi-generational issue in my family. Sharing stories of my own allowed for deeper connections across cultural differences. I could speak about what I have been through in ways that I would not among settler friends. But I also wondered, was I doing harm by being there in ways that I could not see?

I felt settled but unsettled, inside but outside. My place in the world had shifted, but not changed. I still feel unsettled. I am still a settler. Unsettling research changes

⁸ At the time, Sandra was the Lakehead University Research Chair in Transformative Media and Social Movements.

you but it does not change who you are. Unsettling research changes research too, but it does not change settler colonial university research structures.”

4.3. The Paradox of Reconciling Research

Universities in Canada are focused on reconciliation through the TRC’s Calls to Action (TRC, 2015). The TRC process involved a truth-telling research phase followed by the development of Calls to Action on reconciliation. The commission held open truth-telling forums in communities, with the resultant recordings and other materials archived, for now, at the National Centre for Truth and Reconciliation (NCTR) in Winnipeg, Manitoba. Now Indigenous and settler researchers are called on to commit to research for truth and reconciliation.

Reconciling research as an initiative of the Canadian state produces several paradoxes. First, Indigenous critiques of reconciliation may contribute to feelings of settler fragility. Should we be circumspect about the critiques and not engage in reconciliation research? Or should we inform ourselves of the critiques as a pathway to reconciliation, negotiating its shortcomings and attempting to move beyond them?

Second, how is research initiated? On one hand, it might be important to take initiative to research with Indigenous communities, offering to put energy, capacity, and funds from the colonial institution toward transformative research with Indigenous communities. However, this might be perceived as do the actual work of re-colonizing via a settler adoption fantasy, a move to innocence in which the researcher adopts themselves out to the community through reconciliation research intended to benefit the Indigenous community but which in actuality only benefits the settler researcher by both establishing and invisibilizing the difference between the two. Thus, on the other hand, it seems important to wait to be invited into the community to research, deferring to Indigenous leadership in community-led research. However, this might also be perceived as a reticence to take responsibility for reconciliation with Indigenous communities, instead resting in settler fragility through the move to innocence, “free your mind and the rest will follow” (TUCK & YANG, 2012). In this move, we think, we read, we wait for an invitation, but resting safely in our settler fragility, we do not take action. How do we negotiate this paradox to start reconciliation research projects in

a good and ethical way?

Third, we are not in favour of a stampede of settler academics, Calls to Action and funding applications in hand, rushing into Indigenous communities to generate research that makes a show of reconciliation. Non-Indigenous scholar Sirma Bilge (2013) refers to this as “ornamental diversity”, a superficial approach of ticking boxes confirming engagement in diversity, reconciliation, or other anti-racist initiatives, but nonetheless continuing to do things the same old racist, colonial way.

These three paradoxes spawn a host of questions. If research expertise or funding is needed by a community, how do anti-colonial settler researchers find out, or conversely, how do Indigenous researchers or communities find us? What might initiatives look like from the perspective of a particular Indigenous community? How can reconciliation research be offered in ways that are not patronizing but build relationships of respect and equality? How can we move past settler fragility to participate in reconciliation research that makes sense for Indigenous communities?

Kaitlyn: “Despite the many critiques of reconciliation (CHRISJOHN & WASACASE, 2009; TUCK & YANG, 2012), for myself, as a settler on Turtle Island, reconciliation offers a useful framework to help me make sense of my relationship with Indigenous peoples. I understand reconciliation to involve a coming together and, in the Canadian context, this is a problematic notion when one considers the question, what are we bringing together, and who benefits?”

The four Rs of Indigenous education, as articulated by Cree scholar Verna Kirkness and non-Indigenous scholar Ray Barnhardt (1991), include respect, relevance, reciprocity, and responsibility. I assert that they also provide a valuable framework for reconciling research. First, the tenet of respect requires that Indigenous ways of knowing and being are respected and valued for what they are. In a research context, I understand that this means valuing what Indigenous participants bring in the form of knowledge, values, and approaches which might contradict the institutional or Eurocentric way of conducting research. For my doctoral research, I embraced this tenet by bringing together methodological approaches (i.e., narrative inquiry and decolonizing methodologies) as an attempt to respect the Indigenous participants who I hoped would agree to participate in my study. While there were many methodological options I could have considered, I felt the weight of colonization on my selection of

methodology. Choosing an ‘Indigenous methodology’ would be appropriation and what I consider to be a form of recolonization, however I also wanted to find an approach that respected Indigenous peoples involved with the research.

Second, the tenet of relevance described by Kirkness and Barnhardt (1991) moves beyond respect for Indigenous ways of knowing and being to insist that institutions are relevant to Indigenous peoples’ lives. For research, this requires that settlers ensure their research aligns with the needs of the community within which it is situated. There are aligned mainstream methodologies (e.g., participatory action research) and other research strategies that can shore up research relevance to the community (e.g., validation of data, collaborative data analysis, sharing results directly with the community, and embracing OCAP® principles). In my doctoral research, I investigated a topic (i.e., reconciliation) which has relevance for both Indigenous and non-Indigenous peoples (TRC, 2015). However, while I recruited from a broad cohort of people involved with the event my study was based on, which included both Indigenous and non-Indigenous peoples, there was a stark disparity between the number of Indigenous and non-Indigenous participants. This leaves me wondering if the topic of my dissertation was truly relevant to Indigenous peoples (or at least for those involved with the event) and if my findings represent a colonial perspective of reconciliation based on my positionality and that of most of the participants. More broadly, if research is not relevant to the Indigenous communities it involves, for whom is reconciliation taking place?

Third, the principle of reciprocity in higher learning represents a dialogical teaching and learning relationship between professoriate and students which might include educators branching out beyond the university (e.g., offering courses in Indigenous communities). Kirkness and Barnhardt (1991) provide this reminder: those who do this type of work must be humble so as to avoid bringing their academic preoccupations with them. Reciprocal research too involves a back and forth between researcher and participant(s) which might require the researcher to move outside of Western structures, physically and intellectually. My doctoral research involved some reciprocity given that the organizers had expressed interest in learning more about the outcomes of the event, however I did not have a specific Indigenous community partner who I could check in with or seek approval from. I further cultivated reciprocal research

relationships by having conversations with participants, instead of extracting information through one-direction interviews.

The fourth and final R articulated by Kirkness and Barnhardt (1991, p. 15) is responsibility in which they call on Indigenous peoples to ‘exercise responsibility over their own lives’. In a research context, the concept of responsibility expands in many directions and, in my case as a settler, I consider my responsibilities. Taking responsibility means I must relinquish much of what I know or have been taught to value so that I do not perpetuate colonial perspectives. Being responsible does not mean I move into spaces and attempt to identify and fix problems that are not my own. Instead, being responsible requires that I carefully consider what is appropriate research for me to participate in and recognize what the limits are.”

Sandra: “We need to find ways to be responsible and accountable without taking responsibility for others. Some settlers distance themselves from the responsibility of reconciliation, because they feel they were not personally responsible for what they see as historical wrongs. Settler fragility entails an inability to face the ongoing legacies of colonialism, rooted in a short-term worldview focused on immediacy that causes us to abdicate responsibility for past, present, and future impacts. However, I argue that responsibility for reconciliation needs to be ongoing and intergenerational because the effects and impacts of colonization are like that. Research impacts come from the past, exist today, and are moving into future generations. To me, it is the intergenerational space in which reconciliation must be negotiated and the framework in which reconciling research must engage. The Storytelling Circle was intergenerational, consistent with Indigenous values, including grandmothers, mothers, and sometimes children; men also participated in different ways, as families are valued.

I engage in reconciliation research because, like Kaitlyn and other settler researchers, I feel responsible for building improved relationships with Indigenous communities towards better futures. Because of the Indigenous scholar critiques articulated above, and my anarchist critiques of the structure of settler nation-states, I see reconciliation as a process aimed toward decolonization, rather than an end in itself.

Who benefits in reconciling research is a question Kaitlyn invited me to reflect on. In the Storytelling Circle, Indigenous participants benefited in ways that I did not, e.g., having an open, long-term supportive community space that strengthens cultural

knowledge, and belonging that they can always return to. Conversely, I benefitted in ways that they did not, e.g., having my research valued for promotion and merit. We have benefitted mutually from participation in making art and telling stories, producing friendships that extend into the broader community. Are these equal although different kinds of benefits? Assessing this can be unsettling, and should, perhaps, remain so. It is neither a scorecard nor a score that can be settled.

Avoiding quantitatively assessing impacts is in opposition to colonial university research scorecards that quantify research expectations and outcomes. Resisting this imperative is political and it can also be unsettling. The granting body that funded this project expects scholarly journal article publications and as yet I have produced none. The research outcomes do not belong to me because, using action research, they happened directly through participation in the Storytelling Circle. But by not producing scholarly outputs, am I doing a disservice to the women's centre, invisibilizing them somehow? I have not pursued further research, nor have they approached me to — is it my responsibility to take the next step?

Settler fragility for some settlers means that government apologies and inquiries are the end of the story, securing the issues in the past where they no longer cause harm. Settler fragility, moreover, expects the government to take care of things. But I see a role for all people, at the grassroots and beyond, to participate in reconciliation and decolonization. Critiquing settler nation-state structures, what our leaders say and do is inadequate — it sometimes feels like they say one thing (apology) and do the opposite (continue colonial policies). As members of civil society, all settlers can and should take action and responsibility for reconciliation.

Reconciliation is enacted through everyday actions across cultural lines as the lines between research and everyday life also blur. The limits of reconciliation however come into sharp focus. Is this critical dialogical autoethnography supporting decolonization? Or are we, as settlers, reconciling ourselves with recolonization?"

4.4. The Paradox of Decolonizing Research

Decolonization surpasses reconciliation. Settler moves to innocence in “decolonization as metaphor” rely on the recolonization of terms settlers simultaneously

inappropriately appropriate and want to appear to be reconciling. This is due to an “ethic of incommensurability” that

guides moves that unsettle innocence, stands in contrast to aims of reconciliation, which motivate settler moves to innocence. Reconciliation is about rescuing settler normalcy, about rescuing a settler future (TUCK & YANG, 2012, p. 35).

Decolonization is unconcerned with settler futurity. In decolonization, settler researchers must confront the colonial demands and structures of the neoliberal university. These include: Eurocentric research ethics protocols; funding eligibility, expectations and requirements; limited honoraria for research participants; metrics for quantitative research outputs; authorship practices; and so on. These structures do not easily admit Indigenous knowledges, methods, values, relationships, or epistemologies; they produce a border that must be transgressed and dismantled. Settler researchers supporting decolonization can align themselves with these objectives.

Decolonization would therefore not just appreciate, unsettle, or reconcile but completely dismantle colonial research structures through supporting the restitution of Indigenous cultures, knowledge production, land, and self-governance structures. As such, decolonizing research destabilizes settler futurity. What is our role in decolonizing research is no longer the question. The question — and the paradox — in decolonizing research is how settlers can dismantle the colonial authority of the very settler spaces that legitimate us to pose this question.

Kaitlyn: “As a settler-Canadian who has taken up Indigenous-settler relations as my field of study, I often feel lost, confused, concerned, and apprehensive about my role in research — is this my settler fragility? When I first saw Smith’s (2012) “Decolonizing Methodologies” I was excited because I thought it might answer my questions about the role I can play in decolonizing education and research. However, after reading, discussing, and attempting to actualize efforts of decolonization, I am left wondering if they are truly decolonizing and, in the context of settler colonialism, can they ever be truly decolonizing? This is the paradox.

My doctoral research intended to engage decolonizing research practices. I drew on the Western/mainstream methodology of narrative inquiry (CHASE, 2011; CONNELLY & CLANDININ, 1990; RIESSMAN, 2007) alongside decolonizing

methodologies (KOVACH, 2009; SMITH, 2012) in an attempt to confront and resist the colonizing potential of research in Indigenous contexts as described above. While narrative inquiry holds promise for research with Indigenous communities (KOVACH, 2009), I felt that on its own, it did not hold the epistemological, ontological, or axiological assumptions aligned with my decolonizing approach to research.

Plains Cree and Saulteaux scholar Margaret Kovach (2009) explains that decolonizing methodologies are aligned with a critical theoretical orientation, which I believe invites settlers to engage. Decolonizing research calls for the researcher to self-reflexively interrupt cognitive imperialism (BATTISTE, 1986) and commit oneself to social action (KOVACH, 2009) to disrupt settler colonialism. However, my research process was rooted in Eurocentric values and expectations. I was required to follow institutional ethics guidelines that prevented me from communicating with my participants about the final copy of my dissertation once my ethics application was closed. My dissertation opened and closed with my positionality, something that felt natural to me, but was pointed out by some to be unconventional. And despite all of my intentions, it did not address the material needs of Indigenous peoples. How can settler research truly decolonize colonial spaces?"

Sandra: "As the Storytelling Circle was wrapping up, participants gave a research presentation during Research and Innovation (R&I) Week at Lakehead University, wearing ribbon skirts they had made during the project. The women opened R&I Week with a ceremony, smudging, singing, and drumming; together we talked about the project in a presentation; and the artwork produced was professionally framed and exhibited in the campus commons for the week. The opening ceremony was featured in the local newspaper, with pictures of the women singing and drumming. They were very proud of their accomplishments and being invited into the university. It had the effect of decolonizing the university space at least temporarily, with lasting impacts. Some said they could not have imagined this happening in their lifetime.

The final night was a big party at the centre, somewhat to my surprise, as I had prepared for a wrap-up and talking circle. This was typical. Sometimes I did not know what was happening until it happened and that was fine. In the talking circle, people were reticent to answer the wrap-up questions, possibly because so many people who were not typically part of the Storytelling Circle were present. I let go of wanting to

gain research results from that evening's discussion and it was a really nice party. At the same time, I left not knowing whether I was saying goodbye or see you next time.

I drafted a research report based on my field notes that described the process, but I could not draw conclusions because the results were invisible to me as were the appropriate Indigenous analytical frameworks. An Elder explained how transformative the circle had been for women involved, but this was not something I could observe because I was not living within the community. I let go of the need for academic findings, happy that the unquantifiable participatory outcomes had been deemed positive. However, this process of reflection has helped me to decide to speak to them again to see if we can finish that report together, if it may be useful to them.

Was the project decolonizing research? Of course I want to say yes. I followed the lead of the women in the centre and did not attempt to establish colonial, scholarly, or institutional forms of authority. But the proposition that decolonization is not a metaphor calls into question my desire to label the project decolonizing; certainly, it did not directly restore the land to Indigenous peoples. Indeed it seems difficult to imagine a future in which this might happen. Can decolonizing research encourage settler governments to abandon the colonial project of governing over Indigenous peoples, or resolving treaties, or unceded land claims in a good way? It seems unlikely that a micro research project can have macro impacts such as that. To say yes, the question needs to be tempered. Can critical decolonization research have positive impacts for Indigenous peoples and develop better conditions within grassroots communities, which may one day lead toward repatriation of land or dismantling of the colonial university and nation-state structures? We had a glimpse of that when the Storytelling Circle assumed a dominant place within the university's R&I Week and in its material institution. But long-term results are impossible to know."

5. Towards a Tentative Contribution

As we conclude these dialogues, we are in the midst of a global pandemic, which is hitting Indigenous groups hard. The Dean of Law at Lakehead University, Dr. Angelique Eaglewoman, member of Sisseton-Wahpeton Dakota Oyate, resigned levelling accusations of institutional anti-Indigenous racism. Māori scholar, Linda

Tuhiwai Smith, whose important work we have cited here, did not have her contract renewed at the University of Waikato in New Zealand, retribution for speaking out against systemic anti-Māori racism. Indigenous scholars continue to be marginalised in or forced out of colonial universities that simultaneously deny and assert their colonial power by dismissing those who call attention to it in an attempt to hold them accountable.

This context emphasizes the urgency of decolonizing research. Therefore, we map out practices gleaned from our narratives regarding potential ways to move past settler fragility toward effective decolonizing research.

5.1. Anti-Appropriation Research Practices

As settlers, overcoming settler fragility means deep learning of Indigenous cultural knowledges through appreciation without appropriation. This may necessitate working with a mentor, but, also, respecting Indigenous peoples' time, energy, and expertise, settlers must take responsibility to learn from published sources. Settlers may enter into research spaces when invited, participating in research where the Indigenous community plays a leading role. Settlers should assume there are Indigenous researchers in the field and offer to work with them, knowing we will not be welcome everywhere, and overcoming fragility at exclusion. Finally, settlers should reference Indigenous scholars, and ask research participants if and how they would like to be cited.

5.2. Unsettling Research Practices

Unsettling research, settlers move past settler fragility to remain unsettled, engage in uncomfortable conversations; avoid defensiveness; listen, reflect, and revisit with questions. Settlers may share stories across cultural differences, but without introducing problematic cultural equivalencies or taking up space. Settlers are visitors in Indigenous communities; we may sometimes step into the circle to speak, but we must always step back out again. Settlers need to question how research can serve Indigenous communities, and resist the desire to be comfortable in unsettling moments when we are told it does not. To ensure Indigenous partners benefit from research, check in with

them and pivot based on feedback. Unsettling research partnerships and questions should neither prioritize benefits to settlers nor secure settler futures.

5.3. Reconciling Research Practices

In reconciling research, settlers follow Indigenous guidelines and protocols. Research requires full prior and informed consent. The OCAP® principles provide for ownership, consent, access, and possession of data and outcomes. Kirkness and Barnhardt's (1991) 4Rs advocate respect, relevance, reciprocity, and responsibility. Settlers disclose ways in which we benefit from research, sharing benefits such as co-authorship, grant funds, book royalties, speaking opportunities, awards etc. with Indigenous partners. Settlers speak out in support of unjustly treated Indigenous students and scholars, working to dismantle systemic anti-Indigenous racism, prioritizing care for Indigenous communities over a desire to fulfill colonial university research metrics. Settlers also work beyond reconciliation towards decolonization.

5.4. Decolonizing Research Practices

Decolonizing research practices must dismantle the colonization of land, epistemologies, and peoples. Settlers avoid using decolonization as a metaphor including related innocence claims, such as settler nativism, adoption fantasies, colonial equivocation, decolonizing minds, a(s)t(e)risk peoples, and re-occupation (TUCK & YANG, 2012). Instead, settler researchers can decenter settlers by recentring Indigenous cultures, epistemologies, and research leadership, aligning with Indigenous calls for decolonization. Settlers accept the incommensurability of settler colonial university research with the return of Indigenous land, and resurgence of self-determination and epistemologies through decolonization. Settlers may need to step unsettled into a future that does not secure settler power, but destabilizes it with the objective of securing political and territorial decolonization for Indigenous futurity.

6. Conclusion

We have shared many questions — some not ours to answer — acknowledging the limits of our knowledge and attempting to destabilize colonialism in our writing. We have employed dialogic autoethnography to reflect on and confront our own unknowing. Future research might include dialogues among settler researchers, Indigenous researchers and/or Indigenous research partners to deepen reflections. Thus, we propose these closing words not as a conclusion but as a contribution toward research practice dialogues that must, of necessity, exceed the bounds of this paper.

7. References

- ABSOLON, K; WILLET, C. Putting Ourselves Forward: Location in Aboriginal Research. *In*: BROWN, L & STREGA, S. (ed.). **Research as Resistance**. Toronto: Canadian Scholars, 2005. 303p. p. 97-126.
- AHMED, S. Declarations of Whiteness: The non-performativity of anti-racism. **Borderlands**, v. 3, n. 2. 2004.
- ANTOINE, A. ; MASON, R. ; MASON, R. et al. **Pulling Together**: A Guide for Curriculum Developers, 2018. Available at: <https://opentextbc.ca/indigenizationcurriculumdevelopers/>. Accessed on: Aug. 19 2020.
- ARCHIBALD, J. Creating an Indigenous Intellectual Movement at Canadian Universities. *In*: VALASKAKIS, G. G.; STOUT, M. D.; & GUIMOND, E. (ed.). **Restoring the Balance**: First Nations Women, Community, and Culture. Winnipeg: University of Manitoba Press, 2008. 384p. p. 125-148.
- AVATAR. Directed by James Cameron. United States of America: Twentieth Century Fox, Dune Entertainment, Lightstorm Entertainment, 2009. (162 min), son., colour. Fiction.
- BATTISTE, M. Micmac literacy and cognitive assimilation. *In*: BARMAN, J.; HÉBERT, Y.; MCCASKILL, D. (ed.). **Indian Education in Canada**, V1: The Legacy. Vancouver: UBC Press, 1986. 180p. p. 23-45.
- BILGE, S. Intersectionality Undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. **Du Bois Review**, v. 10, n. 2, p. 405-424. 2014.
- BRANT CASTELLANO, M. Ethics of Aboriginal Research. **Journal of Aboriginal Health**, v. 1, n. 1, p. 98-114. 2004.
- BRE. Hard Livin': Bare Life, Autoethnography, and the Homeless Body. *In*:

SHUKAITIS, S.; GRAEBER, D. (ed.). **Constituent Imagination**. Oakland: AK Press, 2007. 329p. p. 223-241

BUTZ, D.; BESIO, K. Autoethnography. **Geography Compass**, v. 3, n. 5, p. 1660-1674. 2009.

CHASE, S. Chapter 25: Narrative inquiry. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (ed.). **The Sage handbook of qualitative research**. 4. ed. Los Angeles: Sage Publications, 2011. 766p. p. 421-434.

CHRISJOHN, R.; WASACASE, T. Half-truths and whole lies: Rhetoric in the “apology” and the truth and reconciliation commission. *In*: YOUNGING, G.; DEWAR, J.; DEGAGNÉ, M. (ed.). **Response, responsibility, and renewal: Canada’s truth and reconciliation journey**. Ottawa: Aboriginal Healing, 2009. 422p.

CLARK, N. Red intersectionality and violence-informed witnessing praxis with Indigenous girls. **Girlhood Studies**, v. 9, n. 2, p. 46-64. 2016.

CONNELLY, M.; CLANDININ, J. Stories of experience and narrative inquiry. **Educational Researcher**, v. 19, n. 5, p. 577-590. 1990.

COTERA, M. Women of Color, Tenure, and the Neoliberal University. *In*: NOCELLA, A. J.; BEST, S.; MCLAREN, P. (ed.). **Academic Repression**. Oakland: AK Press, 2010. 590p. p. 328-336.

DANCES WITH WOLVES. Directed by Kevin Costner. United States of America and United Kingdom: Tig Productions (presents), Majestic Films International, and Allied Filmmakers, 1990. (181 min), son., colour. Fiction.

DAVIS, L. Risky stories: Speaking and writing in colonial spaces. **Native Studies Review**, v. 15, n. 1, p. 1-20. 2004.

DECOSTA, R.; CLARK, T. Exploring non-Aboriginal attitudes towards reconciliation in Canada: The beginnings of targeted focus group research. *In*: MATHUR, A.; DEWAR, J.; DEGAGNE, M. (ed.). **Cultivating Canada: Reconciliation through the Lens of Cultural Diversity**. Ottawa: Aboriginal Healing, 2011. 463p. p. 327-339.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. Introduction: Critical Methodologies and Indigenous inquiry. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y.; SMITH, L. T. (ed.). **Handbook of critical and Indigenous methodologies**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008. 624p. p. 1-20.

DHAMOON, R. A Feminist Approach to Decolonizing Anti-Racism: Rethinking Transnationalism, Intersectionality, and Settler Colonialism. **Feral Feminisms**, v. 4. p. 20-37. 2015.

DE SOUZA SANTOS, B. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. New York: Routledge, 2014. 284p.

DIANGELO, R. **White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism**. Boston: Beacon, 2018. 192p.

ERMINE, W. The ethical space of engagement. **Indigenous Law Journal**, v. 6, n. 1, p. 193-203. 2007.

FELLOWS, M. L.; RAZACK, S. The Race to Innocence: Confronting Hierarchical Relations Among Women. **Journal of Gender, Race & Justice**, v. 1, p. 335-352. 1998.

FIRST NATIONS INFORMATION GOVERNANCE CENTRE. **The First Nations Principles of OCAP**, 1998. Available at: <https://fnigc.ca/ocap>. Accessed on: Apr. 16 2020.

FORTIER, C. Unsettling Methodologies/Decolonizing Movements. **Journal of Indigenous Social Development**, v. 6, n. 1, p. 20-36. 2017.

GARBA, T.; SORENTINO, S. M. Slavery is a Metaphor: A Critical Commentary on Eve Tuck and K. Wayne Yang's "Decolonization is Not a Metaphor." **Antipode**, v. 52, n. 3, p. 764-782. 2020.

GILIO-WHITAKER, D. Unpacking the Invisible Knapsack of Settler Privilege. **Beacon Broadside**, 2018a. Available at: <https://www.beaconbroadside.com/broadside/2018/11/unpacking-the-invisible-knapsack-of-settler-privilege.html>. Accessed on: June 1 2020.

_____. Settler Fragility: Why Settler Privilege is So Hard to Talk About. **Beacon Broadside**, 2018b. Available at: <https://www.beaconbroadside.com/broadside/2018/11/settler-fragility-why-settler-privilege-is-so-hard-to-talk-about.html>. Accessed on: June 1 2020

HAIG-BROWN, C. Indigenous Thought, Appropriation, and Non-Aboriginal People. **Canadian Journal of Education**, v. 33, n. 4, p. 925-950. 2010.

HELD, M. Decolonizing research paradigms in the context of settler colonialism. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 18, n. 1, p. 1-16. 2019.

HENRY, F. et al. **The Equity Myth: Racialization and Indigeneity at Canadian Universities**. Vancouver: UBC Press, 2017. 392p.

HOUSTON, J. Indigenous Autoethnography: Formulating Our Knowledge, Our Way. **The Australian Journal of Indigenous Education**, v. 36, n. 1, p. 45-50. 2007.

JEPPESEN, S. Critical Reflections on Horizontal Media Activism Research Practices. In: JEPPESEN, S; SARTORETTO, P (Eds.). **Media Activist Research Ethics**. London: Palgrave, 2020. 277p. p. 27-50.

JUSTICE, D. H. Settlers With Opinions. **The Conversation**, 2017. Available at: <https://theconversation.com/settlers-with-opinions-83338>. Accessed on: June 1 2020.

KIRKNESS, V.; BARNHARDT, R. First Nations and Higher Education: The Four Rs: Respect, Relevance, Reciprocity, Responsibility. **The Journal of American Indian Education**, v. 30, n. 3, p. 1-15. 1991.

KOVACH, M. **Indigenous methodologies**: Characteristics, conversations and contexts. Toronto: University of Toronto Press, 2009. 216p.

LADNER, K. Proceed with caution: Reflections on resurgence and reconciliation. In: ASCH, M.; BORROWS, J.; TULLY, J. (ed.). **Resurgence and Reconciliation: Indigenous-Settler Relations and Earth Teachings**. Toronto: University of Toronto Press, 2018. 384p. p. 245-264.

LOWMAN, E.; BARKER, A. **Settler identity and colonialism in 21st century Canada**. Halifax: Fernwood, 2015. 158p.

MCIVOR, O. I Am My Subject: Blending Indigenous Research Methodology and Autoethnography Through Integrity-based, Spirit-based Research. **Canadian Journal of Native Education**, v.33, n.1, p. 137-155. 2010.

MCKENZIE-SUTTER, H. Poetry book on missing, murdered Indigenous women pulled following criticism from victim's family. **The Globe and Mail**, 2018. Available at: <https://www.theglobeandmail.com/arts/books/article-poetry-book-on-missing-murdered-indigenous-women-pulled-following/>. Accessed on: July 12 2018.

MILLOY, J. **A National Crime**: The Canadian Government and the Residential School System. Winnipeg: University of Manitoba Press, 1999. 424p.

MOSBY, I. Administering Colonial Science: Nutrition Research and Human Biomedical Experimentation in Aboriginal Communities and Residential Schools, 1942-1952. **Social History**, v. 46, n. 91, p. 145-172. 2013.

NATIONAL INQUIRY. **Reclaiming Power and Place**: The Final Report of the National Inquiry into Missing and Murdered Indigenous Women and Girls (Vol. 1a). 2019. Available at: https://www.mmiwg-ffada.ca/wp-content/uploads/2019/06/Final_Report_Vol_1a-1.pdf. Accessed on: Apr. 15 2020.

PIAPOT, N. Book about Gerald Stanley case upsets Colten Boushie's family due to lack of consultation. **CBC**, 2019. Available at: <https://www.cbc.ca/news/canada/saskatchewan/boushie-family-triggered-by-roach-book-1.5026486>. Accessed on: Aug. 20 2020.

REGAN, P. **Unsettling the Settler Within: Indian Residential Schools, Truth Telling, and Reconciliation in Canada**. Vancouver: UBC Press, 2010. 316p.

RIESSMAN, C. **Narrative methods for the human sciences**. Los Angeles: Sage Publications, 2007. 251p.

ROACH, K. **Canadian Justice, Indigenous Injustice: The Gerald Stanley and Colten Boushie Case**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019.

SHAND, P. Can copyright be reconciled with First Nations' interests in visual arts? **Protecting Knowledge: Traditional Resource Rights in the New Millennium** conference, University of British Columbia, Vancouver, 2000. p. 1-26. Available at: <https://web.archive.org/web/20080609172204/http://www.ubcic.bc.ca/files/PDF/shand.pdf>. Accessed on: Sept, 20 2020.

SMITH, L. T. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples**, 2. ed. London: Zed, 2012. 242p.

STYRES, S. **Pathways for Remembering and Recognizing Indigenous Thought in Education: Philosophies of Iethi'nihsténha Ohwentsia'kékha (Land)**. Toronto: University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division, 2017. 248p.

THE LAST OF THE MOHICANS. Directed by Michael Mann. United States of America: Morgan Creek Entertainment and Twentieth Century Fox, 1992. (112 min), son., colour. Fiction.

TRC. **Honouring the Truth, Reconciling the Future: Summary of the Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada**, 2015. Available at: http://www.trc.ca/assets/pdf/Honouring_the_Truth_Reconciling_for_the_Future_July_23_2015.pdf. Accessed on: Aug. 12 2020.

TUCK, E.; YANG, W. Decolonization is not a metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, v. 1, n. 1, p. 1-40. 2012.

WATSON, K. **Understanding Indigenous and non-Indigenous Perspectives of Reconciliation**. 257p. PhD Dissertation, Faculty of Education, Western University, 2020.

WEBB-CAMPBELL, S. **Who Took My Sister?**. Toronto: BookThug, 2018.

WHITINUI, P. Indigenous Autoethnography: Exploring, Engaging, and Experiencing “Self” as a Native Method of Inquiry. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 43, n. 4, p. 456-487. 2014.

WILSON, S. **Research is Ceremony**: Indigenous research methods. Halifax: Fernwood, 2008. 144p.

WOOLFORD, A. The limits of justice: certainty, affirmative repair, and aboriginality. **Journal of Human Rights**, v. 3, n. 4, p. 429-444. 2004.

YURCHUK, Y.; VORONOVA, L. Challenges of Ongoing Conflict Research: Dialogic Autoethnography in Studies of Post-2014 Ukraine. *In*: JEPPESEN, S.; SARTORETTO, P. (ed.). **Media Activist Research Ethics**. London: Palgrave, 2020. 276p. p. 249-268.